



Relatório & Contas
2017

(Página em Branco)


A-62

Águas de Santo André_ [2]



Índice

Mensagem do Presidente.....	13
A. A Empresa.....	15
Quem somos.....	15
Missão, Visão, Objetivos, Política e Valores.....	15
Descrição empresa, atividade e presença.....	17
Cadeias de Valor.....	18
Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais.....	19
Carteira de Participações e Sucursais.....	21
Síntese de Indicadores.....	21
Reconhecimento / Prémios.....	22
Destaques do ano / Principais acontecimentos.....	22
Contexto da Atividade.....	22
Novas oportunidades de negócio.....	25
Situação empresarial.....	25
Licenciamento.....	27
Planeamento.....	28
Obras e empreitadas.....	30
Projetos de âmbito geral.....	31
Comunicação e Educação Ambiental.....	31
B. Relatório de Gestão.....	39
Linhas estratégicas.....	39
Enquadramento.....	43
A envolvente.....	43
O Sector.....	45
Regulação.....	50
O Negócio.....	53
Introdução.....	53
Abastecimento de Água.....	54
Águas Residuais.....	57

Resíduos Industriais.....	58
Outros negócios.....	59
Sustentabilidade	60
Enquadramento.....	60
Stakeholders / Partes Interessadas	62
Gestão do risco.....	63
Atividade Operacional.....	67
Infraestruturas.....	67
Operação.....	81
O Sistema de Sustentabilidade Empresarial.....	91
Comercial.....	93
Gestão do Capital Humano	95
Financeira.....	98
Eventos posteriores ao fecho	100
Cumprimentos das Orientações Legais.....	100
Apêndice I.....	112
Apêndice II.....	115
Perspetivas futuras.....	117
Considerações finais.....	119
Proposta de apresentação de resultados.....	120
Anexo ao Relatório.....	121
C. Demonstrações Financeiras do Exercício.....	125
Contas individuais.....	125
Demonstração da Posição Financeira	126
Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral.....	127
Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	127
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	128
Decomposição de caixa e seus equivalentes.....	128
Notas às demonstrações financeiras.....	129
I. Atividade económica da Águas de Santo André.....	129

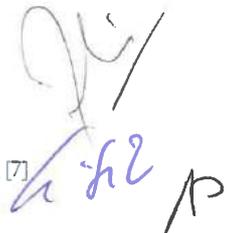


1.1.	Introdução.....	129
1.2.	Atividade.....	129
1.3.	Acionistas.....	129
1.4.	Aprovação das demonstrações financeiras.....	129
2.	Políticas Contabilísticas.....	129
2.1.	Bases de apresentação.....	130
2.2.	Conversão cambial.....	134
2.3.	Atividade concessionada e regulada.....	134
2.4.	Ativos fixos tangíveis e intangíveis.....	138
2.5.	Ativos e passivos financeiros.....	138
2.6.	Clientes e outras contas a receber.....	140
2.7.	Inventários.....	141
2.8.	Caixa e equivalente de caixa.....	141
2.9.	Imparidade.....	141
2.10.	Capital.....	142
2.11.	Dividendos a pagar.....	142
2.12.	Subsídio do governo.....	142
2.13.	Provisões, ativos e passivos contingentes.....	142
2.14.	Fiscalidade.....	143
2.15.	Rédito.....	144
2.16.	Trabalhos para a própria empresa.....	145
2.17.	Gastos e Perdas.....	145
2.18.	Eventos subsequentes.....	145
3.	Políticas de gestão de riscos.....	145
4.	Estimativas e julgamentos.....	148
5.	Instrumentos financeiros por categoria.....	150
6.	Ativos fixos tangíveis e intangíveis.....	150
7.	Investimentos financeiros.....	151
8.	Impostos diferidos.....	152
9.	Inventários.....	153

Relatório e Contas 2017

10. Clientes.....	153
11. Estado e outros entes públicos.....	155
12. Outros ativos correntes.....	155
13. Caixa e bancos.....	156
14. Capital.....	156
15. Provisões.....	157
16. Fornecedores e outros passivos não correntes.....	157
17. Acréscimos de gastos de investimento contratual.....	158
18. Subsídio ao Investimento.....	158
19. Fornecedores correntes.....	159
20. Outros passivos correntes.....	159
21. Imposto sobre o Rendimento.....	159
22. Vendas e prestações de serviços.....	161
23. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.....	162
24. Fornecimentos e Serviços Externos.....	162
25. Gastos com pessoal.....	162
26. Depreciações, amortizações e reversões do exercício.....	163
27. Provisões e reversões do exercício.....	163
28. Perda por imparidade e reversões do exercício.....	163
29. Outros gastos operacionais.....	164
30. Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	164
31. Gastos financeiros.....	165
32. Rendimentos financeiros.....	165
33. Saldos e transações com entidades relacionadas.....	165
34. Compromissos.....	166
35. Ativos e passivos contingentes.....	166
36. Informações exigidas por diplomas legais.....	167
37. Rendimento Mínimo Garantido.....	168
38. Eventos Subsequentes.....	168
Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	171


Águas de Santo André_ [6]


Handwritten signature and initials in blue ink, including a large stylized signature and the initials 'AP'.

Índice de Figuras

Figura 1 - Perdas de água nas redes em Alta.....	29
Figura 2 - Perdas de água nas redes de distribuição (ZAZA e ZAZILS).....	30
Figura 3- Número de roturas.....	30
Figura 4- Parceira no evento RVD TALL SHIPS' RACES 2017.....	32
Figura 5 -Participação na SANTIAGRO.....	32
Figura 6 – Visita à ETAR de Olhalvas em Leiria.....	33
Figura 7 - Visita da ERSAR às infraestruturas da AdSA.....	34
Figura 8 - Visita da comitiva Angolana à AdSA.....	34
Figura 9 - 12.ª Limpeza das Praias.....	35
Figura 10 - Dia Nacional da Água.....	36
Figura 11 – 16.ª Aniversário da AdSA.....	37
Figura 12 - Convívio entre colaboradores e filhos.....	37
Figura 13 – Qualidade da água para consumo humano.....	52
Figura 14 – Área de Intervenção do Sistema de Santo André.....	53
Figura 15 – Rede de distribuição.....	54
Figura 16 – Rede de abastecimento.....	55
Figura 17 – Rede de Água Residual.....	57
Figura 18 – Esquema do RESIM.....	58
Figura 19 – Lixiviados.....	59
Figura 20 – Esquema de relações com partes interessadas.....	62
Figura 21 – Classes e categorias de riscos.....	64
Figura 22 – Matriz de nível de risco.....	64
Figura 23 – Fecho da Malha ZILS Norte.....	69
Figura 24 - Execução de gradil e varandins na ETA de Morgavel e EE Ermidas-Sado.....	69
Figura 25 - Empreitada - "Tanque de Receção e Regularização de Lixiviados e Fossas Sépticas".....	70
Figura 26 - Substituição de grupos eletrobomba - Captação Morgavel.....	70
Figura 27 - Reabilitação dos Reservatórios de Água Potável.....	71
Figura 28 - Remodelação dos Sistemas de Neutralização de Fugas de Cloro das ETA.....	71
Figura 29 - Reabilitação da Estação Elevatória de Extração de Lamas da ETAR de Ribeira de Moinhos.....	71
Figura 30 – Construção da caixa da entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos.....	72
Figura 31 – Total de ordens de trabalho por área de negócio em 2017.....	74
Figura 32 – Total de ordens de trabalho por tipo de trabalho em 2017.....	74
Figura 33 – Tipos de problemas que originaram os trabalhos de manutenção corretiva/curativa em 2017.....	75
Figura 34 – Total de manutenções preventivas sistemáticas por nível de atuação em 2017.....	75
Figura 35 – Reparação de rotura na conduta adutora ETA de Morgavel/Monte Chãos.....	76
Figura 36 – Reparação da Conduta adutora COSA – EE Ribeira dos Moinhos.....	76
Figura 37 – Reparação da rotura na conduta adutora ETA – Monte Chãos.....	77

Handwritten signature and initials in blue ink.

Figura 38 – Limpeza e inspeção dos equipamentos na EE Zona I	78
Figura 39 – Reparação de uma rotura na conduta adutora ETA – Monte Chãos.....	78
Figura 40 - Instalação de válvula redutora.....	79
Figura 41 – Beneficiação de duas descargas de fundo da conduta adutora Ermidas-Sado	79
Figura 42 – Reparação de rotura na conduta adutora COSA – EE Ribeira dos Moinhos.....	80
Figura 43 - Produção mensal das captações de Água Subterrânea	81
Figura 44 - Água subterrânea captada no período de 2015 a 2017	82
Figura 45 – Volumes captados no Rio Sado em 2017.....	85
Figura 46 – Volumes de água captada na EE Ermidas-Sado.....	85
Figura 47 – Volumes armazenados na albufeira de Morgavel no período de 2015-2017	86
Figura 48 – Volumes produzidos na ETA de Morgavel	86
Figura 49 – Distribuição dos volumes recolhidos em função da tipologia de água residual	87
Figura 50- Volumes afluentes à ETAR.....	88
Figura 51 – Cumprimento dos parâmetros de descarga	89
Figura 52 - Evolução dos resíduos recebidos de 2015 a 2017.....	90
Figura 53 – Distribuição de RH por nível etário.....	96
Figura 54 – Idade média de RH no triénio	96
Figura 55 – Distribuição de RH por género	97
Figura 56 – Distribuição de RH por habilitações literárias	97
Figura 57 – Distribuição de RH por vínculo laboral e género.....	97

Índice de Quadros

Quadro 1 - Objetivos	15
Quadro 2 – Mandato 2016-2018.....	20
Quadro 3 – Indicadores económicos e de atividade.....	21
Quadro 4 – Distribuição de água potável em baixa.....	54
Quadro 5 – Distribuição de água industrial.....	55
Quadro 6 – Abastecimento de água potável em alta.....	56
Quadro 7 – Abastecimento de água industrial.....	56
Quadro 8 – Dados Águas Residuais.....	57
Quadro 9 – Número de determinações analíticas efetuadas por captação subterrânea.....	82
Quadro 10 – Pontos de entrega de água para consumo humano e respetivos caudais	83
Quadro 11 – Volumes de água produzida e fornecida.....	84
Quadro 12 – Volumes faturados por área de negócio.....	94
Quadro 13 – Valores faturados por área de negócio	94
Quadro 14 – Rendimentos e ganhos	98
Quadro 15 – Gastos.....	98
Quadro 16 – Resultados.....	99
Quadro 17 – Ativo.....	99
Quadro 18 – Capital Próprio	99
Quadro 19 – Passivo.....	100
Quadro 20 – Indicadores e Objetivos de Gestão.....	101
Quadro 21 – Grau de cumprimento dos objetivos e indicadores de gestão.....	102
Quadro 22 – Encargos financeiros com financiamento.....	103
Quadro 23 – Passivo Remunerado	104
Quadro 24 – PMP.....	104
Quadro 25 – Dívidas vencidas	104
Quadro 26 – Gastos com comunicações	105
Quadro 27 – Gastos anuais com viaturas.....	105
Quadro 28 – Plano de Redução de Custos (PRC)	108
Quadro 29 – Medidas para cumprimento das recomendações.....	110

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Demonstração da posição financeira.....	126
Tabela 2 – Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral.....	127
Tabela 3 – Alterações no Capital Próprio	127
Tabela 4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	128
Tabela 5 – Decomposição de caixa e seus equivalentes	128
Tabela 6 – Normas IASB ou interpretação IFRIC Aplicadas.....	130
Tabela 7 – Normas do IASB ou interpretação do IFRIC a aplicar	131
Tabela 8 – Normas do IASB ou interpretação do IFRIC não adotadas pela UE.....	133
Tabela 9 – Concessão, prazo e indexante	136
Tabela 10 – Investimento do Contrato de Concessão	137
Tabela 11 – Ativos financeiros bancários e Rating	146
Tabela 12 – Fluxos de caixa contratuais.....	147
Tabela 13 – Instrumentos financeiros por categoria.....	150
Tabela 14 – Ativos fixos tangíveis.....	150
Tabela 15 – Ativos intangíveis.....	151
Tabela 16 – Movimentos de ativos.....	151
Tabela 17 – Investimentos financeiros.....	151
Tabela 18 – Impostos diferidos	152
Tabela 19 – Inventários.....	153
Tabela 20 – Clientes.....	153
Tabela 21 – Clientes – Municípios.....	154
Tabela 22 - Clientes - município - total da dívida.....	154
Tabela 23 – Total da dívida por vencimento dos municípios.....	154
Tabela 24 – Clientes – outros – total da dívida.....	155
Tabela 25 – Total da dívida por vencimentos (outros).....	155
Tabela 26 – Estado e outros entes públicos	155
Tabela 27 – Outros ativos correntes.....	155
Tabela 28 – Caixa e bancos.....	156
Tabela 29 – Capital Social.....	156
Tabela 30 – Resultado por ação.....	156
Tabela 31 – Movimentos por período do capital social.....	157
Tabela 32 – Provisões.....	157
Tabela 33 – Movimentos por período das provisões	157
Tabela 34 – Fornecedores e outros passivos não correntes.....	157
Tabela 35 – Acréscimos de gastos de investimento contratual.....	158
Tabela 36 – Subsídio ao investimento.....	158

Tabela 37 – Movimentos por período de integração de património.....	158
Tabela 38 – Fornecedores correntes.....	159
Tabela 39 – Outros passivos correntes.....	159
Tabela 40 – Imposto sobre o rendimento.....	159
Tabela 41 – Imposto do Exercício	159
Tabela 42 – Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto.....	160
Tabela 43 – Vendas.....	161
Tabela 44 – Prestação de serviços.....	161
Tabela 45 – Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.....	162
Tabela 46 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	162
Tabela 47 – Gastos com pessoal.....	162
Tabela 48 – Quadro de pessoal.....	163
Tabela 49 – Depreciações, amortizações e reversões do exercício.....	163
Tabela 50 – Provisões e reversões do exercício.....	163
Tabela 51 – Perdas por imparidade e reversões do exercício.....	163
Tabela 52 – Outros gastos operacionais.....	164
Tabela 53 – Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	164
Tabela 54 – Gastos financeiros.....	165
Tabela 55 – Rendimentos financeiros.....	165
Tabela 56 – Saldos e transações com entidades relacionadas 2016.....	165
Tabela 57 – Saldos e transações com entidades relacionadas 2017.....	165
Tabela 58 – Principais compromissos assumidos.....	166
Tabela 59 – Ações a correr em tribunal.....	167
Tabela 60 – Rendimento mínimo garantido.....	168



Agua de Santo André_[12]

Mensagem do Presidente

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA) presta um diversificado conjunto de serviços ambientais, aliás pouco habitual numa única entidade do setor das águas e resíduos. Tem assim a sua atividade orientada para a gestão dos vários sistemas concebidos e construídos nas últimas quatro décadas, com alguma remodelação já realizada, e destinados a responder às necessidades existentes na sua área de implantação, em termos da captação, tratamento e fornecimento de água industrial e de água para consumo humano, esta nas vertentes em alta (aos dois Municípios servidos) e em baixa (só para o perímetro urbano de Santo André e no polo industrial), do tratamento de águas residuais industriais e águas residuais urbanas com o respetivo transporte e descarga no meio hídrico (ou seja, correspondendo à vertente apenas em alta), do transporte de efluentes salinos recolhidos de clientes industriais e, ainda, da receção e acondicionamento de resíduos sólidos não perigosos. A empresa encontra-se, portanto, dotada de meios e conhecimento para desenvolver as múltiplas atividades referidas, num território que compreende o polo industrial mais significativo do país, o que configura uma situação ímpar no contexto ambiental, por poder disponibilizar um invulgar número de serviços desse tipo, à região onde se insere.

Por outro lado, o desenvolvimento da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), com um historial de várias décadas, é caracterizado por alguma incerteza sobre as perspetivas a longo prazo, encontrando-se ainda por concretizar na sua totalidade, pese embora continuar a esperar-se o arranque de uma fase mais acentuada de crescimento industrial e concomitantemente urbano (nomeadamente de Vila Nova de Santo André, como cidade planeada com esse objetivo).

Sinais desse potencial de evolução são não só as referências da comunicação social, mas também as indicações emanadas de decisores políticos, a existência de projetos em curso de outras entidades, nomeadamente a conclusão recente de algumas rodovias, os projetos da ferrovia e para a extensão do regadio à área de intervenção da AdSA, bem como a intenção pública de aumento da atividade do Porto de Sines. Releva-se, nomeadamente, a própria conclusão, já em 2018, do longo processo que permitiu estabelecer um protocolo entre a AdSA e a EDIA com vista ao abastecimento do canal de adução à albufeira de Morgavel a partir do sistema daquela última entidade, a concretizar-se em 3 anos. O crescimento expectável do polo de Sines endereça necessariamente a capacidade da AdSA de encarar esses desafios, numa perspetiva de potencial crescimento da sua atividade, mas também com a responsabilidade de ser o *player* indiscutível, na região, para assumir a função de braço ambiental para responder às necessidades da região.

A AdSA promove, por isso, um relacionamento com os seus *stakeholders* orientado para a adequação da sua capacidade de disponibilizar os serviços ambientais em causa, quer no contexto das atividades que já desenvolve e que é conveniente incrementar, quer no contexto de novos desafios que possa abraçar. A empresa tem presente que entre esses seus *stakeholders* se encontram os dois Municípios que serve – Santiago do Cacém e Sines, os seus clientes localizados na ZILS, quer existentes, quer potenciais novos clientes, a AICEP Global Parques como entidade que gere o polo industrial, outras entidades com as quais pode estabelecer ou já

Relatório e Contas 2017

estabeleceu relações comerciais / institucionais, como o Porto de Sines, os organismos públicos com intervenção na atividade da empresa, e ainda os seus clientes urbanos de Vila Nova de Santo André. Esse relacionamento tem em vista o adequado planeamento dos investimentos futuros, desenvolvido em articulação com os *stakeholders* através das reuniões periódicas que a empresa tem vindo a realizar, o que pode permitir desenvolver alguns empreendimentos em diferentes estágios de avanço, em função da concretização efetiva das necessidades da região.

É neste contexto que a empresa desenvolveu ao longo de 2017 a sua atividade, mantendo a prestação dos serviços acima referidos, em cumprimento das obrigações normativas e legais a que está obrigada, e continuou a realizar um conjunto de projetos e obras orientados para o reforço da sua capacidade de resposta, bem como a manutenção dos seus ativos, ao mesmo tempo que se enquadrou nas orientações de controlo de custos decorrentes das orientações governativas derivadas do seu enquadramento no Setor Público Empresarial. Interessa ainda relevar o facto de as contas de 2017 terem de continuar a refletir, como já acontecia no ano anterior, um conjunto diversificado de riscos a que a empresa se encontra exposta decorrente da atividade dos seus clientes, sendo que ainda assim, o resultado líquido do exercício é positivo.

Os resultados da atividade da AdSA tanto operacionais como económicos e financeiros só foram possíveis de atingir através da contribuição empenhada dos seus colaboradores e do apoio do Acionista AdP, SGPS e do Revisor Oficial de Contas- Fiscal Único bem como da colaboração de todos os *stakeholders*, em particular, dos clientes, das Câmaras Municipais de Santiago do Cacém e de Sines e demais entidades da Administração Central e Regional.

Joaquim Marques Ferreira
(Presidente do Conselho de Administração)



A. A Empresa

Quem somos

Missão, Visão, Objetivos, Política e Valores

Missão

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA), nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, considerando todas as alterações a que o mesmo possa vir a ser sujeito, tem como missão o abastecimento de água para consumo humano e industrial, recolha e tratamento das águas residuais e receção e confinamento de resíduos industriais, num quadro de eficiência e sustentabilidade económica, social e ambiental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o crescimento económico da região, e em particular da Zona Industrial e Logística de Sines.

Visão

Ser uma empresa de referência nacional no setor ambiental, em termos de qualidade do serviço público prestado, à população e ao setor empresarial e um parceiro ativo para o desenvolvimento económico da região e do país, atingindo um elevado nível de eficiência e sustentabilidade.

Objetivos

Na Perspetiva Financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação de negócios • Aumento da faturação • Maximização do retorno de investimentos • Redução de custos
Na Perspetiva de Clientes	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia da reserva de água industrial • Consolidação da confiança das partes interessadas • Garantia da fiabilidade de todos os serviços
Na Perspetiva de Processos	<ul style="list-style-type: none"> • Otimização da gestão de recursos • Redução de perdas • Redução do número de roturas • Otimização da medição e controlo • Garantia da licença de descarga
Na Perspetiva de Aprendizagem, Desenvolvimento e Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização da plataforma de telegestão • Criação de portal da empresa • Desenvolvimento de partilha de informação interna • Garantia de informação financeira atualizada • Enfoque no desenvolvimento e investigação • Criação de portal da empresa

Quadro I - Objetivos

Política empresarial e valores

Em harmonia com a Missão de que está incumbida e a Visão que delineou, ou seja, de forma plenamente alinhada com a estratégia da Empresa, e consciente do papel fundamental que desempenha no desenvolvimento da região onde se insere, a AdSA concebe, implementa, mantém e revê o seu Sistema de Sustentabilidade Empresarial como motor perseverante da melhoria contínua do seu desempenho, assente na defesa dos seguintes valores:

- A fiabilidade do serviço prestado;
- O enfoque no cliente;
- A melhoria contínua;
- A disponibilidade constante;
- A garantia de competências especializadas;
- A proteção da saúde;
- Uma sólida cultura de segurança;
- Um sério compromisso com o ambiente;
- A eficiência energética;
- O trabalho em equipa;
- Ética nas relações laborais e comerciais;
- O respeito pelos colaboradores e a sua motivação constante;
- O respeito pelos fornecedores;
- A inovação e desenvolvimento tecnológico.

A AdSA num quadro de respeito integral da legislação e das normas aplicáveis, de modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde das/os trabalhadoras (es) e consumidores, assume os seguintes compromissos, antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, trabalhadores, comunidade e restantes partes interessadas relevantes, nomeadamente através de:

- Promoção e satisfação dos interesses dos clientes e demais Partes Interessadas, nos termos do Contrato de Concessão e outros contratos aplicáveis;
- Estabelecimento e revisão dos objetivos da Qualidade, Ambiente e Segurança Alimentar, adequados à natureza das atividades, produtos e serviços da Empresa, atuando sempre de forma a proteger o ambiente, prevenir a poluição ambiental e focalizando esforço na otimização do desempenho energético e na garantia da segurança em toda a cadeia alimentar;
- Estabelecimento e revisão dos objetivos da Segurança adequados à natureza e à escala dos perigos e riscos associados às atividades da Empresa, atuando sempre de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde, através da implementação de medidas coletivas e individuais;
- Disponibilização de informação e de todos os recursos necessários ao cumprimento dos objetivos da AdSA e proporcionar-lhes uma formação regular e adequada ao desempenho das funções que lhes são atribuídas;
- Promoção da segurança, bem-estar e satisfação dos colaboradores da Empresa em todos os aspetos

- profissionais e humanos;
- Encorajar a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes e a conceção orientada para a melhoria do desempenho energético;
 - Procura da satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento dos requisitos legais laborais, sociais, fiscais e ambientais, incluindo relacionados com a gestão energética, em vigor;
 - Promover a Segurança Alimentar no abastecimento e distribuição de água potável;
 - Manter ativa a comunicação nas questões relacionadas com a Segurança Alimentar com todas as partes interessadas relevantes;
 - Sensibilização dos fornecedores no sentido da sua consciencialização e do seu comprometimento para a adesão aos requisitos da Sustentabilidade Empresarial da AdSA;
 - Orientação das suas práticas de gestão pelo princípio da Melhoria Contínua, e para o cumprimento dos requisitos normativos adotados, com persistente empenho na melhoria de eficácia do Sistema de Sustentabilidade Empresarial.

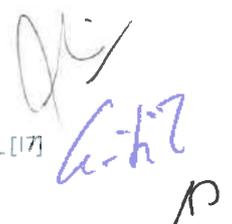
Descrição empresa, atividade e presença

Empresa

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA), é uma sociedade de capitais públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, a quem foi atribuída a concessão de gestão e exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos de Santo André.

Esta empresa foi constituída por um capital social de € 500.000,00, sendo atualmente de € 1.000.000,00 integralmente realizado e detido a 100 % por Águas de Portugal, SGPS, S.A..

A sociedade tem por objetivo a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, que serve a ZILS, a zona urbana de Vila Nova de Santo André e, parcialmente, os municípios de Sines e Santiago do Cacém.

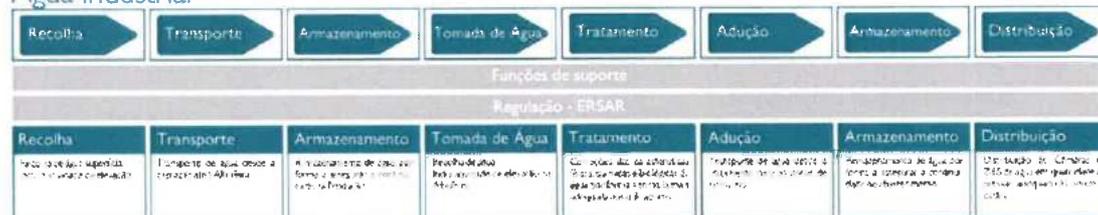


Cadeias de Valor

Água Potável



Água Industrial



Água Residual



Resíduos Industriais



Handwritten signature and initials in blue ink.

Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

Esta empresa é constituída por um capital social de € 1.000.000,00 integralmente realizado e detido a 100 % por Águas de Portugal, SGPS, S.A..

Os Órgãos Sociais, eleitos na Assembleia-Geral de Acionistas realizada no dia 30 de junho de 2016, têm as seguintes competências:

Assembleia-Geral

A Assembleia-Geral é o órgão que representa o acionista, sendo as suas deliberações vinculativas nos termos da Lei e dos Estatutos. A este órgão competem importantes poderes, como deliberar sobre os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados, a apreciação da administração e fiscalização da sociedade, a alteração dos estatutos, transformação e dissolução da empresa, a emissão de obrigações, o aumento de capital, a eleição dos membros dos órgãos sociais bem como a fixação das remunerações dos Órgãos Sociais.

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14.º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre o acionista ou outros.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Contrato da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

Nos termos do artigo 19.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos presentes estatutos e pelas deliberações do acionista.

Composição dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da Sociedade, apresentam, a 31 de dezembro de 2017, a seguinte composição:

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente – Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário - Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Presidente - Joaquim Marques Ferreira

Vice-presidente Executivo – Jaime António Pires Gabriel Silva

Vogal Não Executivo – Alexandra Maria Martins da Cunha Serra

Secretário da Sociedade – Rui Alexandre Sanches

Fiscal Único

Nos termos do artigo 24.º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da sociedade compete a um revisor oficial de contas ou a uma sociedade de revisores oficiais de contas, conforme segue:

- ✓ Fiscal único efetivo – Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, S.A. (ROC n.º 178), representada por Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n.º 1154); e,
- ✓ Fiscal único suplente Rui Abel Serra Martins (ROC n.º 1119)

Comissão de Vencimentos

Presidente – João Nuno Marques de Carvalho Mendes

Vogal - Paulo Jorge Pinto da Silva

No ano de 2017 esteve vigente o mandato conforme se descreve no quadro abaixo:

Quadro 2 – Mandato 2016-2018

Órgão	Cargo/Nome	Eleição	Mandato
Mesa da Assembleia-Geral	Presidente – Paulo Manuel Marques Fernandes	30 Junho 2016	2016/2018
	Secretário – Ana Cristina Rebelo Pereira	30 Junho 2016	2016/2018
Conselho de Administração	Presidente – Joaquim Marques Ferreira	30 Junho 2016	2016/2018
	Vogal Executivo – Jaime Gabriel Silva	30 Junho 2016	2016/2018
	Vogal Não executivo – Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	30 Junho 2016	2016/2018
	Secretário da Sociedade – Rui Alexandre Sanches		
Fiscal Único	Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, S.A (ROC n.º 178), representada pelo:	30 Junho 2016	2016/2018
	Efetivo Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n.º 1154)	30 Junho 2016	2016/2018
	Suplente Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC n.º 1119)	30 Junho 2016	2016/2018
Comissão de Vencimentos	Presidente – João Nuno Marques de Carvalho Mendes	30 Junho 2016	2016/2018
	Vogal - Paulo Jorge Pinto da Silva	30 Junho 2016	2016/2018

Carteira de Participações e Sucursais

Não aplicável.

Síntese de Indicadores

Indicadores económicos e de atividade

Síntese de Dados/Indicadores	2015	2016	2017
Capital Social (€)	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Capital Próprio (€)	23 945 374	20 263 206	15 668 254
Ativo Líquido Total (€)	80 783 117	75 411 641	68 313 881
Investimento (€)	2 834 874	1 750 193	1 241 844
Vendas e Serviços Prestados (€)	14 358 093	13 482 078	10 113 883
Resultados Operacionais (€)	6 929 096	-5 412 036	3 417 885
Resultados Financeiros (€)	192 974	220 963	261 316
EBIT + Amortizações + Provisões - Subsídios (EBITDA Ajustado) (€)	8 812 115	7 949 100	4 883 832
Resultados Antes Impostos (€)	7 122 070	-5 191 076	3 679 201
Resultado Líquido do Exercício (€)	5 116 688	-3 612 359	405 048
Números de Colaboradores em 31 de dezembro	63	62	58
Abastecimento de Água			
Número de Clientes	5 649	5 663	5 693
Número de Municípios Abastecidos *	2	2	2
População Residente na Área Abastecida	28 650	28 650	28 650
Acessibilidade Física ao Serviço em Alta (%)	100%	100%	100%
Acessibilidade Física ao Serviço em Baixa (%)	100%	100%	100%
Água Total Fornecida (m ³)	15 275 640	14 288 100	15 161 989
Água Total Captada (m ³)	6 097 569	20 930 567	15 532 801
Capacidade Diária de Tratamento Água Industrial (m ³)	130 000	130 000	130 000
Capacidade Diária de Tratamento Água Potável (m ³)	20 000	20 000	20 000
Qualidade da Água para Consumo Humano em Alta (%)	100%	100%	100%
Qualidade da Água para Consumo Humano em Baixa (%)	100%	100%	100%
Tratamento de Água Residual			
Acessibilidade Física ao Serviço (%)	100	100	100
Água Residual Total Tratada (m ³)	5 990 970	6 017 408	5 690 892
Capacidade Diária de Tratamento de Água Residual (m ³)	43 000	43 000	43 000
Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)	100%	99,4%	99,4%
Recepção de Resíduos Industriais			
Resíduos Não Perigosos Confinados (ton)	3 530	1 539	3 043

Quadro 3 – Indicadores económicos e de atividade

Reconhecimento / Prémios

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA) recebeu os Selos de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano de 2016, em alta e em baixa, atribuídos por uma parceria entre a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e o Jornal Água & Ambiente, com a colaboração da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB), da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (APRH) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Os "Selos de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano" são atribuídos às entidades prestadoras de serviços de abastecimento de água que no último ano de avaliação regulatória asseguraram uma qualidade exemplar da água fornecida.

A iniciativa, integrada nos objetivos estatutários da ERSAR, visa identificar, distinguir e divulgar casos portugueses de referência relativos à prestação dos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos, avaliada nos termos dos vários ciclos de regulação da ERSAR. A seleção das entidades distinguidas é feita nos termos constantes do regulamento "Prémios e Selos dos Serviços de Águas e Resíduos. Dados de 2016" publicado no site da ERSAR.

Assim, receber estes galardões é um motivo de orgulho, um justo prémio para a empresa e para todos os seus colaboradores e um forte incentivo para prosseguir na senda da melhoria contínua, mas é, acima de tudo, o reconhecimento da prestação de um serviço de elevada qualidade, que proporciona valor acrescentado para os clientes, bem como elevada qualidade de vida da população e proteção do ambiente.

Os certificados destes prémios foram entregues numa cerimónia pública, que se realizou em Lisboa, no dia 8 de novembro, durante a 12.ª Expo Conferência da Água.

Destaques do ano / Principais acontecimentos

Destacam-se alguns factos e projetos relevantes de 2017, não só pela sua importância atual, mas sobretudo pelo impacto que alguns deles podem ter para o futuro da empresa, tendo em vista os desafios para os quais se deverá preparar, bem como os empreendimentos decorrentes dos novos paradigmas de gestão que hoje se colocam.

Contexto da Atividade

O ano de 2017 foi mais um ano de estreitamento de relações da empresa com os seus clientes, designadamente com as indústrias da ZILS, com as Câmaras Municipais de Santiago do Cacém e de Sines, com as diversas autoridades nacionais e regionais e com os demais stakeholders da região.

Reforçando o estreitamento de relações, a AdSA integrou, em 2017, o Conselho das Comunidades de Sines (COMSINES), criado em 2013. A COMSINES pretende promover o Desenvolvimento Sustentável, o Bem-Estar e a Qualidade de Vida da Comunidade de Sines, através da operacionalização de um Programa Global de Colaboração Voluntária, que materialize ideias e aspirações coletivas, geradas com base numa relação de

recíproca confiança entre as indústria, entidades administrativas/sociais e população envolvente. Atualmente o Painel COMSINES é constituído por 5 Grupos de Trabalho, dos quais a AdSA participa em 4, nomeadamente: Competitividade, Logística e Transportes, Saúde e Ambiente, Prevenção e Segurança, e Comunicação. Foram realizadas reuniões mensais de cada Grupo de Trabalho, nas quais a AdSA marcou presença e forneceu contributos, ao longo do ano.

Outro facto a realçar, que já vinha de 2016 com impacto negativo na atividade da AdSA e que, infelizmente, continuou a influenciar negativamente o exercício de 2017, foi a evolução da situação da Artlant, a qual foi declarada insolvente em 26 de julho de 2017, correndo o processo de insolvência os seus termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa – Juízo de Comércio de Lisboa – Juiz I, sob o número de processo 13799/17.6T8LSB.

Na sequência de tal declaração de insolvência pelo Tribunal, realizaram-se, em 19 de setembro de 2017 e em 26 de setembro de 2017, duas Assembleias de Credores, em que foi deliberado, com base no proposto pelo Administrador da Insolvência, liquidar a sociedade Artlant e vender o estabelecimento comercial dessa sociedade.

Salienta-se que, pese embora o efeito negativo que a insolvência da Artlant teve no volume de negócios da AdSA, a empresa efetuou, a 30 de agosto de 2017 uma reclamação de créditos, no âmbito do processo de insolvência em curso à data, no montante de cerca de 32 M€.

Assim, a Administração da AdSA vê de forma positiva e com fundadas expectativas a entrada em funcionamento deste novo cliente, pelo potencial volume de negócios que aportará, uma vez que a instalação mantém a capacidade de produção dos anteriores proprietários e poderá ser obviamente explorada no sentido de maximizar essa capacidade produtiva. Nesse sentido, a AdSA iniciou em outubro uma preparação interna, tendo em vista a entrada em funcionamento da Indorama, durante o ano 2018.

Dado o tipo de clientes da empresa, com uma forte componente industrial, a atividade relacionada com os municípios, não teve um resultado significativo no volume de negócios da empresa, que está associado fundamentalmente às grandes indústrias da ZILS e apenas residualmente no abastecimento de água potável e na recolha e tratamento de águas residuais urbanas.

Por outro lado, continuaram a decorrer em 2017 diversas ações judiciais envolvendo os dois Municípios servidos e a AdSA, com várias decisões ocorridas ao longo do ano.

Pelas razões anteriormente apresentadas, no ano de 2017, a Administração da AdSA deu continuidade ao acompanhamento do impacto destes factos na avaliação dos riscos globais na empresa, bem como do tratamento dos aspetos relacionados com os impostos (imposto diferido e apuramento de um prejuízo fiscal) o que influenciou naturalmente o resultado das contas do presente exercício.

Em 2017, mais uma vez verificou-se que a AdSA tem uma atividade que gera volumes de negócios e resultados sujeitos a uma grande variabilidade, pelo que haverá que salvaguardar o fator risco e analisar alternativas de novos negócios para a empresa com essa premissa de base.

Outro facto a relevar prende-se com um empreendimento historicamente reconhecido, de interligação do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EFMA), gerido pela empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A., (EDIA) ao sistema da AdSA, cujo projeto vinha a ser desenvolvido há vários

anos por essa empresa. A solução permite criar uma ligação que levará água, com origem na albufeira de Alqueva, ao canal da AdSA, que liga a captação de Ermidas-Sado, com origem no rio Sado, à albufeira de Morgavel explorada pela AdSA. O abastecimento adicional com a origem alternativa de Alqueva, irá mitigar os níveis de risco da origem Sado, quer em termos de quantidade, devido a anos de seca, quer relativamente às próprias características e parâmetros de qualidade da água aí captada.

Ao longo do ano foram realizados contactos entre a AdSA e a EDIA, no âmbito de um trabalho mais abrangente coordenado pela Águas de Portugal, com o envolvimento e forte patrocínio das tutelas respetivas (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural) e envolvendo outras empresas do Grupo AdP, com captações localizadas em albufeiras da região do Alentejo, com vista a um conjunto de protocolos entre as partes, cuja assinatura se concretizou já em 2018, no dia 17 de fevereiro. Nestas condições, esta interligação, que ainda necessitará de 3 anos até à sua concretização física, vai permitir à AdSA reduzir os níveis de risco que se diagnosticavam há muito na sua origem Sado, bem como nas condições de exploração da albufeira de Morgavel, sendo a solução da origem alternativa, EFMA, o culminar do esforço conjunto desenvolvido nos últimos anos e a concretização de um projeto antigo. Por outro, lado esta solução está alinhada com as perspetivas de diversificação de negócios.

Refira-se, ainda, que tem vindo também a ser equacionada a passagem da Barragem de Morgavel, cuja albufeira é explorada exclusivamente pela AdSA e que constitui o grande reservatório do seu sistema de abastecimento de água industrial, da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para o património da AdSA. Esta integração enquadra-se no conjunto mais amplo de integrações de barragens da APA no património de diversas empresas do Grupo AdP e que está a ser desenvolvida por uma equipa da AdP. Esta equipa tem vindo a articular estes assuntos com a APA, a tutela e as empresas do Grupo que usam as barragens objeto deste plano. Nesse contexto, a AdSA tem acompanhado os trabalhos desenvolvidos e colaborado na definição do plano, bem como fornecido dados para os estudos em causa.

Pela sua importância para a AdSA e para a região, merece nota especial o investimento associado à reabilitação da ETAR de Ribeira dos Moinhos. Para tal, foi adjudicada a realização de um Estudo Prévio, com vista a um posterior concurso de empreitada em regime de conceção-construção, que visa o aumento da eficiência da instalação e adoção de sistemas de tratamento de odores, dado que, à data da construção da ETAR, tais requisitos não eram exigidos. Contudo, tendo presente as questões levantadas pelo Município de Sines nos últimos anos sobre estas matérias, e conscientes do impacto das mesmas na comunidade em geral, entendeu a AdSA promover este investimento. O mesmo irá atender aos aspetos relevados pelos stakeholders e, simultaneamente, dotar a instalação de soluções de tratamento que promovam a eficiência energética, atendendo à dimensão que a energia tem nos gastos operacionais da empresa, além de promoverem a utilização sustentável dos recursos naturais.

Neste contexto, e seguindo uma orientação corporativa, a empresa tem também em curso um exigente programa orientado para a eficiência energética, condensado no seu PEPE – Plano de Eficiência e Produção de Energia, elaborado em 2017. O mesmo considera medidas de redução de consumos energéticos e aumento da eficiência de equipamentos, dos quais se releva a obra de substituição de 3 grupos eletrobomba, os quais



representam cerca de 70% do consumo de energia associado à ETA de Morgavel, sendo que diversos indicadores de consumos energéticos específicos evidência que a empresa alcançou algumas melhorias ao longo de 2017, por força do enfoque da atividade operacional na gestão da energia. Além das medidas acima referidas aderiu-se ao Projeto de Mobilidade Elétrica, realizado ao abrigo do Fundo Ambiental, no que respeita à substituição da frota automóvel por viaturas elétricas, tendo-se a AdSA candidatado a três viaturas que foram entregues já no início de 2018. O PEPE prevê ainda o alargamento da produção de energia fotovoltaica às principais instalações, para autoconsumo, alinhado com a estratégia de aumento do número de viaturas elétricas definida pelo Grupo, conjugando o potencial de produção de energia fotovoltaica com uma frota mais amiga do ambiente.

Novas oportunidades de negócio

A AdSA continuou a ser abordada por várias empresas, solicitando informação acerca da possibilidade de alargar a sua área de serviço, tendo-lhe sido também colocada a possibilidade de serem prestados serviços distintos dos que agora presta, como sejam a cedência de água para rega para culturas hortícolas em larga escala ou para culturas agroflorestais. Note-se, porém, que os pedidos de fornecimento de água para fins agrícolas, que necessariamente teriam como origem a captação de Ermidas-Sado (ao longo do trajeto ou a partir da albufeira de Morgavel) se deparam com o problema da AdSA ter de salvaguardar, em primeiro lugar, a água para as indústrias, armazenada nessa mesma albufeira, cuja capacidade não chega às necessidades médias de dois anos (risco em caso de seca prolongada), sendo que as necessidades agrícolas se colocam em contraciclo com o ano hidrológico, ou seja, na época em que não é possível captar no rio Sado. Neste contexto, a ligação ao sistema do EDIA no futuro próximo, recentemente protocolada entre as partes, irá permitir à AdSA analisar os pedidos acima referidos de uma outra perspetiva, uma vez que são eliminadas as dificuldades identificadas, relativas à disponibilidade hídrica na origem Sado.

Por outro lado, a empresa teve de apresentar ao Regulador (ERSAR) uma versão atualizada do seu Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF), cuja versão vigente ainda era, em 2017, a que constava do Contrato de Concessão assinado em 2001. No novo EVEF, apresentado na ERSAR, no dia 31 de outubro de 2017, foram incorporadas as questões que vinham sendo colocadas nos últimos anos, quer relativas a novas oportunidades de negócio, quer outras, nomeadamente os investimentos que estavam considerados no anterior EVEF como sendo da responsabilidade do concedente, além de se ter realizado uma revisão completa do plano de investimentos até ao fim da concessão. Esta revisão do EVEF dotou a empresa de uma ferramenta que pode agora ser utilizada de forma mais flexível do que a versão anterior, para apresentação de possíveis revisões decorrentes de novos negócios ou variação das necessidades do polo de Sines e para a criação de cenários que interessem preparar prospectivamente para análise com os *stakeholders* ou potenciais clientes.

Situação empresarial

Durante o ano de 2017, a empresa continuou a promover o controlo e racionalização dos gastos operacionais de forma eficaz. Ao nível da rubrica dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), constata-se uma diminuição de cerca de 392 mil Euros, relativamente ao ano de 2016. O motivo da diminuição dos FSE no último ano



prende-se essencialmente com a variação da rubrica "Trabalhos especializados", que se deve fundamentalmente à diminuição do recurso a apoio técnico especializado e à diminuição do fee de gestão que está diretamente relacionado com a diminuição do volume de negócios.

Verificou-se também uma diminuição de gastos em energia, motivada, por um lado, pelo recurso a técnicas de eficiência energética, no que toca à energia reativa, e por outro, na racionalização dos consumos de diversas instalações da empresa, em função dos serviços prestados (ver ponto 24 da parte C).

Numa perspetiva da atividade futura, para concretizar uma gestão sustentável, com minimização dos gastos de energia, a AdSA desenvolveu um projeto e lançou em seguida um concurso para implementar uma solução de telecomando / telegestão da Estação Elevatória de Ermidas do Sado, de forma a ser possível arrancar e desligar os respetivos grupos de bombagem a partir da sala de comando da ETA, o que permitirá realizar a maior parte da bombagem nos períodos em que a energia é mais barata (vazio e super vazio). Esta solução ficará concluída em 2018, perseguindo-se assim, simultaneamente, a minimização de gastos energéticos e a redução de gastos com a deslocação de pessoal à referida Estação Elevatória, que se situa a cerca de 40Km de distância.

Já no que diz respeito ao volume de negócios, em 2017 verificou-se uma diminuição relativamente a 2016, em cerca de 3,37 milhões de euros, devido essencialmente à diminuição do volume de efluentes recolhidos, bem como à melhoria da qualidade da água pré tratada pelos principais clientes e ao impacto da insolvência da Artlant.

Desta forma, a variação dos gastos e do volume de negócios, proporciona à empresa um resultado líquido de cerca de 400 mil euros, em linha com os valores que a empresa atingia nos anos anteriores ao arranque da Artlant.

Como já referido, no plano do contencioso, o ano de 2017 foi também marcante para a empresa, bem como para a avaliação dos riscos financeiros em que a sua atividade se desenvolve.

Com respeito às ações administrativas intentadas contra os Municípios, por falta de pagamento relativo a fornecimento de água potável e tratamento de águas residuais urbanas, processos que a AdSA tinha perdido em primeira instância, em sede de recurso para o Tribunal Central Administrativo do Sul a empresa viu a maior parte, à exceção de um, dos acórdãos proferidos até ao momento serem-lhe favoráveis. Além disso, alguns dos processos que, por via de recursos dos Municípios, passaram para o Supremo Tribunal Administrativo, deram origem entretanto a acórdãos com diferentes desfechos, na maioria favoráveis à posição da empresa, pelo que o ano 2017 se revelou positivo em muitos aspetos.

A este propósito cumpre realçar vários acórdãos proferidos, que foram totalmente favoráveis à empresa e já transitaram em julgado.

Neste plano, assinala-se também o encerramento do contencioso crime, relativo à ocorrência de 2011, cuja sentença proferida pelo Tribunal de Setúbal, em 26 de abril de 2017, absolveu a AdSA e os seus colaboradores constituídos arguidos.

Com a projetada integração da AdSA na EPAL, que foi equacionada no início de 2017 a partir de orientações do acionista e em articulação com a tutela, a empresa confrontou-se no 1º semestre do ano com as implicações que daí decorreriam, nomeadamente em termos dos seus sistemas certificados, bem como conjugar os seus processos com os da EPAL. A acontecer a referida integração da AdSA, naquela empresa do Grupo AdP, isso



iria implicar a alteração dos certificados. Como tal, considerou-se que não se justificava, designadamente a nível financeiro, levar por diante a realização da auditoria externa ao SSE nas suas várias vertentes (Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, Energia, Responsabilidade Social Segurança Alimentar – produto água potável), que tinha sido planeada para junho de 2017. Portanto, a mesma foi reagendada para setembro de 2017, de forma a dar tempo para aprofundar as vias a adotar para integração dos processos com os da EPAL.

No entanto, não se concretizou a referida integração até ao final do 1º semestre de 2017, surgindo dúvidas sobre se se concretizaria até ao fim do ano. Nesse contexto de incerteza, a AdSA decidiu, em junho de 2017, dar início à implementação das alterações significativas decorrentes das novas versões dos referenciais Qualidade (NP EN ISO 9001:2015) e Ambiente (NP EN ISO 14001:2015), sem esperar mais tempo pela definição sobre a integração na EPAL, uma vez que seria necessário realizar a transição dos Sistemas de Gestão da Qualidade e Ambiente para as novas versões, já que a partir de março de 2017 deixaram de ser aceites novas certificações segundo as versões antigas. Contudo, a AdSA não teve capacidade interna para atender a todas as ações que era necessário desenvolver até à data prevista para as auditorias (setembro), pelas dificuldades da empresa já relatadas noutros capítulos do presente documento e a inerente acumulação de funções por vários técnicos. Como tal, não foi possível dotar a AdSA com todos os requisitos necessários para a realização da auditoria externa até setembro de 2017, tendo-se solicitado à APCER o adiamento das auditorias para o final do ano, embora estando a empresa consciente de que, em resultado desse adiamento ficavam temporariamente caducados, a partir de 25 de setembro de 2017, os certificados de Qualidade e Ambiente. Isto é, temporariamente a AdSA não esteve certificada nestes dois referenciais.

Entretanto, a realização das auditorias em dezembro não foi possível, por indisponibilidade da APCER em arranjar equipa auditora para esse mês, pelo que a auditoria se realizou em janeiro de 2018, tendo a APCER assegurado à AdSA que a mesma não iria ser penalizada por não ter realizado a auditoria em 2017.

Foram mantidas as certificações em Segurança e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008) e em Energia (NP EN ISO 50001:2012).

Também em setembro de 2017, e novamente face à reduzida disponibilidade dos técnicos da AdSA, a empresa solicitou à entidade certificadora a suspensão voluntária, por um período de um ano, dos certificados de conformidade dos Sistemas de Gestão de Responsabilidade Social (SA 8000:2008) e de Segurança Alimentar – produto Água Potável (NP EN ISO 22000:2005).

Licenciamento

A AdSA dispõe de todos os títulos de utilização necessários ao desenvolvimento das suas atividades, num total de 7.

Em 2014, foi obtida uma derrogação temporária relativamente às condições de descarga definidas na Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Águas Residuais n.º 081/REJ/RG/2011 para os parâmetros CQO e CBOS, por 30 meses, que terminou em junho de 2017. Em 2017 foi obtida uma nova derrogação temporária relativamente às condições de descarga definidas na referida Licença, para mais 36 meses, a qual termina em junho de 2020.

Em abril de 2015, foi publicada em Diário da República a Portaria n.º 119/2015, que aprovou a delimitação dos perímetros de proteção das captações subterrâneas da AdSA. Os perímetros de proteção têm como objetivo prevenir, reduzir e controlar a poluição das águas subterrâneas por forma a manter o bom estado químico e quantitativo, com que foi classificada esta massa de água no âmbito do plano de gestão da Região Hidrográfica do Sado e do Mira.

Em 2017, foi solicitada a renovação da Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Água Residuais (Salinas) L016470.2015.RH6, aguardando-se a emissão da mesma por parte da ARH-Alentejo.

A AdSA mantém a autorização para receção de lixiviados na ETAR de Ribeira dos Moinhos estando em vigor a autorização Nº 3/SEAMB/2018, emitida pela Secretaria de Estado do Ambiente, em janeiro de 2018, válida por 3 anos.

Planeamento

Tendo em consideração o conteúdo do Contrato de Concessão da Empresa, assinado em 2001, e o correspondente EVEF nele contido incluindo o plano de investimentos previstos para a Concessão, o qual contemplava investimentos que deveriam ter sido concretizados pelo concedente e estavam por realizar, verificou-se a necessidade de apresentar ao regulador, em 2017, uma revisão completa do referido EVEF.

O novo EVEF foi apresentado na ERSAR a 31 de outubro de 2017, incluindo um novo plano de investimentos até ao fim da concessão, desenvolvido ao longo do ano na AdSA em articulação e com o apoio da AdP. Com base nesta revisão do EVEF, em análise pela ERSAR, foi possível corresponder ao solicitado por essa entidade, designadamente desenvolver o OPT 2018 de forma coerente com esta versão atualizada do EVEF proposto, pese embora o mesmo ainda aguardar a apreciação da ERSAR com vista a uma versão final que possa colher a necessária aprovação formal.

Assim, o plano de investimentos da empresa foi reajustado, com conseqüente revisão de prioridades, pelo que a atividade de planeamento foi particularmente exigente durante este período. Em curso, encontram-se as atividades de desenvolvimento, contratação e acompanhamento de estudos e projetos, bem como o lançamento de procedimento de empreitada e acompanhamento da execução financeira dos investimentos/obras.

Destaca-se o Estudo Prévio para Reabilitação da ETAR de Ribeira dos Moinhos, adjudicado em abril de 2017. Nesse âmbito relevam-se as reuniões havidas com alguns dos principais *stakeholders*, nomeadamente:

- a reunião realizada na ARH Alentejo (APA) a 20 de abril, para apresentação da equipa projetista que iria realizar o estudo prévio e dos objetivos fixados para este estudo no procedimento concursal realizado para a sua contratação. A reunião teve a participação da administração e técnicos da AdSA. Desta forma foi possível colher da ARH os aspetos que esta entidade considerou pertinentes para a elaboração deste projeto, além de, na sequência da reunião se ter apresentado à ARH um pedido de derrogação, por parte da AdSA, da licença de descarga da ETAR, que obteve parecer favorável em 4 de agosto;
- a visita, realizada a 16 de maio, à ETAR de Olhavas, infraestrutura integrante do sistema de saneamento da Águas do Centro Litoral, S.A., localizada em plena cidade de Leiria. Esta visita contou

com a presença de uma comitiva constituída por membros do executivo municipal de Sines, técnicos da ARH Alentejo (APA) e a equipa projetista, além de técnicos das várias direções da AdSA;

- a reunião realizada a 20 de junho na Câmara Municipal de Sines, para apresentação e discussão dos trabalhos desenvolvidos até à data pela equipa responsável pelo estudo prévio em curso, para que o mesmo pudesse beneficiar de todos os possíveis contributos das várias partes interessadas.

Em relação ao Plano de Segurança da Água (PSA), este encontra-se em desenvolvimento pela Direção de Engenharia da AdP, com o apoio da equipa da AdSA constituída por elementos das várias áreas da empresa.

Um outro aspeto a referir, no contexto do planeamento das atividades da empresa, diz respeito à redução de perdas na rede de adução e distribuição de água potável. A AdSA encontra-se a implementar uma política de redução de perdas de água que tem por objetivo aumentar a eficiência do seu sistema e reduzir gastos operacionais. A redução das perdas de água em alta tem evoluído ao longo dos últimos anos conforme representado na figura abaixo. Em 2017, como se pode constatar, atingiu-se um valor inferior a 1%.

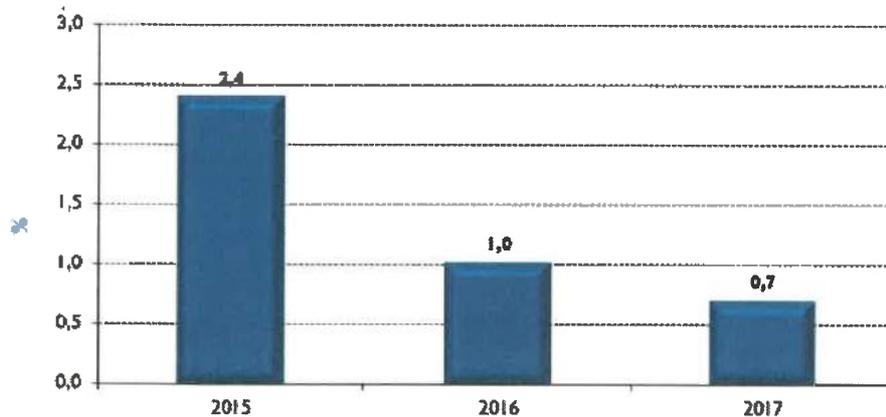


Figura 1 - Perdas de água nas redes em Alta

Relativamente ao seu sistema de distribuição de água, a AdSA tem também vindo a aumentar a respetiva eficiência. Assim, a empresa tem conseguido reduzir as perdas no sistema, com um benefício direto na diminuição do respetivo volume de água desperdiçado e conseqüente redução dos custos energéticos associados ao processo de bombagem e redução dos custos inerentes ao seu tratamento. Esta otimização tem também como reflexo o aumento da fiabilidade do serviço de abastecimento de água. Com efeito, em 2015, a empresa elaborou um plano estratégico para redução de perdas na rede de distribuição em "baixa" de Vila Nova de Santo André, cuja implementação em termos de trabalhos efetivos só se concretizou em 2016, devido aos prazos de contratação associados. Desde então que se tem vindo a verificar uma redução do número de roturas e, conseqüentemente, do valor de perdas de água, obtendo-se em 2017, uma redução de aproximadamente de 6% relativamente a 2015.

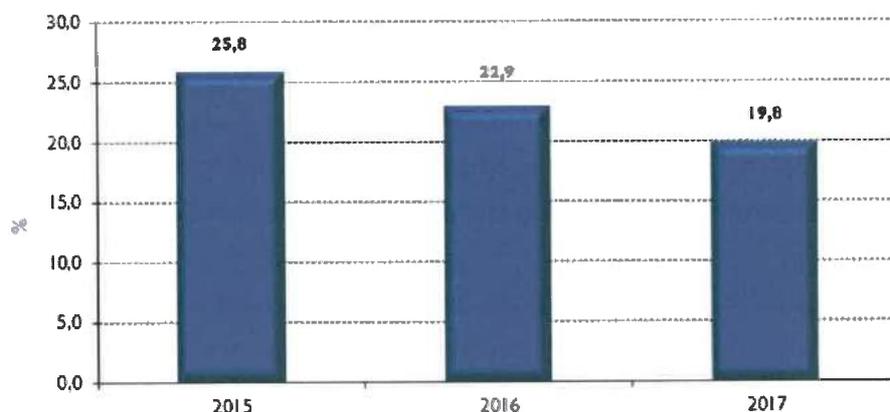


Figura 2 - Perdas de água nas redes de distribuição (ZAZA e ZAZILS)

Esta redução de perdas tem uma forte componente associada à substituição dos troços de conduta que apresentavam um maior número de roturas, sendo esse número um dado representativo da redução que está a ser alcançada, pelo que se apresenta no gráfico abaixo a sua evolução.

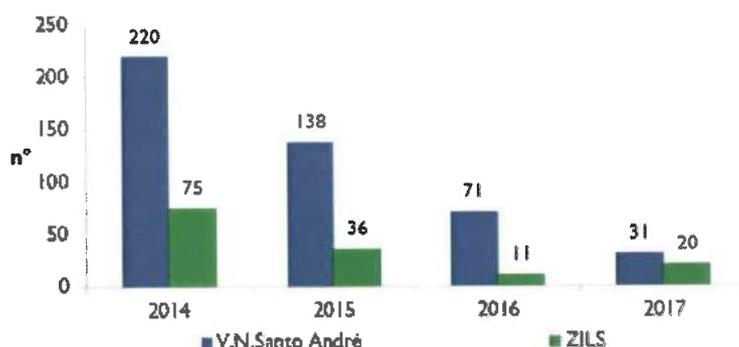


Figura 3- Número de roturas

Obras e empreitadas

Neste capítulo, destaca-se a execução e conclusão da empreitada do Tanque de receção de lixiviados, pela otimização que permite na gestão da ETAR da Ribeira dos Moinhos e aumento da eficiência do tratamento. Também a empreitada de Substituição de 3 grupos eletrobomba da captação de Morgavel, alinhada com os princípios gerais da ISO 50001 e incluída no PEPE, teve início em 2017, esperando-se a sua conclusão em 2018. Foi igualmente iniciada a empreitada de Reabilitação dos reservatórios de água potável (o COSA com 5.000m³ e o COMC com 2.000 m³), a qual visa manter as condições de higienização e conservação infraestrutural desses reservatórios.

Foi realizada, durante o ano de 2017, a empreitada de Execução de Gradil e Varandins na ETA de Morgavel e na EE de Ermidas-Sado, que permitiu melhorar as condições de segurança no trabalho com a instalação de proteções coletivas nestas instalações.

Foi ainda iniciada a execução da empreitada de Reabilitação da Estação Elevatória de Extração de Lamas da

[Handwritten signature]

ETAR de Ribeira de Moinhos, que permitirá melhorar a recirculação e extração de lamas dentro da ETAR.

Projetos de âmbito geral

A 17 de abril de 2017, foi aprovado pela comissão Diretiva do Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), o pedido de reprogramação física e financeira que tinha sido submetido a 27 de dezembro de 2016 referente à operação "Subsistema de água Residual – ETAR de Ribeira dos Moinhos". Assim, o valor máximo elegível da candidatura anteriormente aprovado foi alterado de € 1.622.550,77 para € 1.893.111,88, assim como o prolongamento da execução física foi alargado até 31 de dezembro de 2018.

Durante o ano de 2017, foram submetidos os pedidos de pagamento ao POSEUR das restantes empreitadas, num valor elegível de € 447.678,96. Assim, totaliza-se um valor de € 942.253,17 em pedidos de pagamento apresentados ao POSEUR.

Comunicação e Educação Ambiental

A área de Comunicação e Educação Ambiental está dividida em três áreas distintas: a Comunicação Institucional, a Educação Ambiental e a Comunicação Empresarial e Interna.

Ao nível da **Comunicação Institucional**, a empresa foi parceira do evento que se realizou no porto de Sines, e que acolheu este ano, pela primeira vez, entre 28 de abril e 1 de maio, cerca de 28 veleiros e de 1.000 tripulantes.

O Sines Tall Ships Festival inseriu-se na "Rendez-vous 2017 Tall Ships Regatta" (RDV 2017), uma regata de grandes veleiros que passou por sete países. O festival teve diversas atividades, como visitas às embarcações, desfiles dos tripulantes, concertos e fogo-de-artifício, com entrada gratuita. Tratou-se um festival em terra e no mar, com a presença de veleiros de grandes dimensões de todo o mundo, co-organizado pela Turismo do Alentejo – ERT, Câmara Municipal de Sines e Administração dos Portos de Sines e do Algarve, em parceria com a Aporvela – Associação Portuguesa de Treino de Vela.

A AdSA, nesta parceria, participou com o fornecimento água potável, aos navios e a parte das Zonas de Street food do Terminal Multipurpose de Sines, através do ponto de entrega da Portsines, assim como recebeu e tratou a água residual urbana, recolhida do recinto do festival.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Figura 4- Parceira no evento RVD TALL SHIPS' RACES 2017

Em maio de 2017, a AdSA, participou num dos maiores eventos anuais do Município de Santiago do Cacém, a Feira Anual de Santiago do Cacém – SANTIAGRO, que decorreu entre 25 e 28 de maio. Esta participação permitiu dar a conhecer aos milhares de visitantes que passaram pelo recinto, os serviços prestados pela AdSA, enquanto entidade gestora do Sistema de Santo André.

No seu stand, a AdSA, dinamizou algumas atividades de educação ambiental, nomeadamente sobre os cuidados a ter com os resíduos que são produzidos por cada um de nós. Uma dessas atividades foi realizada com recurso ao ecrã tátil que captou a atenção em especial da população mais jovem.



Figura 5 -Participação na SANTIAGRO

As visitas às infraestruturas são também uma ferramenta essencial na divulgação do trabalho desenvolvido pela empresa e no estreitamento de relações com as partes interessadas.

Os meses de abril, maio e junho de 2017, foram marcados por reuniões e visitas decorrentes do Estudo Prévio para Reabilitação da ETAR de Ribeira dos Moinhos, adjudicado em abril de 2017. Destacam-se as reuniões/visitas:

1. Em abril, realizou-se uma reunião na ARH Alentejo (APA) para apresentação da equipa projetista que iria realizar o estudo prévio e dos objetivos fixados para este estudo. A reunião teve a participação da administração e técnicos da AdSA, colhendo-se da ARH os aspetos que esta entidade considerou pertinentes para a elaboração deste projeto;
2. Tendo presente que o Estudo Prévio acima referido se destina a reabilitar uma ETAR localizada próximo do centro urbano de Sines, em maio, realizou-se uma reunião que incluiu uma visita técnica à ETAR de Olhalvas, infraestrutura integrante do sistema de saneamento da Águas do Centro Litoral, S.A., localizada em meio fortemente urbano, em plena cidade de Leiria, com a participação da Câmara Municipal de Sines, da ARH Alentejo (APA) e da equipa projetista, além de técnicos da AdSA;

AdSA
2017
10



Figura 6 – Visita à ETAR de Olhalvas em Leiria

3. Em junho, realizou-se uma reunião na Câmara Municipal de Sines, para apresentação e discussão dos trabalhos desenvolvidos até à data, sobre o estudo prévio em curso, para que o mesmo pudesse beneficiar de todos os possíveis contributos das várias partes interessadas.

Ainda no ano em referência, em agosto, a AdSA, foi anfitriã de uma visita realizada às suas infraestruturas, por elementos da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), bem como da AdP, no âmbito da revisão ao EVEF, conforme descrito anteriormente, no qual se pretendia que ficasse refletido um novo plano de investimentos até ao fim da concessão.

A visita permitiu, também, dar a conhecer as principais infraestruturas da AdSA, bem como as suas condições, designadamente a Barragem de Morgavel, a Estação de Tratamento de Água (ETA) de Morgavel, a Conduta adutora entre a ETA e o Centro Operacional de Monte-Chãos, as condutas e Emissários - troço aéreo junto à Estação Elevatória de Ribeira dos Moinhos, a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Ribeira dos Moinhos e RESIM – Gestão de Resíduos Industriais de Santo André (Aterro).



Figura 7 - Visita da ERSAR às infraestruturas da AdSA

Foi ainda realizada uma visita técnica de uma comitiva internacional proveniente de Angola. Essas ações são fruto de diversos projetos de assistência técnica e de cooperação institucional que o Grupo AdP tem em curso em diversos países, através da AdP Internacional.



Figura 8 - Visita da comitiva Angolana à AdSA

Na área de educação ambiental, a AdSA procurou reforçar o seu papel enquanto empresa do setor ambiental, através da sua participação em diversas ações tais como a 12.ª Limpeza das Praias promovida pela Associação ALA aventura. Com a ajuda de cerca de 260 voluntários foram recolhidas 4,3 toneladas de resíduos.

Handwritten signature and initials in blue ink.



Figura 9 - 12.ª Limpeza das Praias

Dentro da área de educação ambiental e seguindo esta linha orientadora, pretendemos continuar a prestar um contributo significativo para a qualidade de vida da população local e em concreto chegar à população escolar, assegurando a manutenção dos padrões estabelecidos pela entidade reguladora – ERSAR – que, em 2017, atribuiu à AdSA os "Selos de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano de 2016, em alta e em baixa".

Assim, e no âmbito das comemorações do Dia Nacional da Água, em outubro, a AdSA, recebeu na Estação de Captação do Moinho Novo e no Centro Operacional de Santo André, 50 alunos da Escola Básica EBI N.º 4, de Vila Nova de Santo André. Os alunos tiveram oportunidade de participar numa visita a algumas das principais Captações de Santo André, onde ouviram falar sobre como é feito o tratamento da água e qual sua importância.



Figura 10 - Dia Nacional da Água

Ao nível da **comunicação interna**, no dia 21 de fevereiro, a Administração da Águas de Santo André, S.A. organizou reunião geral com todos os colaboradores da empresa.

Esta reunião decorreu da necessidade de divulgação de informação geral e em concreto sobre a potencial integração da AdSA na EPAL, bem como as perspetivas futuras sobre a empresa.

No dia 25 de maio, a Águas de Santo André completou o seu **16º aniversário**, e esta foi mais uma data a registar neste nível de comunicação.

Para comemorar esta data, a administração e os colaboradores da AdSA passaram uma tarde animada que contou com atividades de team building, seguidas de um jantar recheado de boa disposição. Estas atividades têm como objetivo a promoção do espírito de equipa entre os colaboradores e procurar gerar um momento de maior contacto entre as diferentes áreas da empresa e com a gestão de topo.

Handwritten signature and initials in blue ink.



Figura 11 – 16.º Aniversário da AdSA

Em dezembro, a AdSA, promoveu mais dois convívios, no contexto das festividades associadas à época, um, onde a componente família tem um papel fundamental, envolvendo os filhos dos colaboradores, e outro para convívio conjunto de todos os colaboradores, celebrando mais um ano de trabalho em equipa.



Figura 12 – Convívio entre colaboradores e filhos

[Handwritten signature]

(Página em Branco)

Handwritten signature and initials in blue ink, including a stylized 'A' and 'R'.

B. Relatório de Gestão

Linhas estratégicas

O conselho de administração da Águas de Santo André, no desenvolvimento das suas atividades e tarefas teve em conta o estabelecido na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, na sua atual redação, que estabelece para os gestores públicos, em especial, os que exercem funções executivas, as seguintes obrigações:

- ✓ Assegurar a concretização da missão, das orientações estratégicas e dos objetivos de gestão, definidas nos termos da lei, designadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- ✓ Assegurar o tratamento equitativo do acionista e *stakeholders* e zelar pelo cumprimento de outras orientações que sejam emanadas pelo acionista e pelas Tutelas Setorial e Financeira;
- ✓ Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho da empresa, pelo cumprimento das metas e responsabilidades estabelecidas e pela concretização dos planos de atividades, orçamentos e planos de investimento anuais devidamente aprovados;
- ✓ Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes, avaliando e gerindo os riscos inerentes às atividades da empresa;
- ✓ Propor as ações que se revelarem apropriadas para a consolidação e desenvolvimento da empresa; Considerar as medidas e as ações que venham a ser emanadas pelo conselho de administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, em particular aquelas que resultem de orientações da tutela setorial.

Os gestores públicos que integram o conselho de administração da Águas de Santo André, estão, ainda, sujeitos ao código de ética da empresa, estando igualmente sujeitos ao cumprimento das melhores práticas *Corporate* e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, respeito pela concorrência e pelos agentes do mercado e pela prestação de informação sobre a sua organização e as atividades envolvidas.

Orientações estratégicas gerais

Para além do cumprimento de outras orientações que vierem a ser determinadas nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho de Administração da Águas de Santo André, sem prejuízo da sua autonomia de gestão, deve:

- ✓ Cumprir a sua missão e exercer a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas sectoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- ✓ Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- ✓ Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos

recursos hídricos;

- ✓ Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes, e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- ✓ Adotar metodologias que lhe permita melhorarem continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- ✓ Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientados para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio rigoroso controlo dos encargos que lhe estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- ✓ Implementar planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- ✓ Implementar políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade);
- ✓ Adotar sistema de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da empresa, que cubram todos os riscos relevantes assumidos, suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito (sistemas de informação e controlo de riscos).

A administração da Águas de Santo André, na qualidade de empresa do setor empresarial do Estado, deverá ainda:

- ✓ Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial, assente, fundamentalmente, numa filosofia de gestão que contemple as dimensões económica, ambiental, social e ética;
- ✓ Implementar uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão;
- ✓ Adotar as melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas do Setor empresarial do Estado.

A administração da Águas de Santo André está obrigada ao cumprimento dos deveres de informação, nos termos e prazos fixados, junto da Inspeção Geral de Finanças, Direção Geral do Tesouro e Finanças, Tribunal de Contas, e outros, para efeitos de acompanhamento e monitorização.



Orientações estratégicas específicas

O conselho de administração da Águas de Santo André, no quadro da missão definida deverá ainda no presente mandato (2016 – 2018):

- ✓ Assegurar a prossecução das políticas sectoriais que enquadram a sua atividade e a criação de valor acionista, com especial enfoque para uma prudential gestão do risco e mobilização de recursos financeiros;
- ✓ Assegurar a sustentabilidade económica e financeira das operações nos domínios do abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos, para uma contínua melhoria da eficiência na prestação de serviços e para a promoção da coesão territorial;
- ✓ Assegurar a implementação de processos que visem a redução de custos operacionais numa ótica de gestão mais eficiente e mais sustentável;
- ✓ Assegurar a racionalização dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na conservação das já existentes;
- ✓ Prosseguir a promoção da eficiência, desenvolvendo soluções integradas para gestão do ciclo urbano da água;
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor, através da implementação de soluções que conciliem o indispensável crescimento económico, com um menor consumo de recursos naturais e com a justiça social e a qualidade de vida das populações;
- ✓ Desenvolver uma estratégia integrada de Investigação e Desenvolvimento e Inovação (I&DI), promovendo o desenvolvimento de projetos-piloto, em tecnologias disruptivas com potencial impacto em termos de sustentabilidade e de eficiência no uso dos recursos, em consonância com os objetivos nacionais para este domínio;
- ✓ Desenvolver a sua atividade no quadro de uma rigorosa execução do plano estratégico setorial para o abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas (PENSAAR 2020), que corresponde à visão do Estado para o setor;
- ✓ Promover a melhoria da eficiência operacional, que deve procurar adotar, face à legislação existente, a organização-tipo mais apropriada, nomeadamente ao nível do quadro de pessoal, dos conteúdos funcionais, dos circuitos de informação, das rotinas administrativas, dos recursos financeiros, do planeamento, do orçamento, do controlo e da garantia da qualidade;
- ✓ Atingir as metas previstas no PENSAAR 2020 de acesso das populações aos serviços públicos de águas, promovendo a construção das infraestruturas ainda necessárias, com recurso a soluções e tecnologias adequadas que permitam a redução de perdas no sistema;
- ✓ Contribuir para a melhoria do estado ecológico e químico das massas de água tal como previsto no Plano Nacional da Água e na Diretiva-Quadro da Água e promover ações com vista à adaptação às alterações climáticas, bem como à conservação da natureza;
- ✓ Atingir os objetivos de continuidade e qualidade de serviço, quer no abastecimento de água, aumentando a adesão dos utilizadores ao serviço e otimizando a capacidade instalada das infraestruturas, quer no saneamento de águas residuais, reforçando o cumprimento dos parâmetros

de descarga, aumentando a adesão dos utilizadores ao serviço e otimizando a capacidade instalada das infraestruturas, nomeadamente de tratamento;

- ✓ Assegurar os meios necessários para garantir a redução das infiltrações e afluência de águas pluviais;
- ✓ Desenvolver atividades que contribuam para uma economia de baixo carbono e conduzam à minimização de resíduos e valorização dos subprodutos, eficiência de recursos, eficiência energética e recurso a energias renováveis que decorrem da sua atividade;
- ✓ Atuar no estrito cumprimento do quadro legislativo e contratual, nomeadamente o regime jurídico do setor e a regulamentação ambiental, tarifária, da qualidade de serviço e da qualidade da água, de proteção do consumidor e da concorrência;
- ✓ Atuar no estrito cumprimento do contrato de concessão celebrado com o Estado, propondo a sua revisão sempre que os pressupostos se alterem significativamente, designadamente em termos de partilha de risco/benefício;
- ✓ Atuar em colaboração e no respeito pelas atribuições das entidades públicas envolvidas no setor, designadamente a entidade reguladora e a autoridade ambiental, de recursos hídricos, de saúde, da defesa do utilizador e da concorrência;
- ✓ Praticar uma política tarifária no quadro dos princípios do “utilizador-pagador” e do “poluidor-pagador” que promova uma recuperação gradual de custos num ambiente de grande eficiência e compatível com a capacidade económica da população, nomeadamente da mais carenciada;
- ✓ Assegurar o aproveitamento otimizado do financiamento do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), priorizando projetos que maximizem o benefício dos investimentos já realizados, melhorem significativamente a qualidade do serviço, bem como o desempenho ambiental, e permitam tarifas aceitáveis para o nível de desenvolvimento económico e social das populações;
- ✓ Contribuir para a qualificação dos recursos humanos e inovação do setor em colaboração com outras entidades, fatores essenciais para a garantia de qualidade geral, nomeadamente criando conhecimento endógeno, externalizando os conhecimentos da AdP e assegurando a crescente autonomia nacional;
- ✓ Promover o desenvolvimento do tecido empresarial nacional, criando melhores condições para o desenvolvimento do saber-fazer nacional e, consequentemente, o reforço da capacidade do tecido empresarial com criação de emprego e riqueza;
- ✓ Contribuir para a promoção da concorrência no setor, motivadora da inovação e do progresso técnico e, consequentemente, do aumento da eficiência e da qualidade dos serviços, minimizando as características monopolistas do setor e o risco de abuso de posição dominante e de outras práticas anti concorrenciais, contrárias aos interesses dos utilizadores.

No âmbito das relações com o Grupo Águas de Portugal, o conselho de administração da Águas de Santo André, obriga-se a:

- ✓ Adotar e executar a política de relacionamento entre as empresas participadas e a Holding, aprovada para o Grupo;
- ✓ Propiciar o desenvolvimento na empresa de uma cultura de grupo, que se traduza pela permanente

articulação e colaboração com a estrutura da Holding e com outras empresas do Grupo Águas de Portugal, com vista a:

- ✓ Implementar uma gestão baseada nas competências e na capacidade produtiva do Grupo AdP,
- ✓ Assegurar uma cultura organizacional orientada para a utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência.

Enquadramento

A envolvente

Contexto macroeconómico¹

Global

O crescimento mundial para 2017 terá sido de aproximadamente 3,7% (vs. 3,2% no ano anterior e abaixo dos níveis de crescimento pré-crise financeira internacional) e resulta do crescimento verificado na Europa e na Ásia. O crescimento verificado no quarto trimestre de 2017 foi superior ao projetado no Outono desse ano, principalmente na Alemanha, Japão, Coreia e Estados Unidos da América. Os mercados emergentes contribuíram igualmente para este crescimento, a salientar Brasil, China e África do Sul.

O comércio mundial cresceu fortemente nos últimos meses do ano 2017, apoiado por uma recuperação do investimento, particularmente entre as economias avançadas, e o aumento da produção industrial na Ásia no início do lançamento de novos modelos de smartphones. A atividade industrial tem-se mantido estável, sendo consistente com o forte nível de confiança dos consumidores, apontando para uma procura final sustentada.

O sentimento nos mercados financeiros permaneceu forte nas economias avançadas, verificando-se ganhos nos mercados acionistas e uma nova diminuição da volatilidade. Nas economias emergentes, as taxas de juro baixaram, contribuindo para uma diminuição modesta da restritividade das condições financeiras, ao passo que as entradas de capital regressaram a níveis inéditos desde 2015.

A taxa de inflação acelerou na zona da OCDE de 1,1% em 2016 para 2,25% em 2017, refletindo o aumento nos preços da energia e dos bens alimentares.

Zona Euro

O crescimento do Produto Interno Bruto ('PIB') na zona Euro foi de 2,4% em 2017 (vs. 1,8% em 2016) impulsionado pelos contributos fortes da procura interna e, em especial, das despesas de investimento fixo. As condições no mercado de trabalho continuaram a melhorar nos últimos meses de 2017, a um ritmo ainda mais rápido do que o anteriormente esperado, tendo a taxa de desemprego descido para 9,0% no terceiro trimestre de 2017, o seu nível mais baixo desde finais de 2008.

A taxa de inflação da zona Euro continua sem evidenciar sinais de retoma, tendo o índice de preços ao consumidor, excluindo energia e alimentação, situado em 0,9% a.a. (1,4% a.a. no total). Contudo, as projeções

¹ Fonte: FMI world economic outlook; European Commission economic outlook; Boletim económico do Banco Portugal; Projeções macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

apontam para uma subida gradual da inflação nos próximos anos, suportada pela política monetária do Banco Central Europeu, um contínuo crescimento económico, a correspondente absorção da folga económica e um aumento salarial.

Taxas de Juro

A política monetária da zona Euro permaneceu expansionista, tendo o Banco Central Europeu reduzido a taxa diretora em março de 2016 para -0,4% e alargado o programa de compra de ativos para um valor mensal de 60 biliões de euros, o qual reduzirá em 2018 para um valor mensal de 30 biliões de euros.

As taxas de juro de longo prazo, medidas pela taxa de rendibilidade da dívida pública a 10 anos, aumentaram em 2017 face a 2016, reflexo do crescimento económico verificado em 2017.

As yields das Obrigações do Tesouro português ("OT") a 10 anos desceram no mercado secundário entre o final de 2016 e o final de 2017, de 3,76% para 1,93%, com descida acentuada no segundo semestre de 2017. O diferencial das taxas das obrigações portuguesas face às alemãs é de cerca de 150 pontos base.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística ('INE') e do Banco de Portugal, o PIB português terá aumentado 2,5% em 2017 para um valor total, a preços constantes, próximo do de 2005. Esta evolução que configura uma aceleração em comparação com o desempenho económico em 2016 (1,5%), foi suportada pelo crescimento do consumo privado em 2,5% (essencialmente na procura de bens não duradouros) e do investimento em 10% (essencialmente em equipamento de transporte, outras máquinas, equipamentos e sistemas de armamento), o que contrastou com um crescimento de apenas 0,2% no consumo público.

O mercado do trabalho tem recuperado gradualmente e a taxa de desemprego diminuiu de 11,1% em 2016 para 8,9% em 2017, ficando abaixo da zona euro (9,1%).

A taxa de inflação em Portugal registou um acentuado aumento. Em 2017, o Índice de Preços no Consumidor ('IPC') registou uma taxa de variação média anual de 1,47% (vs. 0,6% em 2016). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média anual situou-se em 1,18% (0,7% em 2016). O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor ('IHPC') português registou uma taxa de variação média anual de 1,6% em 2017 (vs. 0,6% em 2016).

A evolução demográfica em Portugal continua a caracterizar-se pela redução da população residente, em particular nas zonas do interior. Este declínio, que se mantém desde 2010 com um valor aproximado de menos 50 mil pessoas por ano, resulta da redução do número de nascimentos e do balanço negativo dos fluxos migratórios. O envelhecimento da população é outra variável que tem caracterizado a demografia em Portugal. Ao nível das contas públicas, o défice das Administrações Públicas fixou-se em 2,6 mil milhões de euros no conjunto de 2017 (3,8 mil milhões de euros em 2016), o que corresponderá a 1,4% do PIB esperado para 2017 e traduz o aumento das receitas fiscais e das contribuições para a segurança social resultante da dinâmica do mercado, não obstante o aumento controlado do investimento público e da despesa corrente.

Não obstante a redução significativa do valor do défice das Administrações Públicas, em 2017 verificou-se um ligeiro aumento da dívida pública (243 mil milhões de euros em 2017 e 236 mil milhões de euros em 2016),

estimando-se que a dívida pública em 2017 represente aproximadamente, 126% do PIB (130% do PIB em 2016). A evolução da dívida pública teve um comportamento distinto ao longo de 2017, com fortes subidas nos primeiros meses e descidas na reta final do ano. Em Agosto superou pela primeira vez a fasquia dos 250 mil milhões de euros, acumulando uma subida de 9,4 mil milhões de euros desde o início do ano. Nos quatro meses seguintes registou uma queda de 7,8 mil milhões de euros, que apesar de não travar o crescimento do valor em termos nominais, terá sido suficiente para colocar o peso da dívida no PIB a descer.

Perspetivas para 2018-2020

De acordo com as projeções do Banco de Portugal, o processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos. Após um aumento de 2,6% em 2017, a atividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento ao longo do horizonte de projeção, embora a um ritmo progressivamente menor (2,3%, 1,9% e 1,7%, respetivamente em 2018, 2019 e 2020). No final do horizonte de projeção, o PIB deverá situar-se cerca de 4% acima do nível registado antes da crise financeira internacional. As taxas de crescimento projetadas são superiores à média das estimativas do crescimento potencial da economia portuguesa e deverão traduzir-se num hiato do produto positivo nos próximos anos. O crescimento do PIB em Portugal será muito próximo do da média da zona euro ao longo do horizonte de projeção. Em termos do PIB per capita, a convergência real face à zona euro deverá continuar nos próximos anos de forma ligeira, em parte refletindo a redução da população em Portugal. Como tal, esta evolução será insuficiente para compensar a divergência real acumulada até 2013.

As projeções assentam num cenário de aceleração do consumo privado e desaceleração da formação bruta em capital fixo, num contexto de aumento do rendimento disponível, da melhoria progressiva das condições de trabalho e de condições favoráveis ao financiamento.

Durante o período em análise, o Banco de Portugal antecipa uma estabilização da taxa de inflação 1,5% entre 2018 e 2020.

No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2019 e o aumento da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a 10 anos, para 1,1% em 2018, 1,4% em 2019 e 1,7% em 2020. O Banco de Portugal prevê a estabilidade da taxa de juro implícita da dívida portuguesa em 3%.

○ Sector

○ Sector a Nível Mundial²

A água é um bem essencial para o desenvolvimento económico e social encontrando-se no centro do desenvolvimento humano - saúde, produção de alimentos, produção de energia, proteção do ambiente e criação de emprego.

² Fonte: <http://www.worldbank.org/en/topic/water/overview> ; <http://www.worldbank.org/en/programs/global-water-security-sanitation-partnership> ; http://oecdobserver.org/news/fullstory.php/aid/5982/Water_and_climate:_From_risk_management_to_investment_opportunity_.html

A disponibilidade e a gestão da água são determinantes para a salubridade das cidades e na forma como as diferentes sociedades, das mais desenvolvidas às mais pobres, lidam com os impactos das catástrofes naturais, nomeadamente as resultantes das alterações climáticas, de inundações e de secas.

De acordo com o Banco Mundial, a segurança hídrica continua a constituir um dos principais riscos mundiais em termos de impacto no desenvolvimento, sendo um aspeto fundamental na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ('ODS').

Na Cimeira da Organização das Nações Unidas ('ONU'), realizada em 2015 em Nova Iorque, foi aprovada a agenda de ação até 2030, constituída por 17 (ODS) tendo como objetivo a criação de um modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

No âmbito específico do ODS 6, as metas a alcançar são: (i) o acesso universal e equitativo à água potável, melhorando a sua qualidade; (ii) a redução das águas residuais não tratadas; e (iii) o aumento da eficiência no uso da água em todos os setores, promovendo a reciclagem e reutilização de água e combatendo a sua escassez a nível global.

Os problemas mundiais do desenvolvimento sustentável do século XXI – desenvolvimento humano, cidades habitáveis, alterações climáticas, segurança alimentar e segurança energética – não se resolverão a menos que se melhore a gestão de recursos hídricos e se garanta o acesso a serviços de qualidade de abastecimento de água e de saneamento.

Em novembro de 2017 a Assembleia Geral da ONU relançou o diálogo sobre a gestão global da água na COP23 (Cities and local governments for climate action) em Bonn.

Com o objetivo de traduzir os objetivos do Acordo de Paris em fluxos de investimento e financiamento, a estratégia do Banco Mundial levou à criação, em 2017, do Global Water Security & Sanitation Partnership (GWSP) para ajudar os países a alcançar a meta da segurança hídrica universal, baseando-se nos seguintes princípios orientadores: (i) garantir que o desenvolvimento dos serviços hídricos se realize num contexto de gestão sustentável dos recursos; (ii) garantir a acessibilidade à população mais pobre; (iii) gerar conhecimento tecnológico de ponta e inovação (iv) garantir financiamento sustentável para o setor da água; (v) estabelecer alianças mundiais no setor da água.

Os benefícios do investimento estratégico na segurança do recurso água e do seu abastecimento às populações são elevados, e de mais-valia significativa para as populações. No entanto, o seu financiamento, em termos de disponibilidade e de custo, terá que ser assegurado. Para alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e saneamento adequado até 2030, o Banco Mundial estima que o investimento em ativos tenha que triplicar para atingir US \$ 1,7 trilião.

Porém, a segurança hídrica ainda representa um desafio para muitos países com problemas complexos neste âmbito, transversal a todos os setores económicos. O crescimento demográfico e económico exerce uma pressão sem precedentes sobre os recursos hídricos e segundo as estimativas, até ao final de 2030, mantendo as práticas atuais, o mundo enfrentará um deficit de 40% entre a procura de água e a quantidade de água disponível.

De acordo com dados do Banco Mundial, atualmente 70% da água que se extrai destina-se à agricultura. No

ano de 2050 para alimentar 9.000 milhões de pessoas será necessário que a produção agrícola aumente em 60% e a extração de água em 15%. Mais de metade da população mundial vive em zonas urbanas. Os recursos subterrâneos de água esgotam-se mais rápido do que se conseguem regenerar, estimando-se que em 2025, cerca de 1.800 milhões de pessoas viverão em países ou regiões com escassez absoluta de água.

Apesar dos importantes avanços das últimas décadas no acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento, mais de 2.400 milhões de pessoas ainda não tem acesso a serviços de saneamento de qualidade e pelo menos 663 milhões de pessoas não tem acesso a água potável.

A Água e Saneamento em Portugal ³

O setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, reconhecidamente um grande contribuinte para o desenvolvimento económico, social e ambiental, tem uma evolução positiva nos últimos anos em Portugal, destacando-se a excelência da monitorização e da qualidade da água, conforme atestam os dados mais recentes da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Tendo por objetivo promover junto das populações o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade e adequado às suas necessidades, com custos socialmente aceitáveis, e no quadro legal comunitário e nacional e da política europeia em inovação para o setor, está em curso o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental no período 2014-2020, com a designação: "PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais".

Esta estratégia sectorial para o horizonte 2020 está focada na gestão eficiente dos recursos e centrada em temas como a reestruturação do setor e os recursos financeiros a mobilizar, orientando a política pública para a prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado.

Em finais de 2016 foi apresentado o 1.º Relatório do Grupo de Apoio à Gestão do PENSAAR 2020 ('GAG') onde, embora destacando a trajetória positiva do setor da água, se assinalam situações de desempenho mais fraco no âmbito da sustentabilidade das entidades gestoras e da eficiência dos serviços, designadamente na redução de perdas de água, na otimização dos custos operacionais e no equilíbrio dos orçamentos.

No que respeita à "Garantia do direito humano de acesso aos serviços de águas", a informação reportada pela ERSAR no referido relatório revela que a acessibilidade económica do serviço está garantida através de tarifários acessíveis.

Já o relatório relativo à avaliação da aplicação da legislação ambiental da UE divulgado pela Comissão Europeia no início de fevereiro de 2017 confirma que Portugal enfrenta ainda problemas consideráveis nos domínios da gestão dos recursos hídricos e dos resíduos, da qualidade do ar e da conservação da natureza. Não obstante,

³ Fonte: http://ecercaeuropa.eu/environment/eir/pdf/report_pt_pt.pdf;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, republicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 22-B/2016, de 18 de novembro;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro, republicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 22-A/2016, de 18 de novembro;

Decreto-lei n.º 76/2016, de 9 de Novembro

Decreto-lei n.º 42-A/2016, de 12 de Agosto

apresenta aspetos de excelência do desempenho de Portugal, com destaque para as melhorias da qualidade dos sistemas de abastecimento de água potável registadas na última década.

No que respeita aos planos de gestão, há a destacar, em 2016, a aprovação dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica ('PGRH') de Portugal continental (2º Ciclo) para o período 2016-2021. Estes planos abrangem as bacias hidrográficas e as águas costeiras integradas em 8 regiões hidrográficas e constituem a base de suporte à gestão, à proteção e à valorização social e económica das águas. Foram igualmente aprovados os Planos de Gestão de Riscos de Inundações (PGRI) para o período 2016-2021, para 7 regiões hidrográficas, com o objetivo de reduzir as consequências associadas às inundações através da diminuição das potenciais consequências prejudiciais para o ambiente, as atividades económicas, a saúde humana, o património cultural e as infraestruturas.

Já em novembro de 2016, foi aprovado o novo Plano Nacional da Água ('PNA') no qual se definem as grandes opções estratégicas da política nacional da água, a aplicar em particular pelos planos de gestão de região hidrográfica para um período de dez anos. O PNA antecipa também grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022-2027, que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da Diretiva-Quadro da Água. Simultaneamente foi criada a Comissão Interministerial de Coordenação da Água que deverá assumir-se como a entidade privilegiada para a coordenação das políticas de água.

A destacar também a criação do Fundo Ambiental que veio extinguir o Fundo Português de Carbono, o Fundo de Intervenção Ambiental, o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos e o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2017, tendo o Ministério do Ambiente anunciado a disponibilização de 154 milhões de euros para apoiar o investimento na área do ambiente em 2017, dos quais 5 milhões para o Grupo AdP destinados a cumprir objetivos de uniformidade tarifária, e garantir o cumprimento dos objetivos assumidos a nível internacional em matéria de desenvolvimento sustentável e alterações climáticas.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca.

De destacar também a publicação em Diário da República do Despacho n.º 2054/2017 de constituição do grupo de trabalho interministerial responsável pela revisão da ENEAPAI – Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais e atribuição da sua coordenação ao Grupo AdP. Decorridos mais de nove anos desde a aprovação da ENEAPAI, esta iniciativa tem por objetivo fazer o balanço da implementação e consequente atualização da Estratégia dedicada à gestão adequada dos efluentes agropecuários e agroindustriais.

O Grupo AdP

Decorrente do PENSAAR 2020 e do Programa do XXI Governo Constitucional, iniciaram-se os estudos de reavaliação dos processos de agregação dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento ocorridos em 2015, e conversações com os diversos stakeholders, dos quais resultaram, por aprovação largamente maioritária dos acionistas, a criação de 4 novas empresas por cisão da Águas do Norte e da Águas e Lisboa e Vale do Tejo. Foram publicados os decretos-lei: (i) n.º 72/2016, de 4 de novembro, que procede à

primeira alteração do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, e permitiu a criação de sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, mediante a cisão dos sistemas multimunicipais criados por agregação; (ii) n.º 16/2017 de 1 de fevereiro, que procede à criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, S. A. e da Águas do Douro e Paiva, S.A. enquanto concessionária e entidade gestora, e do sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto e da Simdouro – Saneamento do Grande Porto, S.A. enquanto concessionária e entidade gestora; e (iii) n.º 34/2017 de 24 de março, que procede à criação do sistema multimunicipal de saneamento da Grande Lisboa e Oeste e da Águas do Tejo Atlântico, S. A. Enquanto concessionária e entidade gestora e do sistema multimunicipal da Península de Setúbal e da Simarsul – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A..

A solução encontrada visa garantir um equilíbrio entre todos os parceiros e utilizadores envolvidos, seguindo os princípios de contenção tarifária, solidariedade, equidade, incentivo à eficiência e estabilidade.

Quanto aos sistemas em baixa, o Grupo AdP está também a colaborar no apoio à reorganização dos serviços em baixa, em linha com os objetivos de aumento de escala e eficiência preconizados pelo Governo para este setor, nomeadamente através da disponibilização de informação técnica relevante baseada em estudos técnicos e na experiência do Grupo na gestão de redes em baixa (Lisboa, Aveiro e região Noroeste).

O Grupo AdP tem vindo, nos últimos anos, a transitar de um ciclo de investimentos em novas infraestruturas para um conjunto de investimentos de substituição e manutenção com enfoque na sustentabilidade dos sistemas.

Ao nível da gestão dos aproveitamentos hidráulicos, destaca-se a criação de um grupo de trabalho para a gestão de barragens que visa desenvolver um modelo sustentável de integração da gestão destes ativos (atualmente geridos pela Agência Portuguesa do Ambiente) nas atividades das diversas empresas subsidiárias.

O Grupo AdP encontra-se também a desenvolver ações que visam a redução das emissões de carbono da sua atividade, nomeadamente através da atuação ao nível da eficiência energética e produção de energia através de recursos endógenos ou naturais (biogás, fotovoltaica, eólica).

Em matéria de gestão de ativos, tem-se desenvolvido uma abordagem baseada na inteligência de informação tendo a inventariação e cadastro de infraestruturas sido prioritárias.

No que respeita à inovação e desenvolvimento de metodologias, tecnologias e produtos, estão em curso diversos projetos de cooperação internacional, que assumem um papel de dinamização e captação de recursos financeiros europeus para dinamização desta área.

Destaca-se ainda a assinatura em 12 de setembro, na Sede do Grupo AdP em Lisboa, a primeira tranche do empréstimo concedido pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) à Águas de Portugal (AdP) e às suas empresas participadas. O empréstimo tem um valor de 420 milhões de EUR, sendo a primeira tranche de 220 milhões de EUR, e destina-se a financiar investimentos em infraestruturas de água e saneamento. Esta operação conta com a garantia do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), elemento central do Plano de Investimento para a Europa.

No âmbito das medidas previstas no Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca aprovado pela Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca,

foi lançada uma campanha de sensibilização para a seca e para a importância do uso racional da água, numa ação do Grupo AdP, e com a envolvimento da Agência Portuguesa do Ambiente e da ERSAR.

Foi adjudicada durante o ano de 2017 a aquisição de veículos 100% elétricos na frota automóvel operacional das empresas do Grupo AdP. A introdução de veículos de baixas emissões é uma das medidas previstas no PEPE – Plano de Eficiência de Energia Elétrica 2020, apresentado publicamente em maio de 2017, abrangendo a aquisição de 127 veículos ligeiros (76 de passageiros e 51 de mercadorias) e a instalação de 134 pontos de carregamento de norte a sul do País.

Também no âmbito do PEPE, deu-se início à ação de formação de auditores internos especialistas em energia no âmbito da gestão ciclo urbano da água, através da Academia EPAL e com o envolvimento de entidades externas, nomeadamente a ADENE e a Faculdade de Economia e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Regulação

O Grupo AdP presta serviços no setor da água (que inclui o abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais), em “alta” e em “baixa” em regime de exclusividade através das suas subsidiárias (Entidades Gestoras). Estas Entidades Gestoras por sua vez desenvolvem as suas atividades num setor regulado, estando por isso sujeitas à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos pelos respetivos estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Os serviços prestados pelas Entidades Gestoras assentam nos princípios da prosscrução do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

As Entidades Gestoras em “alta” e em “baixa” são exercidas: (i) pelos sistemas multimunicipais (SMM), em regime de Concessão ou de Parcerias entre o Estado, as Autarquias e as Entidades Gestoras; e (ii) pela Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL) e pela Águas de Santo André, S.A. (AdSA), respetivamente, em regime de Gestão Delegada e de Concessão entre o Estado e a Entidade Gestora.

Adicionalmente, as Entidades Gestoras estão sujeitas à regulação ambiental por parte da Agência Portuguesa do Ambiente.

Regulação Económica

As Entidades Gestoras estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR, nos termos dos estatutos desta entidade, e pelo disposto nos diplomas legais de constituição ou estatutários que estabelecem os contratos de concessão, de parceria ou de gestão delegada, e nos quais são descritas as obrigações mínimas do serviço público, o plano de investimentos e a remuneração acionista.

A intervenção da ERSAR em matéria económica perante as Entidades Gestoras encontra-se delimitado consoante se trate de atividade em “alta” ou em “baixa” e pelo respetivo regime destas entidades.

Para os SMM, EPAL e AdSA, a ERSAR detém o poder de fixar as tarifas e rendimentos tarifários, assim como supervisionar outros aspetos económicos e financeiros das respetivas entidades gestoras, nomeadamente emitindo pareceres, propostas e recomendações.

Para os sistemas de titularidade estatal que consubstanciam Parcerias Estado-Autarquias, a ERSAR detém o poder de regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas, sendo as propostas tarifárias submetidas a parecer da ERSAR mas fixadas pelas Comissões de Parceria constituídas pelo Estado e os Municípios, nos termos dos respetivos contratos.

Nos termos dos estatutos de ERSAR, foram constituídos 2 órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) nos quais o Grupo AdP se encontra representado.

O Grupo AdP integra também o grupo de trabalho de apoio ao Conselho Tarifário.

Em 2017, não se verificaram desenvolvimentos relativos à proposta de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA), a qual está sujeita a parecer do Conselho Tarifário e a consulta pública de interessados.

Não obstante, em novembro de 2017, na 12ª Expo Conferência da Água, a ERSAR tenha apresentado as principais linhas orientadoras do futuro RTA.

Águas de Santo André

A Entidade Gestora Águas de Santo André, S.A. exerce, através do contrato de concessão celebrado com o Estado, atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em "alta" e em "baixa" e de tratamento de resíduos industriais, na zona industrial de Sines e na freguesia de Santo André no município de Santiago do Cacém.

A Águas de Santo André, S.A. não constitui um sistema multimunicipal, não obstante a sua regulação ser efetuada nos mesmos termos destes sistemas. As tarifas praticadas por esta entidade gestora são aprovadas pela ERSAR, nos termos dos estatutos desta entidade, conforme descrito anteriormente.

No caso da Águas de Santo André, S.A., a ERSAR decidiu em maio de 2017 a manutenção em 2017 das tarifas aprovadas para 2016. Até ao final de 2017 a ERSAR não tinha aprovado as tarifas a aplicar durante 2018.

Nos termos do contrato de concessão são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista.

O contrato de concessão determina que a remuneração acionista a recuperar por via tarifária seja estimada com base no valor dos capitais próprios e numa taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem mínima de 3%.

Tratando-se de uma remuneração mínima, não se contabilizam quaisquer desvios de recuperação de gastos para esta Entidade Gestora.

Regulação da qualidade do serviço

As Entidades Gestoras estão também sujeitas à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço. Anualmente, os resultados da avaliação efetuada pela Entidade Reguladora são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP) de acesso público.

Em dezembro de 2017 foi publicado e divulgado o Volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas Entidades Gestoras com os dados referenciados a 31 de dezembro de 2016.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

As Entidades Gestoras de abastecimento público de água estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Compete à ERSAR, nos termos dos seus estatutos, exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento público de água, promovendo a melhoria da sua qualidade e universalidade, avaliando o desempenho dessas entidades.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e do Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho, as Entidades Gestoras devem elaborar e submeter anualmente para aprovação da ERSAR o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) cabendo àquela Entidade Reguladora efetuar ações de fiscalização à respetiva implementação.

No cumprimento da legislação vigente, as Entidades Gestoras implementam o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às respetivas competentes.

O PCQA de 2017 da AdP foi aprovado em 17.11.2016 pela ERSAR. No âmbito do PCQA aprovado, em 2017 foram efetuadas 752 análises, 212 no sistema em alta e 540 no sistema em baixa, sendo que não foram detetados incumprimentos aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho, com uma percentagem de cumprimento de 100%.

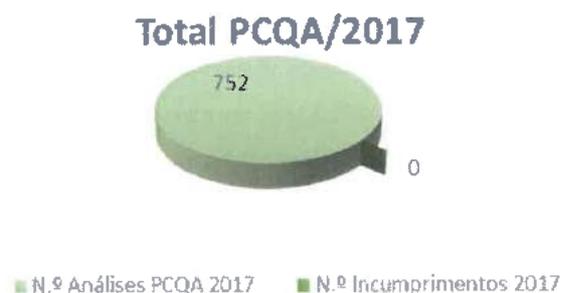


Figura 13 – Qualidade da água para consumo humano

Outras matérias regulatórias

Em 2017, o Grupo AdP manteve ativamente a sua participação na elaboração de sugestões no âmbito das consultas públicas que a ERSAR promoveu.

- ✓ Consulta pública n.º 03/2016 relativa ao Regulamento de Procedimentos Regulatórios;
- ✓ Consulta pública n.º 04/2016 relativa ao Regulamento de Relações Comerciais;
- ✓ Consulta pública n.º 02/2017 relativa à recomendação para "Inspeção, limpeza e higienização de reservatórios destinados ao armazenamento de água para consumo humano".

No final de 2017, iniciou-se a consulta pública n.º 06/2017 relativa à definição dos valores de água não faturada para efeitos de repercussão da taxa de recursos hídricos para 2018. O período de consulta pública terminou no decorrer de 2018 (15.01.2018) e no qual o Grupo AdP participou.

Handwritten signature and initials:
A h2
P

A proposta da ERSAR para a definição dos valores de água não faturada para efeitos de repercussão da taxa de recursos hídricos para 2018 aos seus utilizadores tem como limite 5% para o volume de água faturada em “alta” e 20% para a “baixa”, sendo eventuais valores superiores aos volumes suportados pelas Entidades Gestoras como incentivo à redução de perdas e afluências indevidas.

O Negócio

Introdução

O Sistema de Santo André

O Sistema de Santo André abrange três vertentes: abastecimento de água, água residual e resíduos industriais. Este sistema serve a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda, parcialmente, os municípios de Santiago do Cacém (cidade Nova de Santo André e costa de Santo André) e, pontualmente, sempre que solicitado, a cidade de Sines.



Figura 14 – Área de Intervenção do Sistema de Santo André

Abastecimento de Água

Distribuição

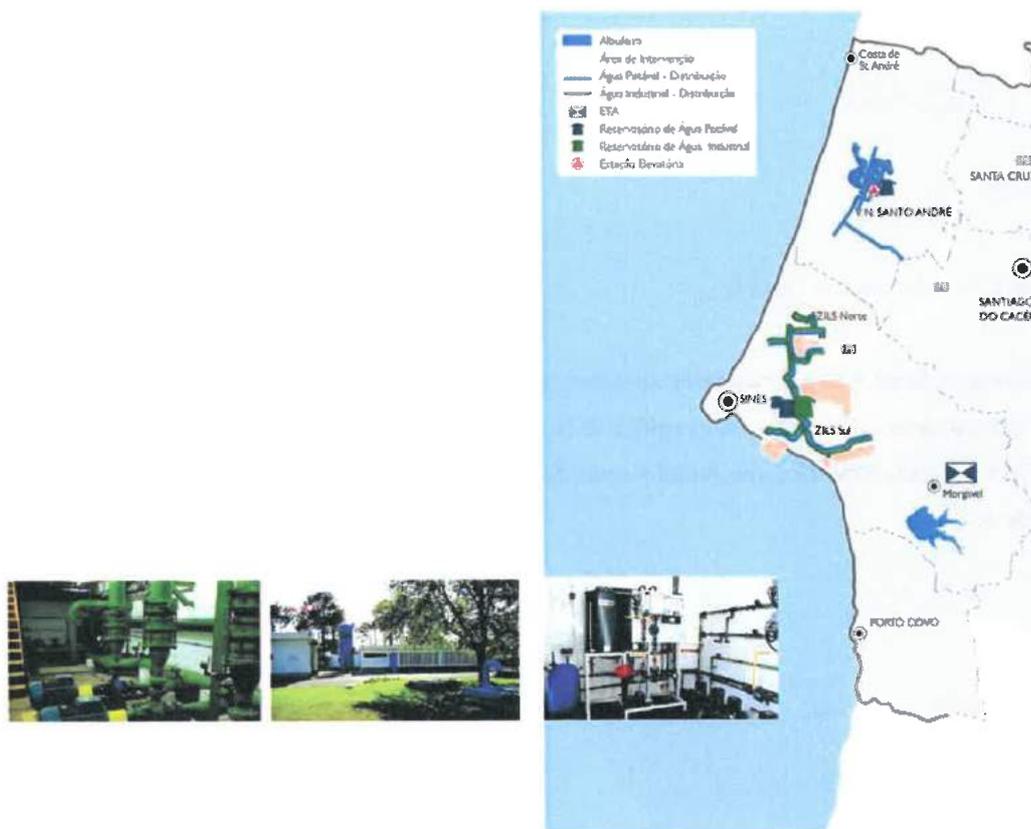


Figura 15 – Rede de distribuição

Rede de água potável

A distribuição de água potável abrange duas zonas de abastecimento; a zona de Santo André e a Zona Industrial e Logística de Sines.

A distribuição em Santo André é efetuada a partir do reservatório, situado na sede da empresa, do qual a água é bombeada diretamente para a rede. Na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) a distribuição é feita a partir dos reservatórios situados em Monte Chãos, por gravidade.

Quadro 4 – Distribuição de água potável em baixa

Água Potável	
Rede de distribuição (km)	104
Caudal médio diário distribuído (m ³ /dia)	5.853
Estações elevatórias	1
População servida (habitantes)	17.260

Handwritten signature and initials in blue ink.

Rede de água industrial

Esta rede destina-se a distribuir água industrial às indústrias da ZILS, sendo efetuada por gravidade a partir de um reservatório situado em Monte Chãos, utilizando uma rede de distribuição própria e independente da de água potável, embora com traçados paralelos.

Quadro 5 – Distribuição de água industrial

Água Industrial	
Rede de distribuição (km)	17
Caudal médio diário distribuído (m ³ /dia)	35.687
Indústrias servidas (habitantes equivalentes)	230.000

Abastecimento



Figura 16 – Rede de abastecimento

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Sistema de Santo André

A captação é feita a norte de Vila Nova de Santo André, no designado sistema aquífero de Sines. Este sistema compreende um conjunto de cinco captações subterrâneas ativas. A água captada é bombeada por estações elevatórias para um reservatório em Santo André e outro em Monte Chãos.

Quadro 6 – Abastecimento de água potável em alta

Sistema de Santo André	
Captações	6
Estação de Tratamento de Água (ETA) *	3
Adutoras (km)	27
Estações elevatórias	4
Capacidade de produção (m ³ /dia)	20.000
População servida (habitantes)	28.921
*três pontos de desinfecção do sistema AP, conforme definição da ERSAR	

Sistema de Morgavel

Este sistema compreende a captação no Rio Sado, em Ermidas do Sado, seguido de uma adução com cerca de 40km até à Albufeira de Morgavel sendo água posteriormente transportada até ao reservatório em Monte Chãos (50.000 m³).

Quadro 7 – Abastecimento de água industrial

Sistema de Morgavel	
Captações	1
Estação de Tratamento de Água (ETA)	1
Adução em conduta, canal e túnel (km)	39
Capacidade de produção (m ³ /dia)	130.000

Águas Residuais



Figura 17 – Rede de Água Residual

O Sistema de saneamento de água residual de Santo André compreende a recolha, transporte e tratamento de água residual industrial proveniente da Zona Industrial e Logística de Sines e da água residual urbana provenientes das cidades de Santo André, Sines e Santiago do Cacém.

As águas residuais são tratadas na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Ribeira de Moinhos, sendo depois descarregadas no mar, através de um emissário submarino com 2480 m de comprimento e a 40 m de profundidade.

Quadro 8 – Dados Águas Residuais

Água Residual	
Rede de coletores (km)	57,4
Estações elevatórias	11
Estação para injeção de oxigénio	1
Bacias de Retenção	2
Estação de Tratamento de Água Residual (ETAR)	1
Emissário submarino	1
Capacidade de tratamento (m ³ /dia)	43.000
Volume diário tratado (m ³ /dia)	16.715
Carga média removida (ton CQO/ano)	1.389
População servida (habitantes)	31.450

Resíduos Industriais



- A - Zona Edificada**
 - 1 - Edifício Administrativo
 - 2 - Balcão
 - 3 - Armazém/Ferramentaria
 - 4 - Edifício de Estacionamento/Armazenamento
 - 5 - Tanque de Lavagem de Rodados
 - 6 - Estação Elevatória do RESIM/Tanque de Retenção de Lixiviados
 - 7 - Sistema da Rede de Incêndios
 - 8 - Estação Elevatória dos Lixiviados de RNP
- B - Zona Selada de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)**
- C - Zona de Deposição Temporária de Lamas Oleosas**
- D - Zona Selada de Resíduos Sólidos Industriais (RSI)**
- E - Célula de Deposição de Resíduos Não Perigosos (RNP)**
- - Piezómetros**

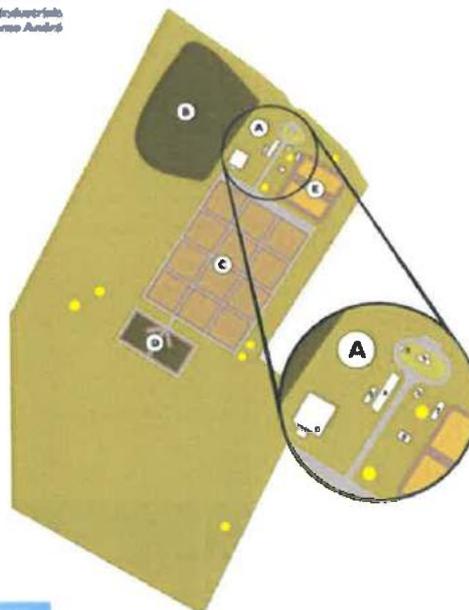


Figura 18 – Esquema do RESIM

Na vertente de resíduos industriais, a AdSA tem por atribuição receber os resíduos Industriais provenientes das indústrias situadas na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda os resíduos industriais provenientes dos subsistemas da AdSA.

O aterro de resíduos industriais, com uma extensão total de 59 ha, contempla quatro zonas distintas de resíduos, uma zona de infraestruturas de apoio ao funcionamento do aterro e uma rede piezométrica, constituída por 13 piezómetros, para monitorização da qualidade das águas subterrâneas.

Zona de deposição de resíduos sólidos urbanos (RSU)

A zona destinada à deposição de RSU, cuja área de projeto é de 27.200 m², entrou em funcionamento em 1977, com a finalidade de servir os concelhos de Santiago do Cacém e Sines, tendo sido encerrado, em abril de 2000, após a entrada em funcionamento do aterro sanitário do sistema de resíduos sólidos do Litoral Alentejano, Aljustrel e Ferreira do Alentejo.

A AdSA, em 2011, procedeu à selagem e requalificação ambiental das Células de RSU.

Zona de deposição de resíduos sólidos industriais (RSI)

A zona destinada à deposição de RSI, constituída por dois alvéolos e com uma área total de deposição de 14.450 m², iniciou a sua utilização em 1994, tendo sido encerrada em 2008.

A AdSA, em 2011, procedeu à selagem e requalificação ambiental das células de RSI.

[Handwritten signature]
A-12
10

Zona de deposição temporária de lamas oleosas

Com o objetivo de armazenar temporariamente as lamas oleosas provenientes da ETAR de Ribeira dos Moinhos e das empresas situadas na ZILS, foram construídas 12 bacias, cujo funcionamento iniciou em 1982 e terminou em 2008.

Em 2015 foi concluída a resolução do passivo ambiental existente, através da prestação de serviços de Retirada das Lamas Confinadas no Aterro de Santo André, adjudicada ao consórcio EGEO/SISAV/Carmona/Lena Ambiente, tendo sido, desde o início do projeto e até setembro de 2015, concluídas as 12 bacias existentes. Foram retiradas 82.078,62 toneladas de resíduos (lamas oleosas) e 32.592,74 toneladas de solos saneados, tendo como destinos finais, respetivamente, os CIRVER SISAV e ECODEAL e o Aterro de Resíduos Não Perigosos da Lena Ambiente II. Este foi um projeto cofinanciado pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e pelo Fundo de Intervenção Ambiental (FIA).

Zona de deposição de resíduos não perigosos (RNP)

A AdSA, em 2010, procedeu à construção de uma célula para receção de resíduos não perigosos (RNP). Esta célula, constituída por dois alvéolos, tem como características técnicas principais:

- ✓ Capacidade anual para receção de RIB: 6.500 toneladas;
- ✓ Vida Útil Espectável: 16 a 23 anos (dependente dos quantitativos de resíduos a receber).

Tendo recebido o seu alvará de licença para a realização de operações de gestão de resíduos em maio de 2011, a AdSA retomou a atividade de receção de RNP em setembro de 2011.

Outros negócios

Desde 2006, que têm sido apresentados à AdSA sucessivos pedidos de descarga de lixiviados, por invocada incapacidade das unidades de tratamento de lixiviados dos Aterros de Resíduos Sólidos Urbanos.

Para a execução desta prestação de serviços a AdSA solicitou autorização ao Concedente autorização para o exercício desta atividade de forma continuada, até um limite máximo de 5% do caudal médio afluente à ETAR, estando em vigor a autorização N.º 3/SEAMB/2018, emitida pela Secretaria de Estado do Ambiente, em janeiro de 2018, válida por 3 anos.

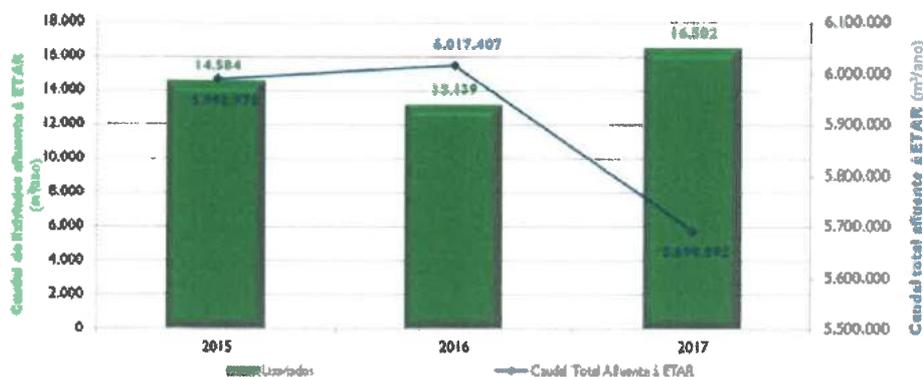


Figura 19 – Lixiviados

(Assinatura manuscrita)

Sustentabilidade

Enquadramento

No ano de 2017, continuámos empenhados em contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, aliando o crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações de hoje e das gerações futuras. Caminhámos com afinco no combate às alterações climáticas, na concretização da economia circular e no cumprimento dos ODS.

A Águas de Santo André, enquanto empresa pertencente ao universo AdP, grupo que desempenha uma função ativa na sociedade e no ambiente, desenvolve uma gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

Estratégia de sustentabilidade

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas dos *stakeholders*, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com a subscrição do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Neste enquadramento, e tendo por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e colaboradores, com a comunidade e com as demais partes interessadas, identificaram-se os principais desafios do grupo em matéria de sustentabilidade e definiram-se os Princípios e Compromissos da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo AdP.

ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE	
SIMBIOSE COM AMBIENTE	
Comprometemo-nos a contribuir para a proteção do ambiente, conciliando o ciclo urbano da água com os ciclos da natureza, gerindo e valorizando os recursos, integrando as melhores práticas e potenciando novas atividades	
Desafios	Prevenção dos impactes ambientais Gestão e valorização dos recursos Adoção das melhores práticas disponíveis Inovação e desenvolvimento tecnológico Gestão dos riscos relacionados com as alterações climáticas
Princípios	Compromissos
Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza	Conservar e valorizar as massas de água Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas Apostar na Investigação e Desenvolvimento
Princípios	Compromissos
Contribuímos para o combate às alterações climáticas	Garantir a ecoeficiência do Grupo

Mi
h2
M

SIMBIOSE COM OS ACIONISTAS E CLIENTES

Comprometemo-nos a garantir a sustentabilidade económica do Grupo e a criação de valor para os acionistas e demais partes interessadas, assegurando o desenvolvimento do negócio e cumprindo as metas traçadas

Desafios	<p>Criação do valor para os acionistas e partes interessadas</p> <p>Cumprimento das orientações e objetivos previstos nas estratégias sectoriais</p> <p>Garantir a acessibilidade, a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço prestado bem como a segurança do produto</p>
Princípios	Compromissos
<p>Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente</p>	<p>Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas</p> <p>Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo</p> <p>Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável</p>
Princípios	Compromissos
<p>Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida</p>	<p>Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações</p> <p>Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto</p> <p>Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade</p>

SIMBIOSE COM OS COLABORADORES

Comprometemo-nos a considerar o capital humano como fator dinamizador do sucesso e decisivo para a contínua excelência do serviço, tendo como principais desafios a igualdade de oportunidades, a avaliação de desempenho, a formação, o desenvolvimento de competências e a higiene, saúde e segurança no trabalho

Desafios	<p>A qualificação e valorização dos recursos humanos</p> <p>Promoção da saúde e segurança no trabalho</p>
Princípios	Compromissos
<p>Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo</p>	<p>Investir no desenvolvimento dos colaboradores</p> <p>Garantir a igualdade de oportunidades</p> <p>Garantir a segurança e saúde no trabalho</p> <p>Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal</p> <p>Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz</p>

SIMBIOSE COM A COMUNIDADE

Comprometemo-nos a garantir um serviço público cada vez mais abrangente e de qualidade elevada, investindo na relação com os stakeholders, com as comunidades locais e com os fornecedores

Desafios	<p>Prestação de um serviço público de abastecimento de água e de saneamento, universal e contínuo, a tarifas socialmente aceitáveis e com níveis de qualidade de serviço adequados</p>
Princípios	Compromissos
<p>Promovermos a aproximação crescente à comunidade</p>	<p>Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento</p> <p>Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais</p> <p>Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico.</p> <p>Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento</p>

O Relatório de sustentabilidade do Grupo AdP, anualmente publicado desde há nove anos, integra o balanço consolidado da atividade da holding e das empresas detidas direta ou indiretamente pela AdP, SGPS, evidenciando estratégias adotadas, o grau de cumprimento das metas fixadas e o relato das boas práticas.

O Relatório de Sustentabilidade de 2017, em continuidade com as edições anteriores, segue as diretrizes do GRI – Global Report Initiative e os referenciais da ERSAR, podendo ser consultado no sítio da AdP em www.adp.pt.

Stakeholders / Partes Interessadas

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade do Grupo AdP passa por um exercício de partilha e transparência da empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas pelas empresas do Grupo.

O Grupo AdP identificou como principais *stakeholders* os seguintes grupos:



Figura 20 – Esquema de relações com partes interessadas

Através da Direção de Regulação, Planeamento e Controlo de Gestão, o Grupo AdP pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *stakeholders* acima descritos.

Esta direção atua como interlocutora entre a comissão executiva e os *stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsável pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim, se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

Handwritten signature and initials in blue ink.

A responsabilidade do Grupo AdP neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de carácter público, constituindo o seu core business uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável do país.

O Grupo AdP cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre assente no princípio da transparência e assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

Gestão do risco

A Águas de Santo André, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

De modo a assegurar a eficácia e eficiência dos processos que garantem o atingimento dos objetivos, a existência de um sistema de controlo interno, visa garantir um nível de confiança razoável nos mecanismos de controlo implementados. Estes compreendem um conjunto de ações que, em conjunto ou individualmente, garantem que os processos desenvolvidos asseguram o cumprimento das metas definidas e a realização da sua missão.

A adequabilidade do sistema de controlo interno encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco existente, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

No modelo de gestão do risco empresarial implementado no Grupo AdP, os riscos encontram-se organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).



Figura 21 – Classes e categorias de riscos

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:

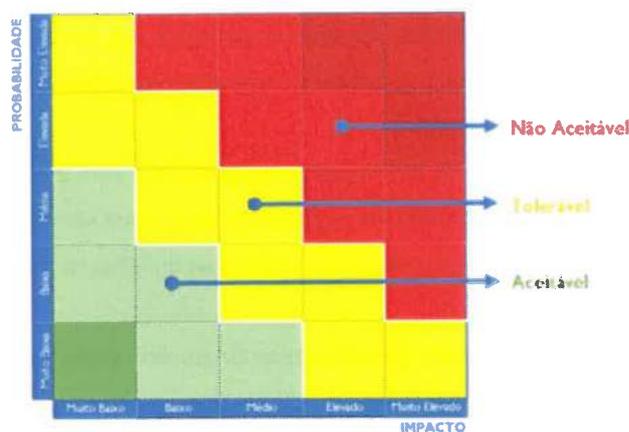


Figura 22 – Matriz de nível de risco

A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- ✓ Financeira;
- ✓ Reputação;
- ✓ Legal ou regulamentar; e
- ✓ Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;

Handwritten signature and initials:
 L-12
 R

- o Ocorrência anterior do risco;
- o Complexidade do risco; e
- o Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas de Santo André, S.A., sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela Águas de Santo André, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos. Considerando a avaliação do risco efetuada em 2017, alguns dos principais riscos a que este se encontra exposto, são os seguintes:

- Regulação e Obrigações Legais;
- Gestão Operacional Abastecimento;
- Gestão Operacional Saneamento;
- Gestão Operacional Resíduos Industriais;
- Manutenção;
- Segurança de Infraestruturas;
- Contas a Receber (Recebimentos);
- Compras;
- Contratos;
- Gestão de Pessoal;
- Infraestruturas Tecnológicas;
- Gestão do Risco e Crises;
- Segurança no Trabalho.

Na sequência da avaliação do risco empresarial realizado pela AdSA, verificou-se a existência de uma homogeneidade do Nível de Aceitação dos Riscos Residuais (Tolerável), pelo que foram definidos alguns Critérios que se considerou serem os mais relevantes para, entre os riscos, se distinguir os mais críticos para a empresa. Os critérios definidos foram:

- 1º Risco Residual cujo seu Risco Inerente seja mais elevado;
- 2º Risco Residual cujo Impacto seja mais elevado;
- 3º Risco Residual cuja Probabilidade seja mais elevada;
- 4º Risco Residual que se mantem no mesmo Nível de Aceitação do Risco Inerente.

Assim, em 2017, os riscos identificados como mais significativos para a AdSA foram:

- **R.2.1.2 – Impacto ambiental (1º e 4º Critério)**
Risco de uma ineficiente utilização dos recursos ambientais ou contaminação dos mesmos, decorrente direta ou indiretamente da atividade da empresa ou do incumprimento da legislação / regulamentação ambiental vigente.
- **R.3.3.4 – Gestão de talentos (2º e 4º Critério)**
Risco de dificuldade na captação e retenção do capital humano necessário ao bom funcionamento e desenvolvimento da Organização, decorrente de:
 - ✓ um processo de recrutamento não direcionado para as necessidades da Organização;
 - ✓ uma ineficiente e inatempada avaliação de desempenho;
 - ✓ uma política de formação desalinhada com o incremento de competências; e
 - ✓ uma ineficiente política de gestão de carreiras.
- **R.3.4.1 – Gestão da saúde pública (4º Critério)**
Risco de consequências adversas para a Saúde Pública, decorrentes de falhas, acidentes a nível técnico ou humano ao longo da cadeia de abastecimento ou de saneamento.
- **R.3.6.2 – Capacidade técnica e humana (4º Critério)**
Risco de não atingimento dos objetivos definidos para a Organização, decorrente da dificuldade na manutenção e gestão dos meios técnicos, humanos e financeiros adequados e suficientes para a operação do negócio.
- **R.2.3.4 – Tecnologias de informação (4º Critério)**
Risco de incapacidade ou dificuldade na resposta às necessidades do negócio, devido a inexistência ou desalinhamento do planeamento estratégico das Tecnologias de Informação (equipamentos, infraestruturas, software), face a estratégia da Organização.
- **Outros Riscos Relevantes**
 - ✓ R.2.1.3 – Sustentabilidade financeira
 - ✓ R.2.4.2 – Gestão do conhecimento
 - ✓ R.3.3.1 – Gestão das relações laborais
 - ✓ R.3.4.3 – Gestão de contratos de Clientes



Subsequentemente será elaborado um Plano de Tratamento do Risco, através da definição de estratégias de tratamento onde serão contempladas as ações corretivas e/ou de melhoria sobre o nível dos controlos, bem como a definição de prazos de implementação e respetivos responsáveis, permitindo a monitorização periódica dos principais riscos, de forma a acompanhar a sua evolução.

Atividade Operacional

Infraestruturas

O ano de 2017 foi caracterizado por dois momentos. Um primeiro momento, em que se deu continuidade ao plano de investimentos que vinha sendo seguido, o qual tinha por base o Contrato de Concessão da AdSA, bem como os Planos de Intervenção, realizados para os subsistemas de abastecimento e de saneamento da Águas de Santo André. Recorde-se que os Planos de Intervenção da AdSA foram desenvolvidos com base numa metodologia de análise de risco, a qual considerou diversos fatores e subfactores, ponderados de acordo com a especificidade da Empresa e *stakeholders* envolvidos. O segundo momento consistiu no desenvolvimento de uma proposta de revisão do Contrato de Concessão da AdSA, para a qual foi elaborado um novo modelo de Estudo de Viabilidade Económica e Financeira. Por esse motivo, foi o Plano de Investimentos da Empresa revisto, tendo-se, obviamente, aproveitado toda a informação existente sobre o estado de condição das infraestruturas, previsões de procura e princípios de regulação do setor.

Tal não invalidou o caminho que estava a ser seguido, antes pelo contrário, veio reforçar a necessidade de se realizar um valor de investimento bastante significativo a curto-médio prazo, não só na reabilitação das principais instalações (ETA e ETAR), mas também na duplicação da conduta adutora existente entre a ETA de Morgavel e o reservatório de água industrial, como forma de aumento da fiabilidade do sistema, flexibilidade de gestão e minimização do risco de falha de serviço. Também os aspetos relacionados com a automação das instalações e telegestão vieram revelar-se primordiais, com vista à otimização das operações e consequente redução de custos operacionais.

Estudos e Projetos

Estando previsto para final de 2016 a entrega de vários dos principais projetos da AdSA, tal não veio a concretizar-se, tendo sido prolongados para 2017.

Na verdade, quando da tramitação das expropriações e servidões dos terrenos afetos aos vários projetos, deparamo-nos com a obrigatoriedade de proceder ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) para realização da empreitada de construção da "Conduta Adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos". Assim e para além da necessidade de proceder à contratação da revisão de dois de projetos - "Conduta Adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos" e "Nova conduta de ARU da CR da Barbuda à ETAR de Ribeira de Moinhos", a qual foi adjudicada em setembro na sequência de um procedimento concursal para esse efeito, foi ainda necessário contratar o EIA para o projeto da empreitada de construção da "Conduta Adutora entre a ETA de Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos", adjudicado a 7 de

novembro.

O ano de 2017 foi também marcado pelo desenvolvimento do Estudo Prévio para "Remodelação e Beneficiação da ETAR de Ribeira dos Moinhos" o qual revelou-se de complexidade acrescida, dada a especificidade da instalação em questão, pois praticamente não existe bibliografia referente a soluções de tratabilidade de efluentes cuja origem é cerca de 70% de caudais industriais, com forte componente petroquímica e 30% de caudais urbanos.

Assim, foi desenvolvido um trabalho conjunto, com a entidade projetista e com a Direção de Engenharia da AdP, de forma a discutir novamente as soluções de tratamento possíveis, tentando obter referência internacionais sobre unidades do mesmo tipo. Há ainda a destacar diversas visitas realizadas a outras instalações, nomeadamente à ETAR de Olhalvas do Grupo AdP e à ETAR de Matosinhos explorada pela Petrogal.

Outra questão absolutamente primordial foi o cuidado a ter, em sede de desenvolvimento da conceção da ETAR, com os aspetos relativos ao consumo de energia e caso fosse possível, à produção de energia elétrica. Para isso deverão ser atendidos, em fase de desenvolvimento das soluções técnicas e tecnológicas, objetivos que minimizem os consumos de recursos, com especial destaque para os energéticos.

Por outro lado, foram ainda concluídos e entregues os projetos "Emissário da Euroresinas" e "Melhoramento e ampliação dos Balneários da Sede, ETAR de Ribeira dos Moinhos e ETA de Morgavel".

Relativamente aos projetos "Bypass entre ao ponto de recolha da Petrogal e a Bacia de Retenção da Estação Elevatória ZIP3", atualmente designado como "Emissário da Petrogal à bacia da ZIP3", "Duplicação da Bacia de Retenção da Estação Elevatória ZIP3" e "Reabilitação de conduta de distribuição de água potável da ZILS Norte", como ainda não tinham sido iniciados até ao final de 2016 pela Direção de Engenharia Corporativa, optou-se por proceder à contratação de projetista, tendo sido lançado um procedimento de concurso público, para o efeito, prevendo-se a conclusão desses projetos durante o ano de 2018.

Foi ainda iniciada a prestação de serviços de "Diagnóstico aos Sistemas de Supervisão da ETAR de Ribeira dos Moinhos e da ETA de Morgavel". No caso da ETAR de Ribeira dos Moinhos o documento integrou depois as bases de trabalho do Estudo Prévio de "Remodelação e Beneficiação da ETAR de Ribeira dos Moinhos". No caso da ETA de Morgavel, o mesmo teve depois seguimento, nomeadamente pelo desenvolvimento das peças de procedimento de contratação pública por prévia qualificação para "Reformulação do Módulo de Relatórios e do Sistema de Automação dos Filtros da ETA de Morgavel". O investimento associado, cujo preço base é de € 175.000,00, será realizado durante o ano de 2018, o que permitirá aumentar a fiabilidade da instalação e suprimir alguns constrangimentos de operação. Por outro lado, o mesmo contempla a instalação de analisadores de energia e integração dos dados na telegestão da instalação, pelo que, serão otimizados os processos sob o ponto de vista energético.

Igualmente foi desenvolvido o procedimento para contratação de "Aquisição de bens para o Sistema de automação, supervisão e comunicações da Captação de Ermidas do Sado e instalação dos mesmos", prevendo-se a execução deste investimento no primeiro semestre de 2018.

Foram ainda realizados os procedimentos com vista à contratação das seguintes prestações de serviços:

- ✓ Elaboração do projeto de execução de "Intervenções a curto prazo da ETA de Morgavel;
- ✓ Elaboração do Estudo Prévio e Projeto de Execução para Remodelação e Beneficiação da ETA de



Morgavel.

Empreitadas

Em 2017 foram concluídas as seguintes empreitadas:

- Empreitada de construção "Fecho da Malha ZILS Norte - Ponto A", concluída pelo valor €230.728,57.



Figura 23 – Fecho da Malha ZILS Norte

- Execução de gradil e varandins na ETA de Morgavel e EE de Ermidas-Sado, pelo valor de €138.614,81.



Figura 24 - Execução de gradil e varandins na ETA de Morgavel e EE Ermidas-Sado

- Empreitada de construção "Tanque de Receção e Regularização de Lixiviados e Fossas Sépticas", concluída pelo valor €334.665,12.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Figura 25 - Empreitada - "Tanque de Receção e Regularização de Lixiviados e Fossas Sépticas"

Em 2017 foram iniciadas as seguintes empreitadas:

- "Substituição de grupos eletrobomba com a finalidade de garantir o caudal necessário ao Subsistema -Captação Morgavel", adjudicada pelo valor de €485.287,42.

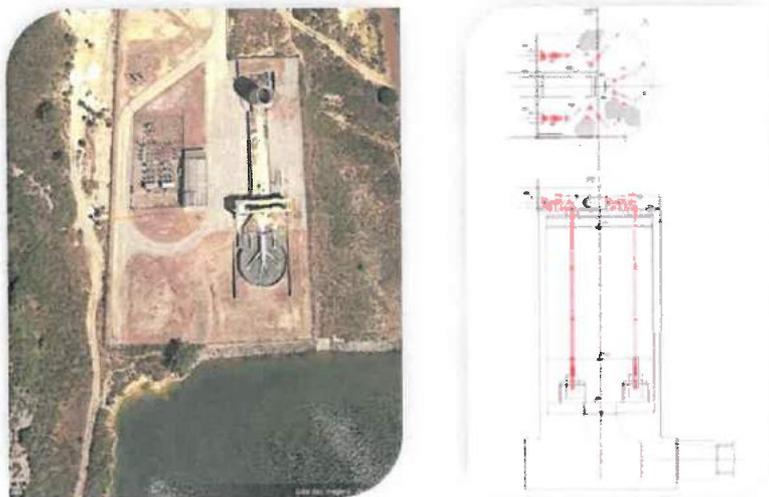


Figura 26 - Substituição de grupos eletrobomba - Captação Morgavel

- Empreitada para "Reabilitação dos Reservatórios de Água Potável (COSA – 5000 m³; COMC – 2000m³), adjudicada pelo valor de €268.801,08.

Handwritten signature in blue ink, possibly 'C. H. B.' with a checkmark above it.



Figura 27 - Reabilitação dos Reservatórios de Água Potável

- Empreitada de "Remodelação dos Sistemas de Neutralização de Fugas de Cloro das ETA's do Centro Operacional de Santo André e do Centro Operacional de Monte Chãos", adjudicada pelo valor de €99.698,19.



Figura 28 - Remodelação dos Sistemas de Neutralização de Fugas de Cloro das ETA

- Empreitada de "Reabilitação da Estação Elevatória de Extração de Lamas da ETAR de Ribeira de Moinhos", adjudicada pelo valor de €82.334,53.



Figura 29 - Reabilitação da Estação Elevatória de Extração de Lamas da ETAR de Ribeira de Moinhos

Relativamente à empreitada "Construção da Caixa de Entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos", adjudicada pelo a 12 de dezembro de 2016, pelo valor de € 98.064,02 e prazo de execução de 90 dias, foi decidido revogar contrato, por vicissitudes diversas, aprovando-se o lançamento de novo procedimento de empreitada a ocorrer em 2018.



Figura 30 – Construção da caixa da entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos

Gestão de Ativos

Em 2017, a empresa empenhou-se no desenvolvimento de um novo objetivo, dando início a uma abordagem à temática da Gestão de Ativos, que não se encontrava ainda implementada na AdSA.

Para enfrentar este desafio, foram estabelecidas parcerias com várias entidades de ensino superior, nomeadamente, o Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), o IST (Instituto Superior Técnico) e o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), além da colaboração de técnicos da AdP Serviços.

Simultaneamente, para desafiar as diferentes áreas da empresa a envolverem-se na lógica da gestão de ativos, foi submetido um resumo para um artigo sobre a aplicação dessas ferramentas no sistema de água industrial da AdSA, a uma Conferência da IWA sobre essas temáticas, realizado em setembro, em Itália. Tendo o resumo sido aceite produziu-se uma comunicação da autoria de técnicos da AdSA e da AdP que foi apresentada na referida conferência e promoveu, sobretudo, o aprofundamento de conhecimentos.

Entretanto, vale ainda a pena detalhar as áreas objeto de estudo das parcerias acima referidas, que incidiram sobre os subsistemas de Água Industrial e de Água Residual, conforme detalhado em seguida.

Parceria com o Instituto Politécnico de Setúbal

Da parceria com o Instituto Politécnico de Setúbal resultou a realização de dois estágios profissionais, tendo um deles sido desenvolvido na temática da Gestão de Ativos. O estágio em questão teve como objetivo o levantamento e análise dos ativos que integram o sistema de distribuição de água industrial, desde a Estação de Tratamento de Água (ETA) de Morgavel até ao Reservatório de Monte-Chãos. Este levantamento visou assim validar a lista de inventário e, simultaneamente, identificar estados de condição dos ativos, de modo a fazer-se uma primeira avaliação funcional dos mesmos.

No âmbito destes estágios, como forma de transmitir conceitos e princípios orientadores em matéria de gestão de ativos, foi preparada uma ação de formação, na qual estiveram presentes não só colaboradores da AdSA, mas também os estagiários do Instituto Politécnico de Setúbal e os respetivos orientadores de estágio. A

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'G. Silva'.

formação foi realizada por técnicos do Grupo AdP.

Parceria com o IST

Em contactos com o IST, foi possível concretizar, em novembro de 2017, o Protocolo de Colaboração de Investigação e Desenvolvimento Plano de Gestão de Ativos para o Sistema de Abastecimento de Água Industrial (PGA-AAI), com vista ao desenvolvimento de um projeto-piloto cujo resultado principal será um Plano de Gestão de Ativos para o sistema de Abastecimento de Água Industrial (PGA-AAI).

O projeto-piloto abrange ativos físicos do sistema de Abastecimento de Água Industrial da AdSA, designadamente captações, condutas, ETA, estações elevatórias, reservatórios, monitorização, automação e telegestão, barragens e/ou túneis e galerias.

O PGA-AAI servirá de modelo para Planos de Gestão de Ativos (PGA) de outras classes de ativos não abrangidas no projeto-piloto e para o futuro PGA global da AdSA, bem como uma base para o desenvolvimento futuro do sistema e do apoio relevante à gestão de ativos na AdSA.

O PGA-AAI será desenvolvido tendo em conta os principais referenciais internacionais, nomeadamente as normas da série ISO 55000 e as diretrizes do Institute of Asset Management (IAM) e do Institute of Public Works Engineering Australasia (IPWEA), adaptado ao nível de maturidade atual da gestão de ativos na AdSA.

O Protocolo tem a duração de 6 meses, com início em Novembro de 2017 e termo em Abril de 2018.

No final do ano, foram igualmente encetadas conversações com vista à celebração de um Protocolo de Colaboração de Investigação e Desenvolvimento Protocolo que tem por objeto um Projeto de Investigação Aplicada, cujo resultado principal será a "Simulação de Desempenho do Sistema de Drenagem de Águas Residuais da AdSA".

O mesmo visa desenvolver uma ferramenta informática de simulação dinâmica do sistema de drenagem de águas residuais afluente à ETAR de Ribeira dos Moinhos, isto é, uma modelação matemática da rede explorada pela Águas de Santo André, S.A., com base no USA-EPA Water Management Model (SWMN).

O objeto desse projeto-piloto de ID&I é, a curto prazo, dispor de uma ferramenta de simulação que permita estimar, para vários cenários de afluência e condições climáticas, parâmetros hidráulicos de escoamento em secções críticas do sistema, nomeadamente caudais, alturas e velocidades do escoamento, com vista a apoiar a decisão do ponto de vista de gestão das afluências para otimização do desempenho das instalações e redução do risco de descargas poluídas. O prazo estimado é de doze meses.

Parceria com o LNEC – Iniciativa iEQTA

Ao abrigo da Iniciativa em Energia, Qualidade e Tratamento de Água (iEQTA), ação promovida pelo LNEC, a AdSA celebrou um protocolo de participação, pelo qual o tema GPI - Gestão patrimonial de infraestruturas de tratamento de água e águas residuais (ETA e ETAR) será desenvolvido.

Esta iniciativa pretende apoiar as entidades gestoras de estações de tratamento de água e águas residuais na melhoria contínua do desempenho das suas infraestruturas, na capacitação dos seus técnicos e organizações, e na promoção do trabalho em rede. Esta iniciativa pretende também apoiar as EG na realização de diagnósticos de eficiência energética desde a captação até ao tratamento, assim como apoiar na melhoria da gestão da

qualidade da água nas redes de distribuição de água.

Em concreto, pretende-se desenvolver nesta iniciativa um enfoque de soluções de gestão de ativos na ETAR de Ribeira dos Moinhos, com base na solução que vier a ser definida no estudo prévio em curso para a reabilitação dessa ETAR.

A iniciativa tem a duração de 27 (vinte e sete) meses, concluindo-se no início de 2020.

Manutenção

Durante o ano de 2017 na AdSA realizaram-se intervenções de manutenção preventiva e de manutenção corretiva, que são registadas em software próprio.

Assim, e por área de negócio, verificaram-se 931 ordens de trabalho para o sistema de água bruta, 720 para o sistema de água industrial, o qual incluiu atividade de alta e baixa, 177 ordens de trabalho para o sistema de distribuição de água potável (exclui-se Vila Nova de Santo André), 997 ordens de trabalho para o subsistema de água residual, o qual inclui água residual industrial, água residual urbana e água residual salina, 34 ordens de trabalho para o centro de custos comuns e 11 ordens de trabalho para o sistema de resíduos industriais banais. O mesmo pode-se concluir do gráfico abaixo.



Figura 31 – Total de ordens de trabalho por área de negócio em 2017

O gráfico 2 apresenta a divisão do total de ordens de trabalho do gráfico 1 por tipos de intervenção.

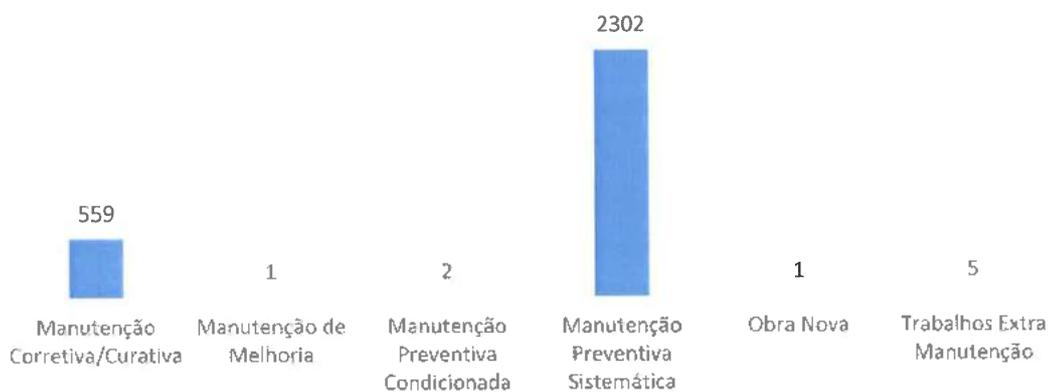


Figura 32 – Total de ordens de trabalho por tipo de trabalho em 2017

Analisando a natureza das ordens de trabalho conclui-se pela existência de 2302 ordens de trabalho de

Handwritten signature and initials in blue ink.

manutenção preventiva sistemática, 559 ordens de trabalho de manutenção corretiva/curativa, além de um pequeno conjunto de ordens de trabalho de outros tipos.

Para entendimento dos destaques apresentados no gráfico 2, relativos ao volume de atividades corretivas/curativas e preventivas sistemáticas, apresentam-se nos gráficos seguintes os tipos de problemas que estiveram nas causas das avarias e a divisão por nível de atuação das atividades de manutenção preventiva sistemática.

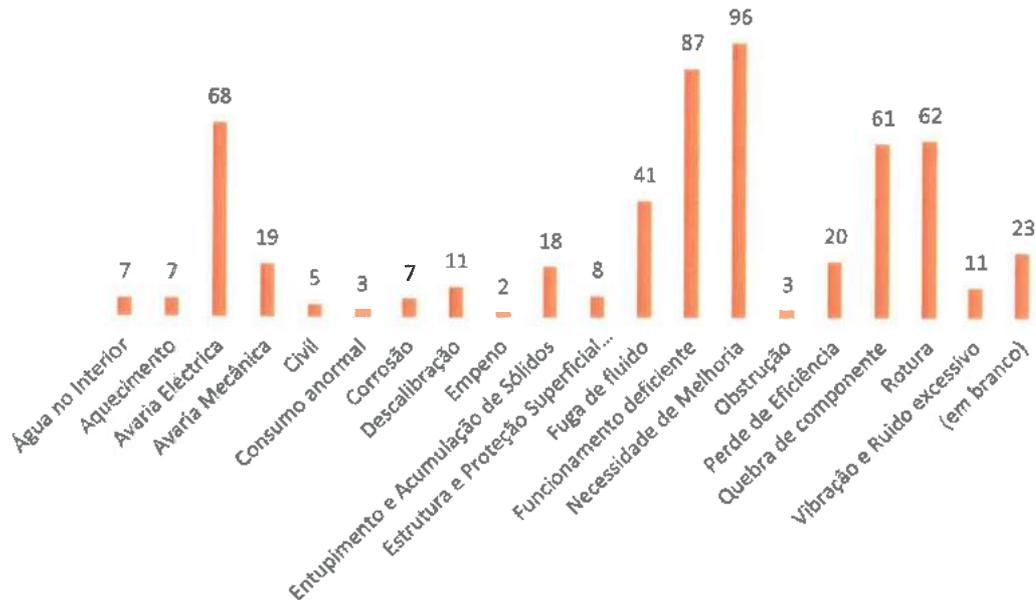


Figura 33 – Tipos de problemas que originaram os trabalhos de manutenção corretiva/curativa em 2017

Nota: Em branco representa o total de ordens de trabalho em que o tipo de avaria não foi classificado. A realização das atividades de Manutenção Preventiva Sistemática (MPS) dividem-se em 1.º e 2.º nível. As atividades de 1.º nível estão integradas nas rotinas operacionais realizadas pela equipa de operação e são maioritariamente atividades de inspeção que não necessitam de ferramentas ou outros meios técnicos para intervenção no equipamento. Contudo, durante o ano de 2017 não foram realizadas. As atividades de 2.º nível são realizadas pela equipa de manutenção e além das inspeções incluem intervenções que podem obrigar à paragem e desmontagem do equipamento.



Figura 34 – Total de manutenções preventivas sistemáticas por nível de atuação em 2017

Operações de manutenção mais relevantes

Apresentam-se de seguida alguns registos fotográficos de operações de manutenção consideradas mais relevantes, dando-se nota da diversidade de intervenções realizadas.

Reparação de rotura na conduta adutora ETA de Morgavel – Monte Chãos, janeiro

Existência de uma fuga em troço metálico DN 800, no interior da caixa de manobras, e devido a não ser possível seccionar e vaziar a tubagem para a reparação da rotura em definitivo, optou-se por colocar em volta da tubagem, nomeadamente na zona da fuga, utilizando uma junta em inox de reparação rápida com borracha interior.

Para efetuar esta reparação, foi necessário esgotar a água do interior da caixa de manobras com recurso a gerador elétrico, viatura de caixa aberta e eletrobomba.



Figura 35 – Reparação de rotura na conduta adutora ETA de Morgavel/Monte Chãos

Reparação de rotura na conduta adutora COSA – EE de Ribeira dos Moinhos, fevereiro

Fuga de água identificada em conduta PRFV DN500 foi provocada por entidades externas. Para a reparação, colocou-se um troço novo de tubagem PRFV DN500 PN10 com cerca de 4 metros, interligado à tubagem existente por meio de duas juntas multidâmetro.

Durante a reparação e por estarem a decorrer trabalhos de outras Entidades no local, colocou-se uma viga de ferro e cintas de aperto a sustentar a tubagem reparada, enquanto não era possível aterrar a escavação.



Figura 36 – Reparação da Conduta adutora COSA – EE Ribeira dos Moinhos

[Handwritten signature]

Reparação de rotura na conduta adutora ETA – Monte Chãos, março

Fuga de água na conduta adutora ETA – Monte-Chãos, no troço metálico DN1000, no interior do túnel sob a R45, localizada junto da abraçadeira metálica de amarração da tubagem ao berço de betão. A reparação foi realizada com aplicação de uma junta em inox de reparação rápida.

Aproveitando a intervenção nesta zona, beneficiaram-se os outros berços de betão e trocaram-se os parafusos de fixação das abraçadeiras.



Figura 37 – Reparação da rotura na conduta adutora ETA – Monte Chãos

Limpeza e inspeção dos equipamentos na Estação Elevatória Zona I, março

Para planeamento de uma intervenção mais profunda e reparação de alguns equipamentos, realizou-se uma limpeza da cisterna e caixa de válvulas da Estação Elevatória da Zona I, com o objetivo de inspeção e do estado das eletrobombas, tubagens e válvulas existentes nesta infraestrutura.

Para efetuar este trabalho, beneficiou-se do contrato existente de prestação de serviços das limpezas industriais.





Figura 38 – Limpeza e inspeção dos equipamentos na EE Zona I

Reparação de uma rotura na conduta adutora ETA – Monte Chãos, abril

Na sequência de uma fuga identificada em conduta adutora ETA – Monte-Chãos, que surgiu no troço metálico cónico de DNI500 x DNI000, no interior da caixa de manobras perto da fábrica da EDP, e face à impossibilidade de esvaziar a conduta e às pressões nesse troço, a reparação foi realizada com o apoio de uma equipa contratada externamente de mergulhadores que trabalharam, na caixa em questão, debaixo de água.



Figura 39 – Reparação de uma rotura na conduta adutora ETA – Monte Chãos

[Handwritten signature]
10

Instalação de válvula redutora de caudal na conduta A1 de abastecimento ao cliente Euroresinas, julho

A AdSA instalou uma válvula de sobrevelocidade, a qual permite evitar inundações decorrentes de roturas violentas de condutas, junto a um dos seus clientes industriais.

A realização do trabalho obrigou à contratação de serviços de grua.



Figura 40 - Instalação de válvula redutora

Beneficiação de duas descargas de fundo da conduta adutora Ermidas, setembro

Beneficiação de duas juntas telescópicas da conduta adutora de aço DN2000, em Ermidas-Sado, incluindo limpeza e reperfilagem da vala da descarga de fundo.



Figura 41 – Beneficiação de duas descargas de fundo da conduta adutora Ermidas-Sado

Reparação de rotura na conduta adutora COSA – EE de Ribeira dos Moinhos, outubro

Reparação de uma fuga de água na conduta adutora de água bruta PRFV DN500 COSA- EE Rib. Moinhos, ocorrida numa ligação antiga entre dois troços de tubagem, na zona dos Brejinhos, num local de difícil acesso a máquinas e pessoas devido às vedações, estradas e passagens hidráulicas existentes.



Figura 42 – Reparação de rotura na conduta adutora COSA – EE Ribeira dos Moinhos

[Handwritten signature]
A-12
17

Operação

Água Potável

O subsistema de Água Potável abrange toda a produção de água potável (captação, tratamento e armazenamento), para abastecimento em alta ao município de Sines (Bêbeda e Paiol) e ao município de Santiago do Cacém (Giz, Foros da Quinta e Brescos), e para distribuição às zonas de abastecimento de Santo André e da ZILS, com origem no Aquífero de Sines.

Captação subterrânea

Em 2013 foi estabelecido, com a APA, o Contrato de Concessão relativo à utilização dos recursos hídricos para captação de água subterrânea do domínio público do estado no sistema aquífero de Sines, destinado ao abastecimento público do sistema de abastecimento de Santo André.

Em 2015 foram aprovados os perímetros de proteção das captações subterrâneas da AdSA, através da portaria n.º 119/2015.

Relativamente ao ano 2017, foi captado o volume total de 2.151.337 m³.

Este volume foi captado de forma variada ao longo do ano, verificando-se em outubro o maior valor mensal captado, de cerca de 261.314 m³, e em fevereiro, o valor mensal mais baixo na ordem dos 110.000 m³.

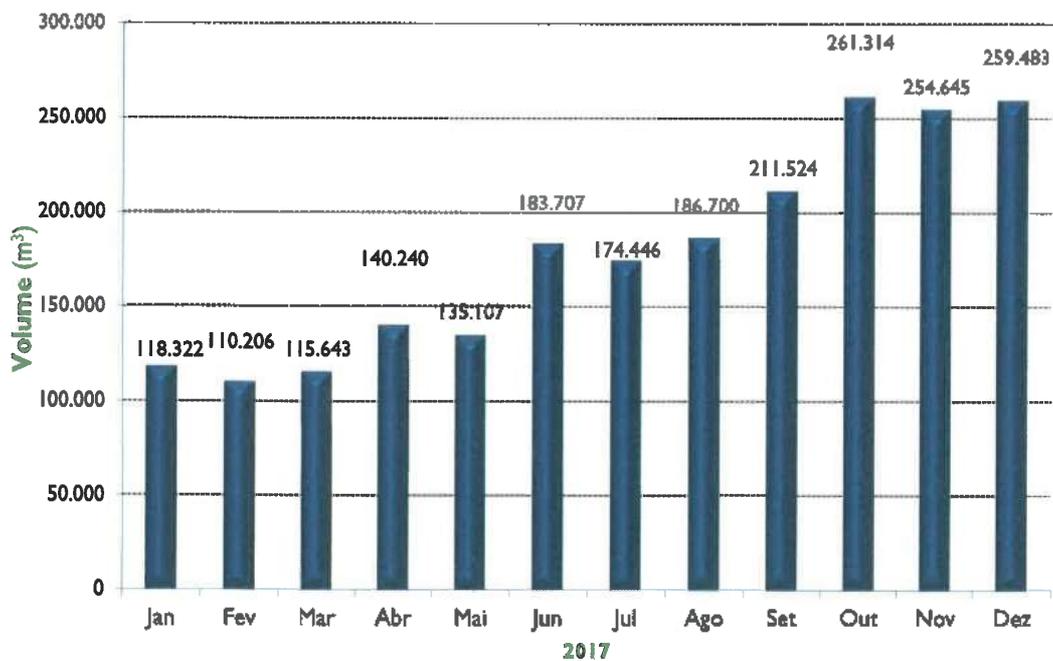


Figura 43 - Produção mensal das captações de Água Subterrânea

Numa análise plurianual verifica-se um aumento sensível relativamente aos valores dos anos anteriores.

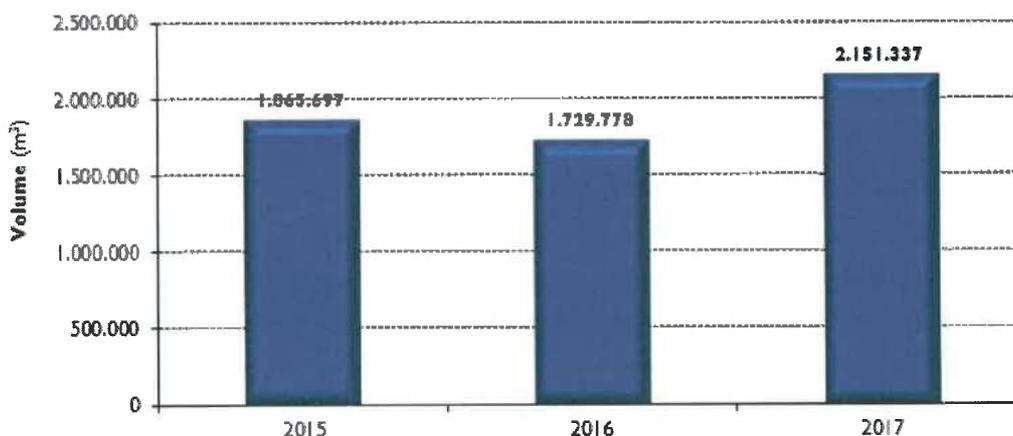


Figura 44 - Água subterrânea captada no período de 2015 a 2017

Em 2017, no âmbito do contrato de concessão estabelecido, a qualidade da água na origem foi monitorizada ao abrigo do respetivo plano de monitorização, tendo-se efetuado um total de 602 determinações analíticas, nas cinco captações ativas e em cinco de reserva. Esta monitorização incluiu amostragens semestrais, em abril e em outubro, com rotinas de análise semestrais e anuais, o que permitiu avaliar as características qualitativas da água captada.

Na figura seguinte, indicam-se os 42 parâmetros analisados em cada uma das dez captações:

Quadro 9 – Número de determinações analíticas efetuadas por captação subterrânea

Captações subterrâneas 2017		
Características	Parâmetros	Nº Análises / Ano
Condições térmicas	Temperatura	2
	Carbono Orgânico Total	2
Condições de oxigenação	Oxigénio dissolvido	2
	Oxigénio dissolvido	2
Salinidade	Condutividade	2
	pH	2
Estado de acidificação	Alcalinidade	2
	Dureza Total	2
Nutrientes	Azoto Amoniacal	2
	Nitratos	2
	Nitritos	2
	Fósforo Total	2
Microbiologia	Fosfatos (Ortofosfatos)	2
	Coliformes totais	2
	Coliformes fecais	2
	Escherichia coli	2
	Streptococos fecais	2
	Salmonelas	2

[Handwritten signature]

Captações subterrâneas 2017		
Características	Parâmetros	Nº Análises / Ano
Substâncias prioritárias	Cádmio dissolvido	
	Chumbo dissolvido	
	Mercúrio dissolvido	
Outros poluentes	Cobre dissolvido	
	Ferro dissolvido	
	Manganês dissolvido	
	Zinco dissolvido	
	Arsénio dissolvido	
	Crómio dissolvido	
	Bário dissolvido	
	Boro dissolvido	
	Sulfatos	
	Cloretos	
	Cianeto livre	
	C10-C40	
	BETEX	
	Tricloroetileno	
	Tetracloroetileno	
	Sódio	
	Cálcio	
	Magnésio	
Potássio		
Bicarbonatos		
Brometos		

A análise dos valores anuais indica que a qualidade da água subterrânea captada se mantém dentro dos valores normais estabelecidos pelo diploma legal em vigor, Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, ou seja, todos os parâmetros analisados se encontram dentro dos limites legais.

Produção e abastecimento

A água produzida nas ETA's de Santo André e de Monte Chãos é armazenada nos reservatórios de Santo André e de Monte Chãos, respetivamente, e posteriormente entregue nos pontos de distribuição da cidade de Vila Nova de Santo André e na ZILS.

Quadro 10 – Pontos de entrega de água para consumo humano e respetivos caudais

Ponto de Entrega	Caudais (m ³)
Centro Operacional de Santo André	1.106.816
Centro Operacional de Monte Chãos	455.533
Suburbano Santo André	137.504
ByPass (adução/distribuição) e transvaze para Sistema de água industrial	435.044
Total fornecido	2.136.320

No tocante ao sistema de abastecimento em alta verificam-se perdas de 0.70 %.

Distribuição

No quadro abaixo apresentam-se os volumes da água produzida bem como a água fornecida e as respetivas perdas.

Quadro 11 – Volumes de água produzida e fornecida

	2015	2016	2017
Água produzida (m ³)	1.657.519	1.576.406	1.563.772
Água fornecida (m ³)	1.269.984	1.215.844	1.253.497
Perda de distribuição (%)	23,98	22,87	19,84

A redução do valor de perdas verificado em 2016 e 2017 deveu-se ao facto de se ter reduzido o número de roturas na rede de distribuição de Vila Nova de Santo André, resultado do plano de substituição dos troços que frequentemente apresentavam roturas.

A qualidade da água distribuída é controlada através do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR), de acordo com a legislação em vigor, o Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de agosto e o Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho.

No cumprimento do PCQA, aprovado para o ano de 2017, a AdSA efetuou através de um laboratório acreditado pelo IPAC as 520 determinações (em alta e em baixa) que asseguraram o cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de agosto, não se tendo verificado qualquer incumprimento aos valores paramétricos definidos, o que corresponde a um cumprimento de 100,00 % da qualidade de água fornecida pela AdSA.

Paralelamente ao PCQA, a AdSA desenvolveu um outro programa complementar, constituído por amostras recolhidas nos seus pontos de entrega, tendo realizado 1.206 determinações não obrigatórias, as quais cumpriram na íntegra, todos os VP (valores paramétricos) estabelecidos no Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de agosto. No conjunto destes dois programas de monitorização, foram realizadas 1.726 determinações analíticas, um número que triplica o obrigatório, de acordo com o referido PCQA.

Água industrial

O subsistema de abastecimento de Água Industrial abrange as atividades de captação da água superficial no Rio Sado, através da Estação Elevatória de Ermidas do Sado, a sua condução através do sistema conduta-canal-túnel à Albufeira de Morgavel, e posterior bombagem para produção de água industrial na ETA de Morgavel. Posteriormente a água é aduzida e armazenada no Centro Operacional de Monte Chãos, de onde é feita a distribuição de água industrial à ZILS. Este centro é igualmente responsável pela distribuição de água potável para a mesma zona.

Captação

O subsistema de abastecimento de Água Industrial inicia-se na captação de Ermidas do Sado, de onde é bombeado nos meses em que há disponibilidade na origem, em termos de qualidade e quantidade. Na figura

seguinte apresentaram-se os caudais captados em 2017.

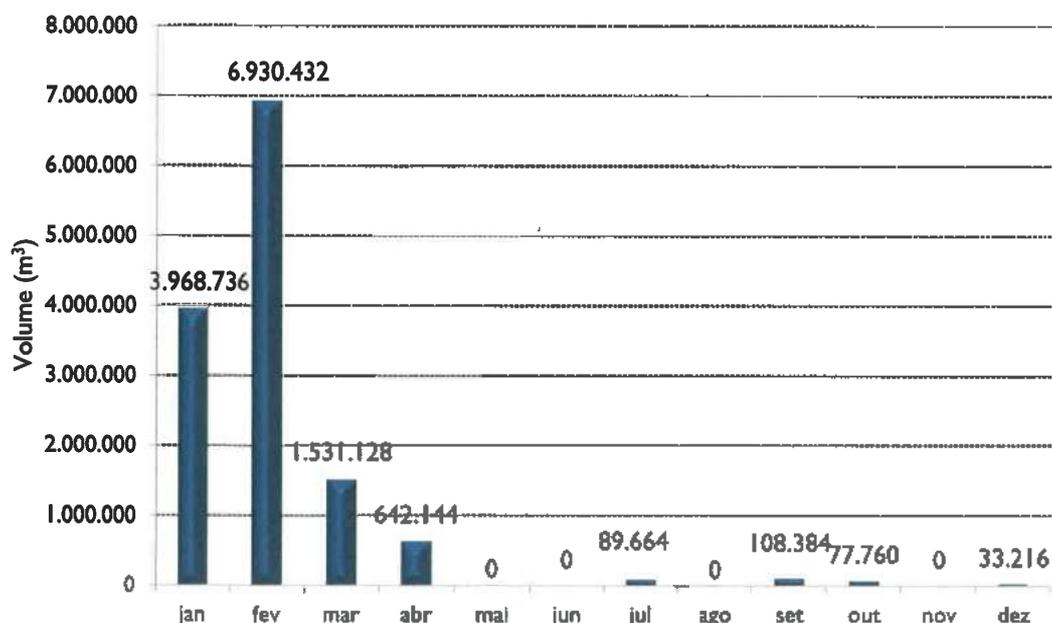


Figura 45 – Volumes captados no Rio Sado em 2017

Os reduzidos caudais bombeados nos meses posteriores a abril de 2017, justificam-se pela indisponibilidade hídrica na origem. Durante o ano de 2017, foi possível elevar água nos primeiros quatro meses, o que possibilitou a captação de volumes significativos, tendo o nível e respetivo volume da albufeira ficado dentro dos valores normais, tendo em consideração que no ano de 2016 não foi possível captar a água pretendida.

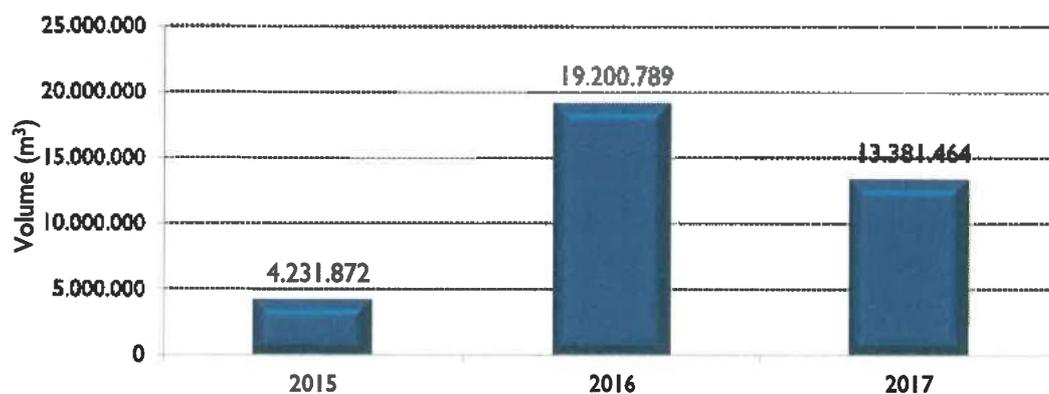


Figura 46 – Volumes de água captada na EE Ermidas-Sado

A figura seguinte apresenta a evolução do volume de água na Albufeira de Morgavel, ao longo dos últimos 3 anos.

Handwritten signature and date: 24/6-12

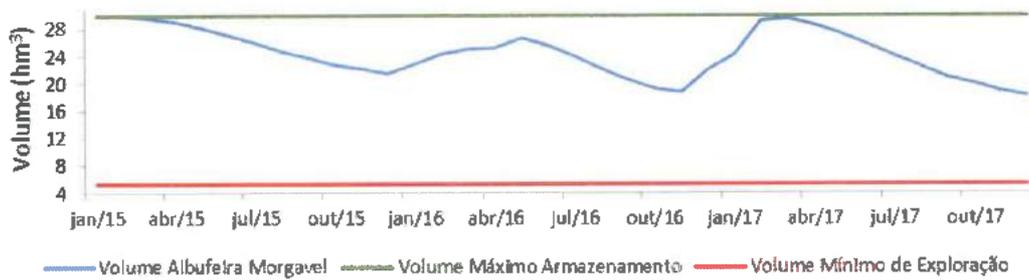


Figura 47 – Volumes armazenados na albufeira de Morgavel no período de 2015-2017

Embora até ao início de 2017 a AdSA tenha conseguido repor os níveis da albufeira de Morgavel, por se ter na empresa a perceção do risco associado a sua exploração e se saber que o inverno anterior não tinha permitido atingir o nível máximo que é admitido à exploração daquela barragem, a partir do outono do ano de 2017, não foi possível começar a repor os níveis de água armazenada nessa albufeira, devido à seca vivida ao longo do ano e indisponibilidade da origem Sado, acima referida.

Produção

Durante o ano de 2017 foram produzidos na ETA de Morgavel cerca de 12,85 hm³ de água industrial, destinada aos clientes da ZILS.

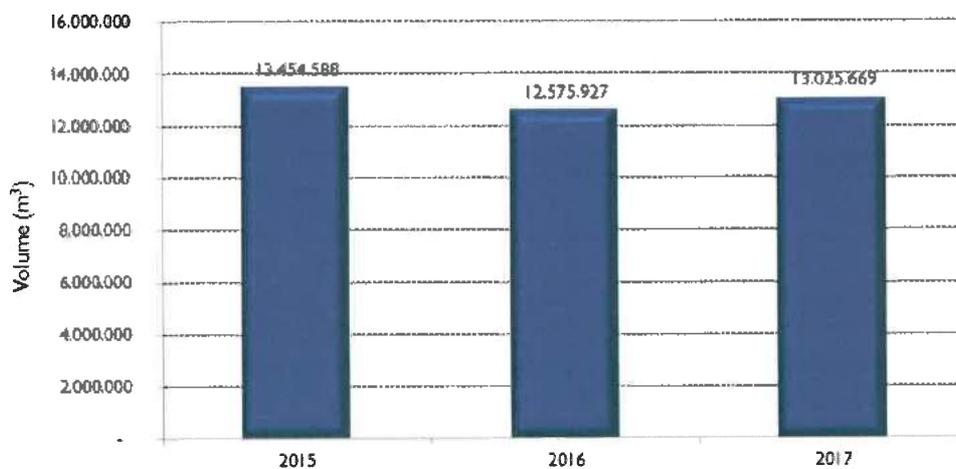


Figura 48 – Volumes produzidos na ETA de Morgavel

Distribuição

O Centro Operacional de Monte Chãos é responsável pelo abastecimento de água industrial à ZILS, abrangendo 14 clientes. A água distribuída provém essencialmente da água produzida na ETA de Morgavel.

O total de água industrial distribuída em Monte Chãos foi de 13 hm³. Verificou-se em 2017 um acréscimo do volume distribuído de cerca de 0,45 hm³, essencialmente devido a um aumento dos consumos dos principais clientes industriais.

A qualidade da água distribuída às indústrias da ZILS é controlada através de um Plano de Controlo Interno.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

De acordo com este plano, a AdSA efetuou através de um laboratório acreditado pelo IPAC, 336 determinações correspondentes a 28 parâmetros. Por forma a monitorizar a qualidade da água industrial ao longo do processo de tratamento, é efetuado diariamente, um controlo analítico aos parâmetros turvação, pH, Alumínio e Oxidabilidade, num total de 2.924 análises, que garantem o controlo da qualidade da água industrial a fornecer aos clientes industriais. A qualidade da água industrial distribuída satisfaz os requisitos estabelecidos pelos clientes industriais.

Água Residual

A atividade do subsistema de Água Residual abrange as atividades de recolha, tratamento e rejeição de água residual urbana e industrial, e ainda a receção e rejeição de água residual salina. São ainda rececionados diretamente na ETAR de Ribeira dos Moinhos lixiviados provenientes de vários Aterros de Resíduos Não Perigosos, atividade acessória e complementar devidamente autorizada pelo Concedente, e ainda águas residuais provenientes de fossas sépticas.

Recolha

No quadro seguinte é possível observar a evolução dos caudais recolhidos e transportados pelo subsistema desde 2015. Os caudais são apresentados de acordo com a sua proveniência: água residual urbana, água residual industrial, lixiviados e água residual salina.

Tipologia de Água Residual	2015	2016	2017
Água residual urbana (ARU)	1.491.601	1.620.713	1.535.325
Água residual industrial (ARI)	4.376.964	4.294.625	3.982.114
Lixiviados	14.584	13.139	18.493
Água residual salina (ARS)	1.186.437	973.096	1.126.383
Total	7.069.585	6.901.573	6.662.315

Em 2017, registou-se um decréscimo de cerca de 5% do volume total de água residual recolhida, relativamente a 2016, que é justificado por uma redução quer da contribuição industrial (-7%), quer da contribuição urbana (-5%), e por uma menor pluviosidade registada em 2017.

Os volumes recolhidos apresentam a seguinte distribuição, conforme a sua origem:

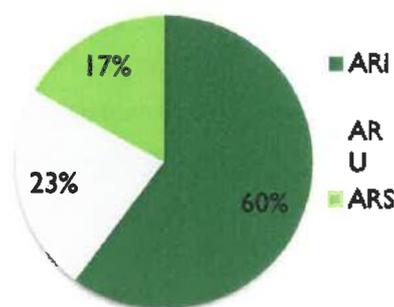


Figura 49 – Distribuição dos volumes recolhidos em função da tipologia de água residual

A qualidade das águas residuais industriais e salinas admitidas no subsistema são regidas pelo Regulamento de Recolha e Tratamento de Água Residual Industrial do Sistema de Santo André (RARISA), aprovado pelo Concedente em abril de 2007. No que respeita à água residual urbana é aplicável o Regulamento Geral de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Sistema de Santo André (RGESA).

A água residual salina é recolhida e rejeitada diretamente no emissário submarino, uma vez que as suas características qualitativas não exigem o seu tratamento prévio.

Tratamento

No que respeita aos caudais afluentes à ETAR de Ribeira dos Moinhos, apresenta-se na figura seguinte a evolução registada desde 2015.

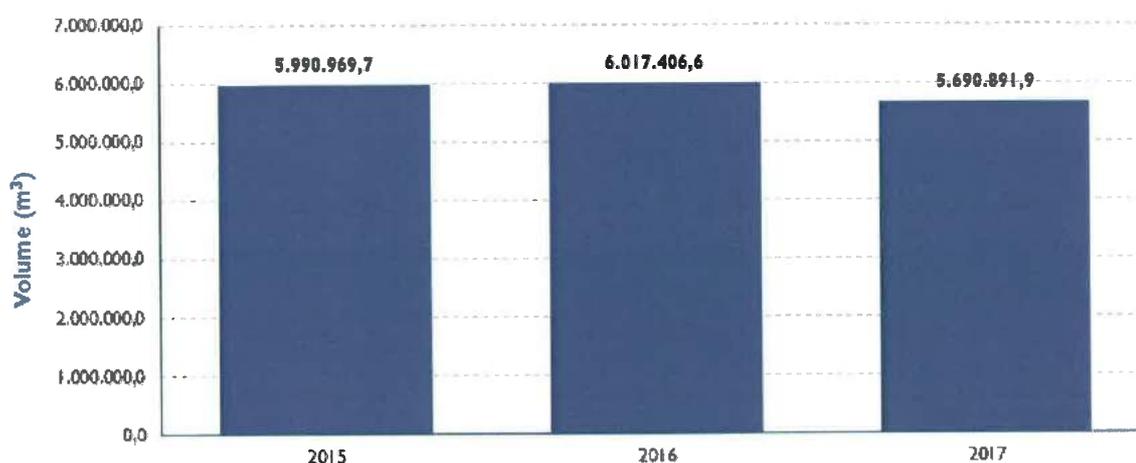


Figura 50- Volumes afluentes à ETAR

Em 2017, registou-se um decréscimo de cerca de 5,4 % no volume total afluente à ETAR, relativamente a 2016 que, conforme já referido anteriormente, é justificado pela suspensão da atividade de um dos principais utilizadores industriais do sistema e pela baixa pluviosidade registada ao longo do ano.

As condições de descarga da água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinhos são estabelecidas pela licença de utilização dos recursos hídricos para descarga de águas residuais N°081/REJ/RG/2011, emitida pela APA/ARH do Alentejo em 2011, e válida pelo período de 10 anos. No final de 2014, a APA/ARH do Alentejo concedeu uma derrogação temporária, por 30 meses, relativamente às condições de descarga definidas na licença de descarga para os parâmetros CQO e CBO5, para que a AdSA pudesse, neste período, executar os investimentos necessários para promover um incremento na eficiência de tratamento da ETAR.

Apesar das melhorias implementadas nos últimos anos, verificou-se que o desempenho da ETAR não dava garantias de poder vir a atingir continuamente os objetivos impostos pela respetiva Licença de Descarga no que respeita aos parâmetros CQO e CBO5, pelo que, em dezembro de 2016, o Conselho de Administração da AdSA decidiu promover o desenvolvimento de um estudo prévio para remodelação da ETAR de Ribeira dos Moinhos.

Deste estudo, adjudicado ao projetista ENGIDRO, decorrerá a definição das soluções de tratamento mais

adequadas, com vista ao cumprimento da licença, bem como o caderno de encargos para lançamento de um concurso de conceção/construção orientado para as soluções que forem selecionadas.

Em julho de 2017, ARH-Alentejo emitiu o 2º Averbamento à Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Águas Residuais nº 081/REJ/RG/2011, que considera uma derrogação temporária, por um período de três anos (36 meses), relativamente ao cumprimento dos VLE dos parâmetros CQO e CBO5, passando a considerar-se para avaliação da conformidade das condições de descarga os restantes parâmetros do Anexo 3 da respetiva licença.

Com o objetivo de monitorizar a água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinhos é executado um plano analítico de acordo com o estipulado na licença de descarga acima referida, onde se encontram definidos os parâmetros a analisar, frequências e valores limite de emissão a respeitar pela água residual tratada, antes de esta ser rejeitada no meio hídrico.

Para suportar o controlo de processo da ETAR, é ainda executado um extenso plano de controlo analítico, através do laboratório de processo da ETAR.

De acordo com a metodologia de cálculo da ERSAR para o indicador de desempenho AR15 – Cumprimento dos parâmetros de descarga temos que, para 99,4 % da população equivalente servida pela ETAR de Ribeira dos Moinhos o tratamento é satisfatório (cumprimento de 100% dos valores limite de emissão ou percentagem de remoção). A figura seguinte apresenta a evolução da população equivalente com tratamento satisfatório e a respetiva taxa de cumprimento dos parâmetros de descarga, no período de 2011 a 2017.

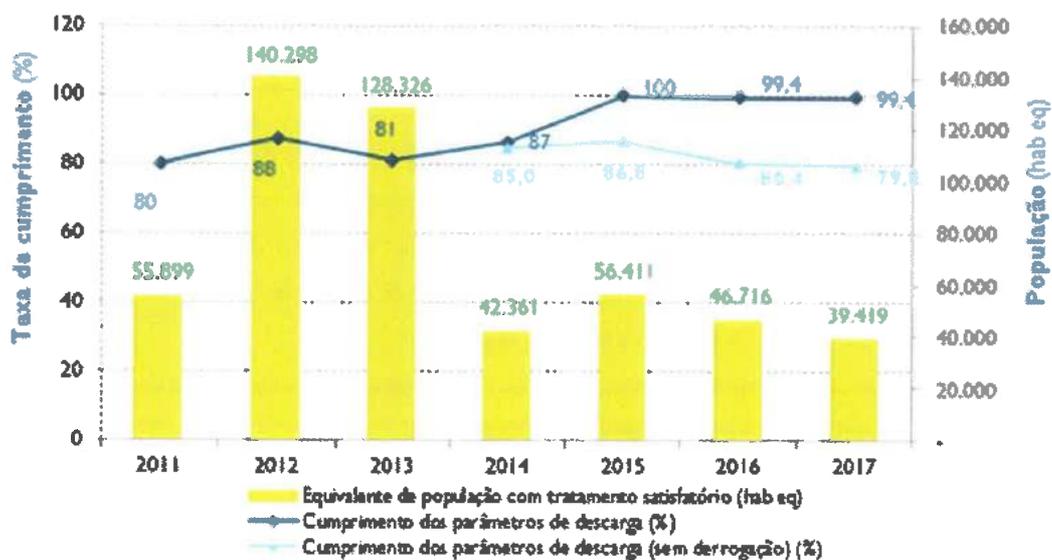


Figura 51 – Cumprimento dos parâmetros de descarga

Resíduos Industriais

O subsistema de Resíduos Industriais abrange todas as atividades referentes à receção e confinamento de resíduos industriais não perigosos.

[Assinatura manuscrita]

Confinamento de Resíduos

Durante o ano de 2017 entraram na instalação RESIM – Gestão de Resíduos Industriais de Santo André, 3.043 toneladas de resíduos não perigosos, dos quais 89% correspondem a resíduos de clientes externos e 11% a resíduos internos produzidos no Sistema de Água Residual da AdSA.

Na figura seguinte apresenta-se a evolução dos resíduos confinados no RESIM no período 2015 a 2017.

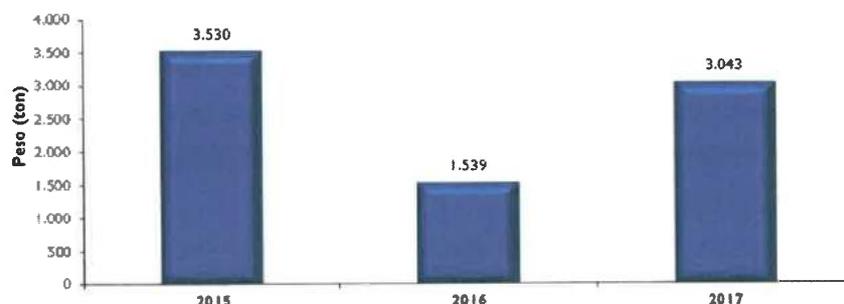


Figura 52 – Evolução dos resíduos recebidos de 2015 a 2017

As discrepâncias verificadas nos anos de 2015 e 2017, relativamente a 2016, que representa as quantidades normalmente recebidas no RESIM, deveram-se a situações externas, designadamente, ao desmantelamento de uma unidade industrial que cessou a sua atividade e cujos resíduos foram depositados no aterro, em 2015, e à receção de resíduos provenientes de um incêndio que ocorreu numa unidade industrial, em 2017.

Monitorização ambiental

No âmbito da monitorização ambiental, a AdSA procedeu em 2017 ao controlo dos lixiviados do aterro, águas residuais, águas subterrâneas, emissões gasosas, dados meteorológicos e controlo de enchimento e assentamentos do aterro, de acordo com a legislação em vigor – Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto – e documentos de referência – Alvará de Licença para a Realização de Operações de Gestão de Resíduos N.º 06/2011/CCDR-ALENTEJO e Licença Ambiental n.º 370/2010.

A AdSA, na qualidade de entidade exploradora, elaborou e implementou o seu plano de monitorização, quer para a fase de exploração, quer para a fase de pós-encerramento.

O Sistema de Sustentabilidade Empresarial

Qualidade e Ambiente

Em 2017 não foram realizadas auditorias externas ao Sistema de Sustentabilidade Empresarial (SSE), o que fez com que em setembro de 2017 fossem perdidas, por caducidade dos certificados, as certificações em Qualidade e Ambiente (NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2012).

A caducidade dos certificados prendeu-se com a estrutura funcional da AdSA, a qual denotava insuficiência de recursos humanos internos, o que se traduziu numa reduzida disponibilidade dos técnicos da AdSA, não sendo por isso possível dotar o SSE de todos os requisitos necessários para a manutenção dos Sistemas de Gestão acima mencionados.

Segurança

A AdSA mantém a certificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho pelas normas OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008, no âmbito dos sistemas de abastecimento de água para consumo humano e industrial, gestão de águas residuais e gestão de resíduos industriais, tendo iniciado o processo de pedido de renovação junto da entidade certificadora.

Relativamente à área de Segurança e Higiene no Trabalho (SST) foram realizados os seguintes estudos e trabalhos:

1. Conclusão do Estudo dos Agentes Químicos e Biológicos e Avaliação dos resultados e recomendações;
2. Plano de Trabalhos com exposição ao amianto;
3. Simulacros na SEDE, ETA e ETAR
4. Manual de Proteção contra Explosões;
5. Formações/Sensibilizações/Campanhas.
6. Acompanhamento regular das atividades dos prestadores de serviços.

Ainda decorrente da prestação de serviços relativa à Organização dos Serviços Externos de Segurança e Higiene do Trabalho, a AdSA, tem acompanhado, na generalidade, as atividades de operação e manutenção de risco elevado, promovendo ações de sensibilização e de formação, atividades de coordenação de segurança em obra e empreitadas, e atividades de risco especial associadas a prestações de serviços.

Responsabilidade Social e Segurança Alimentar

Em setembro de 2017, a AdSA solicitou à entidade certificadora a suspensão voluntária, por um período de um ano, dos certificados de conformidade dos Sistemas de Gestão de Responsabilidade Social (SA 8000:2008) e Segurança Alimentar – produto Água Potável (NP EN ISO 22000:2005).

Energia

A AdSA mantém a certificação do Sistema de Gestão de Energia pela norma NP EN ISO 50001:2012, no âmbito dos sistemas de abastecimento de água para consumo industrial e gestão de águas residuais.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, que regula o Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia, e da Portaria n.º 519/2008, de 25 de junho, que define os requisitos mínimos de habilitação e experiência profissional a observar na credenciação dos técnicos e entidades, foram definidas regras com o objetivo de racionalizar os consumos das instalações consideradas consumidoras intensivas de energia.

Assim, em 2017, manteve-se o serviço externo para apoio no acompanhamento da implementação das medidas de racionalização energética indicadas no Plano de Racionalização do Consumo de Energia (PREn) da AdSA, dando-se assim continuidade aos trabalhos e diligências necessárias para a elaboração dos Relatórios de Execução e Progresso (REP) das instalações consumidoras intensivas de energia.

Alinhada com a política do Grupo para as questões energéticas, a AdSA aderiu ao Comité de Energia, promovido pela AdP Energias. O mesmo visa promover a partilha de experiências e conhecimento, das várias empresas do Grupo AdP, e no ano de 2017 teve ainda como missão o desenvolvimento e monitorização do PEPE (Plano de Eficiência e Produção de Energia) do grupo AdP. Este documento integra os PEPE realizados por cada uma das Entidades Gestoras.

Dada a forte constrição de recurso humanos próprios, em especial com formação técnica superior, a AdSA aceitou acolher estagiários do Instituto Politécnico de Setúbal e, aproveitando sinergias, definiu como tema de um dos estágios realizados, o desenvolvimento da matriz base do PEPE. Nesta, foram identificadas as principais infraestruturas consumidoras de energia da empresa, analisados históricos de consumos (em kWh) e de produções (m³) e identificadas possíveis ações conducentes à redução dos consumos energéticos das instalações. Foram ainda estimados os valores de investimento associados a cada ação, por forma a calcular o período de retorno das mesmas.

Independentemente dos resultados previstos alcançar no PEPE, que só em 2018 começarão essencialmente a refletir-se nos resultados da empresa, em 2017, verificou-se uma redução, face a 2016, dos consumos e respetivos custos, em aproximadamente 12%. Em parte, esta redução decorreu da diminuição dos volumes captados na Estação Elevatória de Ermidas do Sado, devido à indisponibilidade hídrica ocorrida ao longo do ano, naquela origem, e decorreu também da diminuição dos volumes tratados na ETAR de Ribeira dos Moinhos, também devido a ter sido um ano particularmente seco, sendo que se deve relevar que se verifica igualmente uma redução dos consumos de energia específicos por metro cúbico, tanto na água como no saneamento.

Na ETA de Morgavei, os consumos foram idênticos ao ano anterior, pelo que não houve alteração ao nível dos custos de energia.

No seguimento da redução da energia reativa, iniciada em 2016, com a instalação de três baterias de condensadores, a AdSA, em 2017, manteve essa tendência com um decréscimo de cerca de 65% da energia reativa consumida.

Medidas para redução do consumo de energia

No ano de 2017, iniciou-se a concretização de várias medidas promotoras da redução do consumo energético:

- Consignação da empreitada para aquisição e montagem de grupos eletrobomba na captação de Morgavel, para instalação de 3 (três) grupos de bombagem com rendimento superior aos existentes;
- Desenvolvimento do estudo "Teste de desempenho de grupos eletrobomba" realizado na Captação de Ermidas-Sado, para identificar eventuais medidas conducentes ao aumento do rendimento dos grupos;
- Desenvolvimento de um procedimento de instalação de um sistema de automação, supervisão e comunicações da Captação de Ermidas do Sado, ligando-a à sala de comando da ETA de Morgavel. Esta ação permite concentrar o período de funcionamento da bombagem, em períodos de vazio e super vazio, sem que para isso seja necessária a deslocação de um técnico à instalação, que se encontra a 40 km de distância;
- Desenvolvimento do procedimento para Manutenção Corretiva da Bomba n.º1 do Sistema de lavagem dos filtros da ETA de Morgavel, para melhorar o rendimento do equipamento;
- Iniciou-se o processo para lançamento de um procedimento de contratação pública para melhorar o sistema de telegestão da etapa de filtração da ETA de Morgavel, que irá incluir analisadores de energia e sua integração no sistema SCADA da instalação;
- Integração, no Estudo Prévio de Remodelação e Beneficiação da ETAR de Ribeira dos Moinhos, em curso, dos indispensáveis princípios de eficiência energética para os vários processos da instalação, que interessa exigir no concurso de conceção/construção a lançar;
- Adesão ao "Projeto de Mobilidade Elétrica", promovido ao abrigo do Fundo Ambiental, o qual considerou a aquisição de 3 (três) viaturas elétricas;
- Substituição das luminárias por luminárias LED e instalação de sensores de movimento, em várias instalações.

Comercial

Evolução do volume de vendas

No que respeita à evolução de volume de vendas, de uma forma global o nível de atividade no ano de 2017 decresceu cerca de 7 %, em relação ao ano de 2016, justificado essencialmente pela diminuição registada na atividade de água residual industrial.

No que se refere à água industrial, esta mantém a posição da atividade com maior peso no volume total da empresa, registando um ligeiro aumento, aproximadamente 3 %, em relação ao ano de 2016.

No que toca à atividade de água residual, industrial e salina, esta regista um significativo decréscimo, cerca de 26 %, em relação a 2016 que é justificado fundamentalmente pela melhor qualidade de água residual afluente ao sistema da AdSA.

No que se refere à atividade de água potável em alta esta regista um nível de atividade semelhante aos anos anteriores e na atividade de água potável em baixa, o nível de atividade registado mantém-se em relação ao ano de 2016.

A área de água residual urbana mantém em 2017 os níveis de atividade registados nos anos de 2015 e 2016. A área de resíduos industriais continua a registar um peso pouco significativo no universo global da empresa, registando em 2017 um incremento significativo da atividade em relação ao ano anterior, mas semelhante ao nível de atividade do ano de 2015, justificado pela ocorrência de incêndio na unidade fabril do cliente Recipneu.

Quadro 12 – Volumes faturados por área de negócio

Produto / Serviço	Volumes faturados (m ³ ou ton)				Distribuição por produto/serviço (%)			
	2015	2016	2017	Média	2015	2016	2017	Média
Água industrial	13.454.511	12.575.924	12.985.506	13.005.314	62	60	62	62
Água residual industrial e lixiviados	4.384.175	4.297.360	3.995.782	4.225.772	20	21	19	20
Água residual urbana	1.491.601	1.620.714	1.535.325	1.549.213	7	8	7	7
Água Residual salina	1.186.417	973.097	1.126.024	1.095.179	5	5	6	5
Água Potável em baixa	1.065.046	971.590	1.019.873	1.018.836	5	5	5	5
Água potável em alta	249.130	268.793	255.057	257.660	1	1	1	1
Resíduos Industriais Banais	2.426	109	2.718	1.751	0	0	0	0
Total...	-	-	-	-	100	100	100	100

Quadro 13 – Valores faturados por área de negócio

Produto / Serviço	Valores faturados (€)				Distribuição por produto/serviço (%)			
	2015	2016	2017	Média	2015	2016	2017	Média
Água industrial	5.686.544	5.323.347	5.494.142	5.501.344	51	48	54	51
Água residual industrial e lixiviados	3.313.157	3.859.792	2.822.409	3.331.786	30	35	27	31
Água residual urbana	604.993	657.361	622.728	628.361	6	6	6	6
Água Residual salina	104.357	86.783	98.752	96.631	1	1	1	1
Água Potável em baixa	1.132.717	1.009.401	1.008.764	1.050.294	10	9	10	9
Água potável em alta	106.272	114.244	108.702	109.739	1	1	1	1
Resíduos Industriais Banais	100.786	4.238	108.257	71.094	1	0	1	1
Total...	11.048.826	11.055.165	10.263.755	10.789.249	100	100	100	100

Gestão do Capital Humano

Os colaboradores da AdSA são um fator decisivo para o sucesso da empresa. É por este motivo que se continua a apostar em políticas e práticas de gestão de recursos humanos que promovam a aquisição das competências necessárias à realização dos seus objetivos estratégicos e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.

Formação e Desenvolvimento

Corporizando a cultura de melhoria contínua inscrita na estratégia do Grupo, a AdSA entende que é fundamental dotar os seus colaboradores com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o aumento dos níveis de eficácia e dos resultados obtidos.

Bienalmente é elaborado um plano de formação que visa dar resposta às necessidades formativas identificadas. Em 2017, foram proporcionadas aos colaboradores 1.700 horas de formação, envolvendo 75 participantes, incluindo Estagiários e Prestadores de Serviços.

Destacam-se, realizadas em 2017, as seguintes formações:

1. Formação "pragmática" de Gestão de Ativos na AdSA

Esta formação foi organizada e ministrada internamente, e orientada por colaboradores da AdSA e da AdP. A formação decorreu nas instalações da AdSA, no dia 11 de abril de 2017, com a presença de 18 participantes, incluindo dois estagiários do Instituto Politécnico de Setúbal e dois docentes dessa mesma escola. O interesse e a relevância dos temas abordados envolveu, em sala, 23% dos colaboradores da AdSA.

2. Formação Avançada de Auditores de Energia e Usos Significativos de Energia

Esta formação foi organizada pela AdP Energias em parceria com a Academia da EPAL, concebida no âmbito do plano de Formação integrado no Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE), com o objetivo de constituir uma Pool de auditores especialistas em Energia e Usos significativos de Energia, no Grupo AdP no ciclo urbano da água.

A formação é constituída por VIII módulos, envolvendo 5 participantes de AdSA, tendo iniciado em outubro de 2017 e estando previsto o seu termo em meados de 2018.

Em 2017, foram realizadas 48 horas de formação.

3. Formações sobre a Revisão do CCP - Código dos Contratos Públicos

Estas ações de formação foram organizadas pela AdP – Águas de Portugal, em diversas sessões, de Norte a Sul do País, estruturadas tendo em conta as especificidades do grupo AdP com o objetivo de, por um lado, harmonizar e concertar práticas em matéria de contratação pública, por outro, partilhar as questões de natureza transversal que a avaliação e a preparação para a entrada em vigor da revisão do CCP possam suscitar. Atendendo à importância dos temas abordados, participaram 13 colaboradores, representando 21% dos colaboradores da AdSA. Ocorreram nos dias 27 de novembro de 2017 e 06 de dezembro de 2017.

Caracterização dos recursos humanos da empresa a 31 de dezembro de 2017

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa contava com 58 colaboradores. As suas idades variavam entre os 31 e os 68 anos de idade, sendo a média de 45 anos, conforme se pode verificar no quadro e figura seguintes.

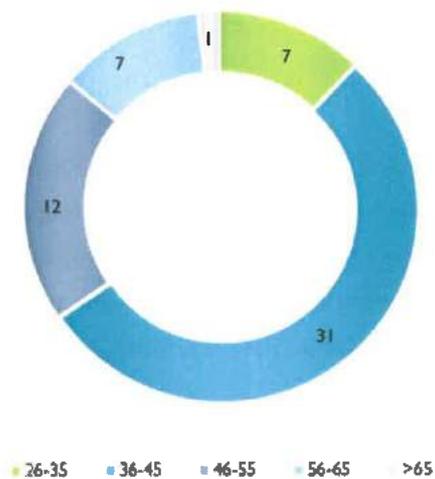


Figura 53 – Distribuição de RH por nível etário

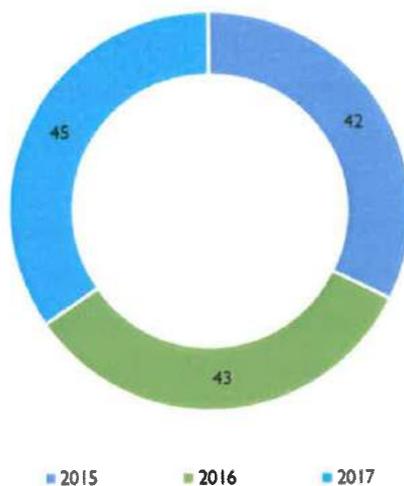


Figura 54 – Idade média de RH no triénio

No quadro e figura seguintes apresenta-se a distribuição dos colaboradores da AdSA por género.

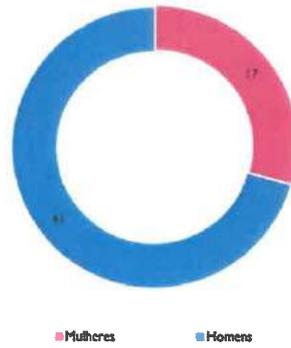
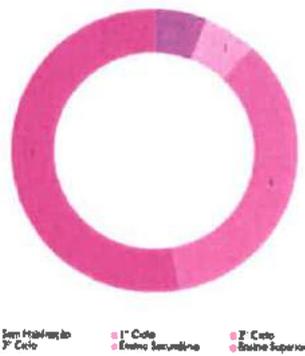


Figura 55 – Distribuição de RH por género

Dos 58 colaboradores existentes, 20,68 % têm habilitações ao nível do ensino superior e 44,82 % ao nível do ensino secundário.

No quadro e figura seguintes apresenta-se a distribuição dos colaboradores da AdSA por nível de habilitação literária e por género.

Distribuição de RH por Habilitações Literárias - Mulheres



Distribuição de RH por Habilitações Literárias - Homens

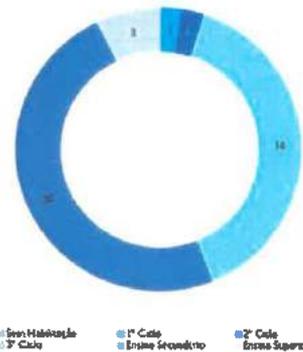


Figura 56 – Distribuição de RH por habilitações literárias

Na figura seguinte apresenta-se a distribuição dos colaboradores da AdSA por vínculo laboral de efetivos e por género.

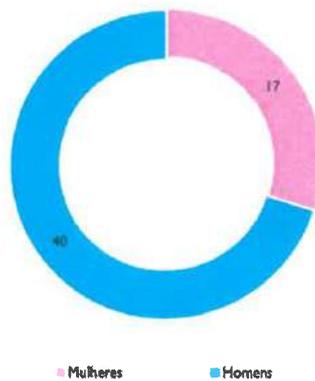


Figura 57 – Distribuição de RH por vínculo laboral e género

Financeira

O exercício de 2017 foi encerrado com um resultado líquido positivo de € 405.048,06, cuja decomposição se evidencia nos quadros que se seguem, referentes a rendimentos, gastos e resultados.

i. Rendimentos

Os rendimentos atingiram, no ano de 2017 o valor de € 14.410.531.

Quadro 14 – Rendimentos e ganhos

Rendimentos e Ganhos	2015	2016	2017
	IFRS	IFRS	IFRS
Vendas	9.068.449	8.023.941	6.299.109
Prestação de Serviços	5.289.643	5.458.137	3.814.774
Trabalhos para a própria empresa	-	-	-
Rendimentos Suplementares	161.183	150.684	127.089
Provisões e Reversões do Exercício	1.241.444	80.000	0
Perdas por Imparidade e Reversões	-	2.198.394	1.072.912
Subsídios ao investimento	2.155.435	2.174.517	2.196.233
Outros rendimentos e ganhos	189.552	139.712	467.302
Rendimentos e ganhos financeiros	382.685	401.720	433.111
Total de Rendimentos	18.488.392	18.627.105	14.410.531

Ver nota 18, 22, 27, 30 e 32 constantes na parte C – Contas do Exercício de 2017.

ii. Gastos

Os gastos atingiram, no ano de 2017 o valor de € 10.731.330.

Quadro 15 – Gastos

Gastos	2015	2016	2017
	IFRS	IFRS	IFRS
Custo das vendas / variação de inventários	214.275	99.544	103.127
Fornecimentos e Serviços externos	3.632.247	3.811.696	3.418.715
Gastos com Pessoal	1.809.041	1.790.792	1.855.888
Amortizações	4.063.318	4.064.889	4.066.913
Provisões e reversões do exercício	0	0	0
Imparidades de dívidas a receber e de inventários	1.216.579	13.749.160	668.179
Outros gastos e perdas	221.151	121.343	446.714
Gastos e perdas financeiras	189.711	180.757	171.795
Total de Gastos	11.366.322	23.818.181	10.731.330

Ver nota 23, 24, 25, 26, 28, 29 e 31 constantes na parte C – Contas do Exercício de 2017.

iii. Resultados

O resultado líquido do exercício, no ano de 2017 é de € 405.048,06.

Quadro 16 – Resultados

	2015	2016	2017
	IFRS	IFRS	IFRS
Resultados Operacionais	6 929 096	-5 412 039	3 417 885
Resultados Financeiros	192 974	220 963	261 316
Resultados Antes de Impostos	7 122 070	-5 191 076	3 679 201
Imposto sobre o Rendimento	-1 955 083	-2 107 278	-8 764
Impostos Diferidos	-50 299	3 685 995	-3 265 389
Resultado Líquido do Exercício	5 116 688	-3 612 359	405 048

A variação nos resultados operacionais deve-se essencialmente a reversão e constituição de provisões e perdas por imparidade. (ver nota 27 e 28 constantes na parte C – Contas do Exercício de 2017).

iv. Ativo

O total do ativo, no ano de 2017 atingiu o valor de € 68.313.881.

Quadro 17 – Ativo

Ativo	2015	2016	2017
	IFRS	IFRS	IFRS
Ativos Intangíveis	54 613 763	51 923 653	49 852 087
Ativos fixos tangíveis	188 113	170 605	153 477
Investimentos financeiros	380 356	388 969	448 485
Ativos por impostos diferidos	3 976 185	7 547 961	4 168 352
Inventários	223 890	11	15
Clientes	2 886 552	4 892 447	6 389 294
Estado e outros entes públicos	62 072	3 999	81 323
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	-	-	1 830 934
Outras contas a receber	9 733 147	2 720 492	1 478 584
Caixa e depósitos bancários	8 719 048	7 763 505	3 911 330
Total do ativos	80 783 117	75 411 641	68 313 881

v. Capital Próprio

Quadro 18 – Capital Próprio

Capital Próprio	2015	2016	2017
	IFRS	IFRS	IFRS
Capital realizado	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Reservas legais	271 578	200 000	200 000
Resultados transferidos	17 557 109	22 675 565	14 063 206
Resultado líquido do exercício	5 116 688	-3 612 359	405 048
Total do capital próprio	23 945 374	20 263 206	15 668 254

O capital próprio, no ano de 2017 atingiu o valor de € 15.668.254.

vi. Passivo

O passivo, no ano de 2017 atingiu o valor de € 52.645.627.

Quadro 19 – Passivo

Passivo	2015 IFRS	2016 IFRS	2017 IFRS
Provisões	326.849	296.849	296.849
Passivos por impostos diferidos	1.827.516	1.713.296	1.599.076
Outras contas a pagar	5.535.987	5.237.586	4.930.233
Subsídios ao investimento	33.061.574	32.509.609	30.476.196
Amortização do investimento Futuro	10.795.194	10.402.271	11.138.646
Fornecedores	1.424.907	1.143.714	958.400
Estado e outros entes públicos	414.474	644.370	553.966
Accionistas	308.655	400.311	0
Outras contas a pagar	3.142.587	2.800.429	2.692.260
Total do passivo	56.837.742	55.148.436	52.645.627

Eventos posteriores ao fecho

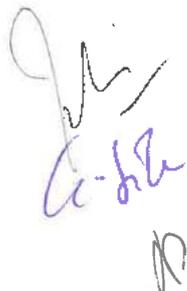
Não se verificaram factos relevantes após o termo do Exercício.

Cumprimentos das Orientações Legais

Objetivos de gestão

Nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, nas empresas que prestem serviços de interesse geral é obrigatória a definição de orientações estratégicas e objetivos de gestão aplicáveis aos respetivos gestores.

Foram fixados ao conselho de administração da Águas de Santo André, S.A., (AdSA), os seguintes objetivos:



Quadro 20 – Indicadores e Objetivos de Gestão

Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta	Modo de avaliação	Ponderação
Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ $\Delta PRC = 1 - [PRC(\text{ano } n) / PRC 2015]$	Promover a eficiência da gestão na empresa, tendo em atenção o PRC, comparativamente ao ano de referência de 2015	$\Delta PRC < 0\%$ Não Atingido $0\% \leq \Delta PRC < 3\%$ Atingido $\Delta PRC \geq 3\%$ Superado	15,15%
Limite ao endividamento	$\text{Endividamento} = \text{Stock Dívida (Ano } N)$	Redução do stock da dívida	Endividamento 2017 > 0 ME Não Atingido Endividamento 2017 = 0 ME Superado	15,15%
Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano } N)] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano } N-1)]$	Não incremento do stock de dívida vencida municipal	$DCDMA > 105\%$ Não atingido $95\% \leq DCDMA \leq 105\%$ Atingido $DCDMA < 95\%$ Superado	15,15%
Degradação da tesouraria de exploração	$DIE = [PMR(\text{Ano } N) - PMP(\text{Ano } N)] / [PMR(\text{Ano } N-1) - PMP(\text{Ano } N-1)]$	Não degradação da tesouraria da empresa atendendo à limitação de evolução do crescimento do endividamento e à degradação do PMR	$DTE > 100\%$ Não atingido $85\% < DTE \leq 100\%$ Atingido $DTE \leq 85\%$ Superado	6,06%
Rentabilidade	$RCI = [(EBIT-DRG)/(\text{Ativo Líquido Total} - DTA - IDA - AIF - SI - PCNR)]$	Promover a rentabilidade e sustentabilidade do investimento da empresa, medida em %, comparativamente ao ano de referência de 2015	$RCI(\text{Ano } N) < 95\% RCI 2015$ Não Atingido $95\% RCI 2015 \leq RCI(\text{Ano } N) < 110\% RCI 2015$ Atingido $RCI(\text{Ano } N) > 110\% RCI 2015$ Superado	15,15%
Qualidade da Água Fornecida	$AQA = [QA(\text{Ano } N) / QA 2015]$	Não deterioração da qualidade da água fornecida no sistema multimunicipal, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria da qualidade da água.	$AQA < 99,5\%$ Não Atingido $99,5\% \leq AQA \leq 100\%$ Atingido $AQA > 100\%$ Superado	9,09%
Qualidade das Águas Residuais	$AQAR = [QAR(\text{Ano } N) / QAR 2015]$	Não deterioração da qualidade da água residual tratada no sistema multimunicipal, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria de qualidade das águas residuais	$AQAR < 97,5\%$ Não Atingido $97,5\% \leq AQAR \leq 100\%$ Atingido $AQAR > 100\%$ Superado	9,09%
EVEF	Data de conclusão dos trabalhos	Revisão consistente do EVEF da entidade gestora	Data > final de 2017 Não Atingido 31 de outubro de 2017 < Data ≤ final de 2017 Atingido Data ≤ 31 outubro de 2017 Superado	9,09%
Grau de Cumprimento dos prazos de Reporte	$GCPR = [(40\% \times \text{média dos desvios da entrega do relatório de execução}) + (30\% \times \text{Cumprimento da data de entrega do PAO para certificação pelos órgãos de fiscalização, conforme orientações do acionista}) + (30\% \times \text{desvios da entrega do OPT à ERSAR para avaliação da tarifa ou do cenário de eficiência produtiva})]$	Garantir o cumprimento dos prazos de reporte com atrasos de 0 dias	$GCPR > 0$ dias Não Atingido $-1 \text{ dia} \leq GCPR \leq 0$ dias Atingido $GCPR < -1$ dia Superado	6,06%

Foram atingidos os seguintes resultados:

Quadro 21 – Grau de cumprimento dos objetivos e indicadores de gestão

Objetivos e Indicadores	Dezembro	Ponderação	Grau de desempenho	Atingimento	
Financeiros Eficiência e Sustentabilidade					
Eficiência de Gestão	3,00%	15,15%	3	Superado	0,45
Limite ao endividamento	0	15,15%	3	Superado	0,45
Dívida Comercial de devedores municipais	118%	15,15%	1	Não Atingido	0,15
Degradação da tesouraria de exploração	330%	6,06%	1	Não Atingido	0,06
Rentabilidade	166%	15,15%	3	Superado	0,45
Ambientais					
Qualidade da Água Fornecida	100%	9,09%	2	Atingido	0,18
Qualidade das Águas Residuais	99%	9,09%	2	Atingido	0,18
EVEF	31-10-2017	9,09%	3	Superado	0,27
Reporte					
Grau de Cumprimento dos prazos de Reporte	0,00	6,06%	1	Não Atingido	0,06
Valor do Atingimento Final					2,30

Gestão do Risco Financeiro

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em 2004 um processo de obtenção de financiamentos externos de longo prazo, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005 e três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, quer através da contratação de instrumentos financeiros derivados, quer mediante a escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em

Handwritten signature and initials:
 [Signature]
 G-HZ
 P

matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneo e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneo.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permita fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, bem como as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Quadro 22 – Encargos financeiros com financiamento

Anos	2017	2016	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€)	0	0	0	0	0
Taxa Média de Financiamento (%)	0	0	0	0	0

A AdSA não tem encargos financeiros de financiamentos.

Limite de crescimento do endividamento

Gestão do risco financeiro e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2017 na Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2017.

As atividades do Grupo estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo AdP procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros estruturados e procurando obter a correspondente redução dos encargos financeiros.

Relatório e Contas 2017

Adotando uma posição conservadora e tendo em atenção as características de longo prazo dos ativos tem sido privilegiada a obtenção de financiamentos de longo prazo, com particular ênfase no BEI.

Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em 2004 um processo de obtenção de financiamentos externos, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005, três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão obrigacionista em 2016.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia para o Grupo em matéria de serviço da dívida.

Relativamente ao regime de taxa de juro, tendo em conta o perfil de reintegração dos investimentos, tem vindo a ser privilegiado a contratação de empréstimos com um regime de taxa fixa (diretamente ou através da contratação de instrumentos financeiros de cobertura). Esta estratégia permitiu que cerca de 70% da dívida de longo prazo esteja contratada em regime de taxa fixa e, conseqüentemente, imune a oscilações futuras da taxa de juro.

Quadro 23 – Passivo Remunerado

Passivo Remunerado	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 17/16	
	Valores (€)					Valor (€)	%
Financiamentos Obtidos (correntes e não correntes)	0	0	0	0	0	0	0
dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0	0	0	0
Endividamento Ajustado	0	0	0	0	0	0	0

A AdSA não tem financiamentos nem endividamento.

Prazo médio de pagamento (PMP)

Quadro 24 – PMP

PMP	2017	2016	Variação 17/16	
			Valor	%
Prazo (dias)	72	66	6	8%

Quadro 25 – Dívidas vencidas

Dívidas vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	10 481	1 232	0	4 212	58 850
Aquisição de Capital	0	0	0	0	0
Total	10 481	1 232	0	4 212	58 850

Recomendações do acionista

Não foram emitidas quaisquer recomendações por parte do acionista à Águas de Santo André, S.A.



Remunerações

No **Apêndice I**, ao presente Relatório são indicadas as seguintes remunerações dos Órgãos Sociais. Como se poderá confirmar, durante o ano de 2017 a AdSA não atribui prémio de gestão aos órgãos sociais.

a) Órgãos sociais, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2017 Foi dado cumprimento integral às orientações relativas às remunerações vigentes em 2017 dos membros dos Órgãos Sociais da AdSA.

b) Auditor Externo, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes a 2017 Foi dado cumprimento integral às orientações relativas às remunerações vigentes em 2017 dos auditores externos.

c) Restantes trabalhadores, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2017 dos trabalhadores da AdSA.

Foi dado cumprimento integral às orientações relativas às remunerações vigentes em 2017 dos membros dos Órgãos Sociais da AdSA.

Estatuto do Gestor Público

Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- O não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa e ainda ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Quadro 26 – Gastos com comunicações

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Joaquim Marques Ferreira *	na	na	
Jaime António Pires Gabriel Silva	80	258	
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra *	na	na	
		258	

(*) Atribuição a cargo da AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA

Quadro 27 – Gastos anuais com viaturas

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens ¹	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Joaquim Marques Ferreira *	na	na	na	na	
Jaime António Pires Gabriel Silva	412	4.273	2.837	7.522	
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra *	na	na	na	na	
				7.522	

(*) Atribuição a cargo da AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA

(1) Plafond mensal: O gasto anual que ultrapassa o valor anual estabelecido decorre exclusivamente de utilização profissional.

Despesas não documentadas ou confidenciais

Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

A AdSA, S.A. dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não aceitando despesas não documentadas.

Relatório sobre Remunerações

Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março.

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdSA, S.A. promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens.

Relatório anual sobre a prevenção da corrupção

Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE.

Dando cumprimento ao previsto no n.º 1 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas de Santo André, S.A., procede à avaliação anual do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 2 da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

"a) ... Informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do n.º 46 do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da Águas de Santo André, S.A., e remetido à

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).

Contratação Pública

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços.

A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de particularidades técnicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Sistema nacional de compras públicas (SNCP)

Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de *software* e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

Recorreu-se a este figurino, quando validada a aderência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

Medidas de redução de gastos operacionais

Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 124.º do DLEO 2017, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos.

Quadro 28 – Plano de Redução de Custos (PRC)

PRC	Meta	2017 Exec.	2016 Exec. Atividade Comparável	2016 Atividade Comparável	
				2017/2016	
				Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA		4.883.832	4.725.792	158.040	3%
(1) CMVMC		103.127	99.544	3.584	4%
(2) FSE		3.418.715	3.811.696	-392.981	-10%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	Igual ou inferior ao registado em 2016	1.855.888	1.790.792	65.096	4%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão		0	0	0	
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias		85.760	101.896	-16.136	-16%
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017		542	na	n.a	n.a
(4) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)		5.377.187	5.600.135	-222.948	-4%
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}		10.113.883	10.147.644	-33.761	0%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	Redução face a 2016	53,17%	55%	-2%	-4%
(i) Gastos com Comunicações (FSE)		155.475	174.659	-19.184	-11%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)		12.288	9.050	3.237	36%
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)		3.609	2.124	1.485	70%
(iv) Gastos com as viaturas ^{c)}		213.406	207.200	6.206	3%
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	Igual ou inferior ao registado em 2016	384.777	393.034	-8.256	-2%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		65	69	-4	-6%
N.º Órgãos Sociais (OS)		8	8	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)		3	3	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)		54	58	-4	-7%
N.º Trabalhadores/N.º CD		18	19	-1	-7%
N.º de viaturas		33	33	0	0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Princípio da unidade de tesouraria do estado

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do RJSPE, artigo 111.º da Lei n.º42/2016, de 28 de dezembro e artigo 90.º do DLEO 2017).

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada. Nesse sentido:

- Acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de manuseio dos primeiros anos de operação. A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Tribunal de contas

Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado.

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento da obrigação de reporte prevista no ponto 159 do Relatório n.º 7/2017 do Tribunal de Contas, foram implementadas as seguintes medidas para cumprimento das recomendações constantes do citado relatório, as quais contribuíram para o reforço da garantia do cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e para a monitorização da execução contratual.

Quadro 29 – Medidas para cumprimento das recomendações

N.º	Medidas
1	Aprovação de uma minuta-tipo de informação para início de procedimentos de contratação pública
2	Declarações individualizadas de inexistência de conflitos de interesse
3	Designação de "gestor do procedimento"
4	Designação de "gestor do contrato"
5	Implementação das orientações internas em matéria de número de entidades a convidar em função dos tipos de procedimento
6	Definição de novas orientações internas em matéria de avaliação do cumprimento do regime previsto no artigo 113.º, n.º 2, do CCP
7	Otimização da ferramenta informática adotadas pelas empresas do grupo AdP para controlo do cumprimento do regime previsto no artigo 113.º, n.º 2, do CCP
8	Emissão de orientações internas relativas à utilização de critérios materiais em procedimentos de ajuste direto
9	Existência de assessoria jurídica especializada em contratação em cada empresa do grupo AdP
10	Aprovação do Manual de Compras do grupo AdP
11	Monitorização de procedimentos de contratação
12	Criação de unidade de compras responsável pela promoção de procedimentos de contratação pública, em todas as empresas do grupo AdP
13	Redefinição dos termos de utilização de plataformas eletrónicas
14	Aprovação do Plano Anual de Compras em todas as empresas do grupo AdP
15	Fixação de objetivos de realização de concursos públicos
16	Realização de ações de formação de âmbito geral e especializado
17	Aprovação do Manual de Contratação do grupo AdP
18	Revisão das minutas-tipo de peças dos procedimentos de contratação pública
19	Arquivo de procedimentos de contratação pública
20	Inibição de pagamentos sem publicitação de contratos

Informação divulgada no sítio da internet do SEE (portal DGTF)

Informação

Conforme orientações da DGTF a Águas de Santo André, S.A. não divulga informação no sítio do SEE na internet, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'L' and 'R'.

Apêndice I

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2016 - 2018	Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	425	0
2016 - 2018	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	213	0
				0

Legenda: (1) - Valor da senha de presença fixada; (2) Após reduções remuneratórias

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016 - 2018	Presidente Não Executivo	Joaquim Marques Ferreira	AG	30-06-2016	Sim	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	O	4
2016 - 2018	Vice-presidente Executivo	Jaime António Pires Gabriel Silva	AG	30-06-2016	Não	Águas do Douro e Paiva, S.A.	D	1
2016 - 2018	Vogal Não Executivo	Alexandra Maria Martins da Cunha Serra	AG	30-06-2016	Sim	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	O	1

(1) indicar Resolução

R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Joaquim Marques Ferreira	AdSA	Presidente Não Executivo do CA	Público
Joaquim Marques Ferreira	AgDA	Presidente Executivo do CA	Público
Jaime António Pires Gabriel Silva	AdSA	Vice-presidente Executivo	Público
Jaime António Pires Gabriel Silva	AdP Energias	Vogal Não Executivo	Público
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra	AdSA	Vogal Não Executivo	Público
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra	Aquasis	Presidente Não Executivo do CA	Público
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra	AdP Internacional	Administradora Executiva	Público

Membro de CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Joaquim Marques Ferreira*	S	C	1 145	
Jaime António Pires Gabriel Silva	S	C	4 120	1 648
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra*	S	C	916	

Nota: EGP - Estatuto de Gestor Público; (*) Remuneração definida para o cargo e devida pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., entidade que processa o vencimento

Águas de Santo André_ [112]

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Joaquim Marques Ferreira*	16 024	0	16 024	801	15 223
Jaime António Pires Gabriel Silva	77 463	0	77 463	2 884	74 579
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra*	12 819	0	12 819	641	12 178
			106 306	4 326	101 979

(*) Remuneração definida para o cargo e debitada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, entidade que processa o vencimento

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Joaquim Marques Ferreira *								
Jaime António Pires Gabriel Silva	6,41	1 404	Segurança Social	17 712	1 454	2 005	Seguro Acidental Trabalho	1 236
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra *		1 404		17 712	1 454	2 005		1 236

(*) Remuneração definida para o cargo e debitada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, entidade que processa o vencimento

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viagens								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratadas Ramaneascentes
	[RN]	[RN]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	[N.º]
Joaquim Marques Ferreira *	na	na	na	na	na	na	na	na	na
Jaime António Pires Gabriel Silva	5	5	na	AOV	2016	2019	885	10,618	18
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra *	na	na	na	na	na	na	na	na	na

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

(*) Remuneração definida para o cargo e debitada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, entidade que processa o vencimento

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Joaquim Marques Ferreira *	na	66	na	na	na	66
Jaime António Pires Gabriel Silva	5 865	1 564	468	0	0	7 897
Alexandra Maria Martins da Cunha Serra *	na	na	na	na	na	0
						7 963

(*) Remuneração definida para o cargo e debitada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, entidade que processa o vencimento

Fiscalização
Roc/Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data de Contrato		
2016 - 2018	Fiscal Único	Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A. representada por Rui Manuel da Cunha Vieira	ROC nº 178	20161480	AG	30-06-2016	-	9	8
2016 - 2018	Fiscal Único Suplente	Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A. representada por Rui Abel Serra Martins	ROC nº 1119	20160731	AG	30-06-2016	-	9	8

Nota: Deve ser identificadas o sócio (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

Nome ROC/FU	Serviços - 2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A.	8.500	0	8.520	Consultoria fiscal	2.500	0	2.500

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A.	ROC nº 178	20161480	30-06-2016	2016 - 2018	9	8

Nome Auditor Externo	Serviços - 2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Ernst & Young, Auditoria & Associados – SROC, S.A.	8.500	0	8.520		0	0	0



Apêndice II

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação / identificação	Justificação / referência ao ponto do relatório
	S	N	NA		
Objetivos de gestão					
Eficiência de gestão	X			3 %	-
Limite ao endividamento	X			0 EUR	-
Dívida Comercial de Devedores Municipais		X		118 %	
Degradação da tesouraria de exploração		X		330 %	-
Rentabilidade	X			166 %	-
Qualidade da Água Fornecida	X			100 %	
Qualidade das Águas Residuais	X			99 %	
EVEF	X			31.10.2017	
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia			X	-	A avaliar em 2018
Reorganização da EG de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos			X	-	A avaliar em 2018
Indicador PEPE			X	-	A avaliar em 2018
Grau de cumprimento dos prazos de reporte		X		0	
Metas a atingir constantes no PAO de 2017					
Princípios financeiros de referência	X			-	-
Investimento	X			-	-
Gastos com pessoal	X			-	-
Endividamento	X			-	-
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	X		X	-	-
Gestão do Risco Financeiro			X	-	-
Limites de Crescimento do Endividamento	X			0	-
Evolução do PMP a fornecedores		X		17 dias	Saldos com antiguidades elevadas relacionados com fornecedores
Divulgação dos atrasos nos pagamentos (Arrears)		X		74.775 EUR	-
Recomendações do acionista na aprovação de contas				-	-
Recomendação 1			X	-	A AdSA não teve recomendações do acionista na aprovação de contas de 2016
Recomendação 2			X	-	
Recomendação 3			X	-	
Remunerações:				-	-
Não atribuição de prémios de gestão	X			-	-
CA- reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2017	X			85.760 EUR	-
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2017			X	-	-
Auditor externo - redução e reversões remuneratória vigente em 2017			X	-	-
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2017	X			0 EUR	-
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias nos termos do art.º 38.º da Lei n.º B2	X			-	-

Perspetivas futuras

A atividade a desenvolver em 2018 passa, naturalmente, pela continuidade da implementação da estratégia da empresa com vista a desenvolver, a médio e longo prazo, um conjunto de investimentos que permitam prestar serviços de elevada qualidade e garantir a sustentabilidade ambiental, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso da região. Neste contexto, é de referir a atualização do EVEF da AdSA, feita conjuntamente pela AdSA e pela AdP, já referida anteriormente, e atualmente em análise pela ERSAR na sequência da apresentação do referido estudo àquela entidade, em 31 de outubro de 2017.

O plano de investimentos da empresa passará pois a decorrer do planeamento que a versão final do EVEF, que venha a ser aprovada pelo Regulador, incorporar. Na versão do EVEF proposta, aquando da apresentação efetuada à ERSAR, a empresa justificou um plano de investimentos desenvolvido em função das condições atuais das infraestruturas, das necessidades de prestação de serviços perspetivadas com base nos dados disponíveis à data, dos riscos identificados e da experiência da empresa e do Grupo AdP, plano esse que vai ao encontro da necessidade de prestar os serviços nas condições acima referidas.

O ano de 2018 será marcado pela concretização de diversos projetos que vêm a ser desenvolvidos nos últimos anos e pelo desenvolvimento de novos projetos, com vista ao cumprimento do novo plano de investimentos da empresa que resultará do EVEF acima referido, reforçando a fiabilidade dos sistemas e a capacidade de gestão dos mesmos. Os investimentos serão realizados considerando o ciclo de vida dos ativos, ou seja, aquando do desenvolvimento dos projetos serão atendidos os critérios de eficiência energética, bem como boas práticas de operação, no que concerne ao consumo de recursos (energia, água e reagentes) e ainda a boas práticas de manutenção.

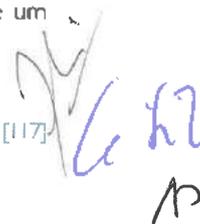
Relativamente à melhoria da eficiência operacional e dando continuidade à redução de roturas na rede em baixa, a AdSA ambiciona atacar as perdas existentes nessa rede, com uma abordagem mais completa e planeada. Por isso, pretende dar continuidade, em 2018, ao plano de redução de perdas, através da criação de zonas de monitorização e controlo e deteção de fugas na rede de distribuição de água potável.

Um dos grandes desafios da AdSA para o ano 2018 diz portanto respeito à implementação do novo EVEF, com as condições que resultarem do que vier a ser aprovado pela ERSAR, o que inclui também o desenvolvimento do inerente novo plano de investimentos da empresa.

No que diz respeito à Energia, está em curso a implementação do Plano de Eficiência e Produção de Energia – PEPE da AdSA. Tendo o ano de 2017 sido o ano de elaboração desse plano e de planificação das intervenções, o ano de 2018 será necessariamente o primeiro de forte intervenção nas infraestruturas relativamente à eficiência energética. Assim, prevê-se incrementar a implementação de medidas de melhoria, no sentido de reduzir os encargos associados ao fornecimento de energia elétrica, ao nível da redução dos consumos de energia elétrica, quer através da alteração de comportamentos, quer pela via da otimização dos consumos em função dos tarifários, além de se pretender aumentar a produção de energia a partir dos recursos naturais, designadamente o solar fotovoltaico.

Um outro grande desafio da AdSA para o ano 2018 é pois a implementação do PEPE, alinhando com a estratégia definida para as empresas do Grupo AdP.

Por outro lado, a empresa começou no final de 2017 a desenvolver com apoio externo, através de um



protocolo de I&D com uma universidade, um Plano de Gestão de Ativos para um dos seus sistemas (o de abastecimento de água industrial), com o intuito de poder mais tarde alargar progressivamente essa abordagem a outros sistemas da empresa. No ano de 2018, concretizar-se-á assim o referido trabalho para o sistema de água industrial, pensado como um piloto que permitirá à empresa dotar-se de conhecimentos nesta área e aprofundar a implementação de ferramentas de gestão de ativos, iniciada em 2017 com ações de formação realizadas na empresa. Releva-se ainda a interdependência que estas ferramentas têm com o aprofundamento da eficiência energética, uma vez que os gastos de energia são obrigatoriamente um dos vetores que devem orientar quer a planificação dos investimentos de substituição / beneficiação das infra-estruturas quer a planificação das intervenções de manutenção. Assim, pretende-se que o ano de 2018 promova o culminar desse entrosamento entre as duas áreas de desenvolvimento da gestão de ativos e da eficiência energética.



Considerações finais

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2017, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

O Concedente, na pessoa de Sua Excelência o Ministro do Ambiente;

O acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A.;

Os Organismos e Serviços Oficiais, como sejam a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, a Câmara Municipal de Sines, a Junta de Freguesia de Santo André, a Agência Portuguesa do Ambiente, nomeadamente à sua Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a Capitania do Porto de Sines, a Administração Regional de Saúde do Alentejo Litoral, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, a Aicep Global Parques e a Administração do Porto de Sines;

Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;

Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração, em particular, os grandes clientes industriais;

O Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;

Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral; e,

Os Colaboradores de AdSA, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.



Proposta de apresentação de resultados

Nos termos do disposto no Artigo 25º dos Estatutos da Águas de Santo André, S.A., propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido positivo de 405.048,06 Euros (quatrocentos e cinco mil e quarenta e oito Euros e seis cêntimos) e tendo presente o investimento programado a curto prazo e as subsequentes necessidades de financiamento, tenha a seguinte distribuição:

- 405.048,06 Euros – para Resultados Transitados.



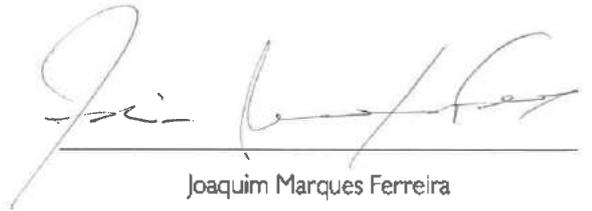
Anexo ao Relatório

O Capital Social ascende a € 1.000.000, representado por 200.000 ações da Classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada, detido a 100 % por AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2017:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores; e,
- A sociedade não tem qualquer sucursal.

O Conselho de Administração,



Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)



Jaime António Pires Gabriel Silva
(Vice-Presidente)



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra
(Vogal)

Vila Nova de Santo André, 6 de Março de 2018

Relatório dos administradores não executivos sobre o Desempenho do Vogal Executivo – Vice-Presidente

a) Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2017.

b) Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho do administrador executivo.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere ao administrador executivo, livre e incondicionado.

c) Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global do vogal executivo, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os concertos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

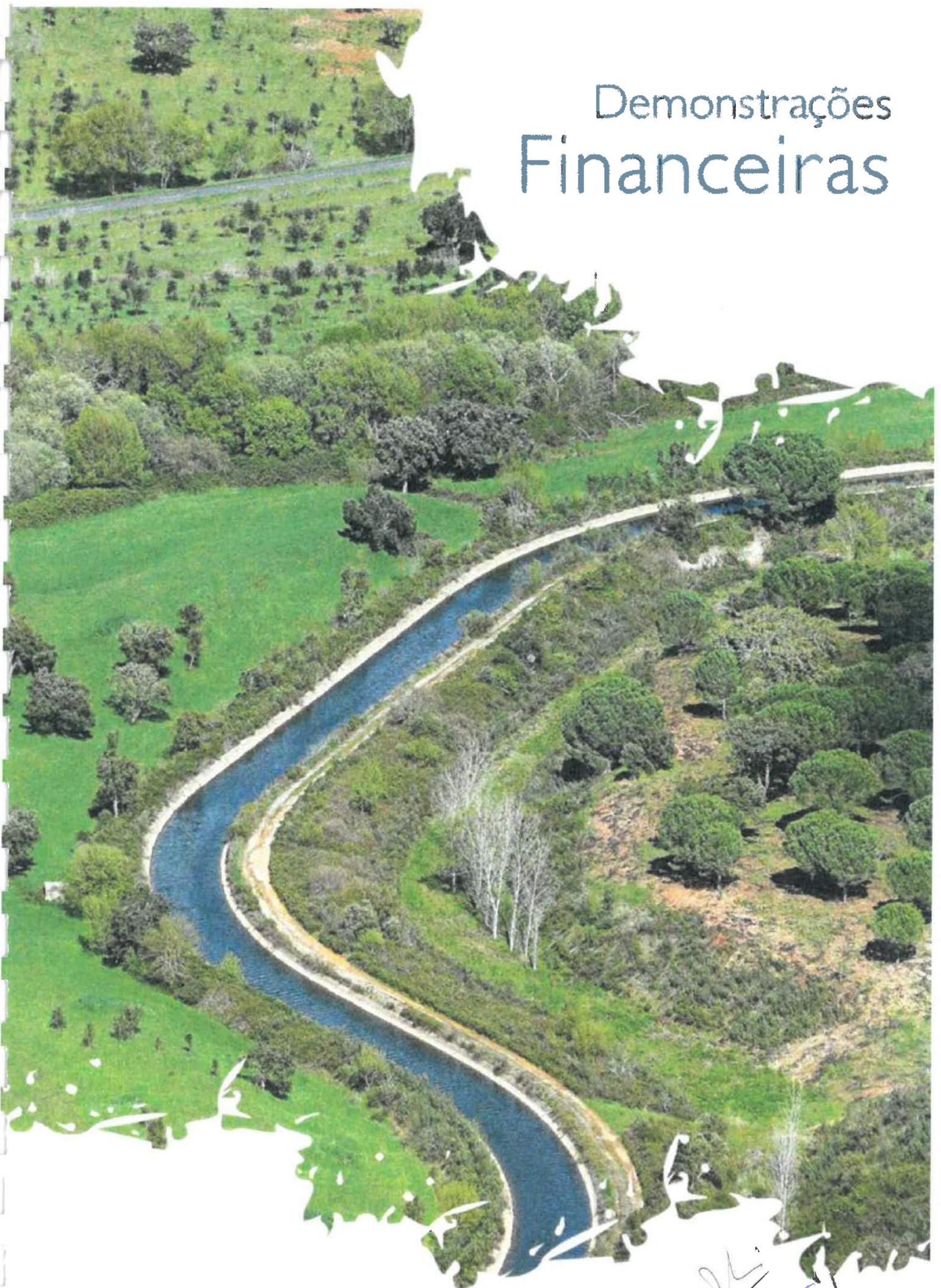


Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra
(Vogal)

Demonstrações Financeiras



Handwritten signature and initials in blue ink.



(Página em branco)

Águas de Santo André_[124]



C. Demonstrações Financeiras do Exercício

Contas individuais

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da AdSA, submeter à apreciação da Assembleia Geral desta empresa as Contas do Exercício do ano de 2017.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da Posição Financeira;
- Demonstração de Resultados e do Rendimento Integral;
- Demonstração das Alterações do Capital Próprio; e,
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Constituem, também, elementos do Relatório as Notas às Demonstrações Financeiras.

No final do presente Relatório encontram-se à disposição do acionista os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Fiscal Único; e,
- Certificação Legal de Contas

Demonstração da Posição Financeira

Tabela I – Demonstração da posição financeira

		31.12.2017	31.12.2016
		IFRS	IFRS
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	6	49.852.087	51.923.653
Ativos fixos tangíveis	6	153.477	170.605
Investimentos financeiros	7	448.485	388.969
Ativos por impostos diferidos	8	4.168.352	7.547.961
Total dos Ativos não correntes		54.622.402	60.031.187
Ativos correntes			
Inventários	9	15	11
Clientes	10	6.389.294	4.892.447
Estado e outros entes públicos	11	81.323	3.999
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	21	1.830.934	0
Outras ativos correntes	12	1.478.584	2.720.492
Caixa e depósitos bancários	13	3.911.330	7.763.505
Total dos Ativos correntes		13.691.480	15.380.454
Total do ativo		68.313.881	75.411.641
Capital próprio			
Capital realizado	14	1.000.000	1.000.000
Reservas legais	14	200.000	200.000
Resultados transitados	14	14.063.206	22.675.565
Resultado líquido do exercício	14	405.048	-3.612.359
Total do capital próprio		15.668.254	20.263.206
Passivos não correntes			
Provisões	15	296.849	296.849
Passivos por impostos diferidos	8	1.599.076	1.713.296
Outras passivos correntes	16	4.930.233	5.237.586
Subsídios ao investimento	18	30.476.196	32.509.609
Acréscimos de gastos para investimentos contratuais	17	11.138.646	10.402.271
Total dos passivos não correntes		48.441.002	50.159.611
Passivos correntes			
Fornecedores	19	958.400	1.143.714
Estado e outros entes públicos	11	553.966	644.370
Acionistas	20	0	400.311
Outras passivos correntes	20	2.692.260	2.800.429
Total dos passivos correntes		4.204.626	4.988.825
Total do passivo		52.645.627	55.148.436
Total do passivo e do capital próprio		68.313.881	75.411.641

Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

Tabela 2 – Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

	Notas	31.12.2017	31.12.2016
		IFRS	IFRS
Vendas	22	6.299.109	8.023.941
Prestações de serviços	22	3.814.774	5.458.137
Volume de negócios		10.113.883	13.482.078
Custo das vendas/variação dos inventários	23	-103.127	-99.544
Margem bruta		10.010.756	13.382.534
Fornecimentos e serviços externos	24	-3.418.715	-3.811.696
Gastos com pessoal	25	-1.855.888	-1.790.792
Gastos de depreciação e de amortização	26	-4.066.913	-4.064.889
Provisões e reversões do exercício	27	0	30.000
Imparidade de dívidas a receber e de inventários	28	404.733	-11.500.766
Subsídios ao investimento	18	2.196.233	2.174.517
Outros gastos e perdas	29	-446.714	-121.343
Outros rendimentos e ganhos	30	594.392	290.396
Resultados operacionais		3.417.885	-5.412.039
Gastos financeiros	31	-171.795	-180.757
Rendimentos financeiros	32	433.111	401.720
Resultados financeiros		261.316	220.963
Resultados antes de impostos		3.679.201	-5.191.076
Imposto do exercício	21	-8.764	-2.107.278
Imposto diferido	8 e 21	-3.265.389	3.685.995
Resultado líquido do exercício		405.048	-3.612.359
Rendimento Integral		405.048	-3.612.359
Resultado por ação (básico e diluído)	14	2	-18
Rendimento Integral por ação (básico e diluído)	14	2	-18

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Tabela 3 – Alterações no Capital Próprio

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2015	1.000.000	271.578	17.557.109	5.116.688	23.945.374
Aplicação do res. líquido do exercício		-71.578	5.118.456	-5.046.878	0
Distribuição de dividendos ao Acionista				-69.810	-69.810
Resultado líquido do exercício				-3.612.359	-3.612.359
Saldo a 31 de dezembro de 2016	1.000.000	200.000	22.675.565	-3.612.359	20.263.206
Aplicação do res. líquido do exercício			-3.612.359	3.612.359	0
Distribuição de dividendos ao Acionista			-5.000.000		-5.000.000
Resultado líquido do exercício				405.048	405.048
Saldo a 31 de dezembro de 2017	1.000.000	200.000	14.063.206	405.048	15.668.254

6 x 2
 @ M

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Tabela 4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31.12.2017	31.12.2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	10.711.977	12.199.335
Pagamentos a fornecedores	-4.509.463	-4.891.543
Pagamentos ao pessoal	-1.126.424	-966.318
Pagamento de IRC	-2.229.873	-2.041.375
Outros recebimentos/pagamentos	-1.551.040	-2.344.064
	1.295.176	1.956.034
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de investimentos financeiros	0	109.759
Recebimentos de ativos intangíveis	3.125	0
Recebimentos de Juros e rendimentos similares	1.104	8.689
Pagamentos de investimentos financeiros	-59.516	-118.371
Pagamentos de ativos intangíveis	-1.111.410	-2.118.150
	-1.166.696	-2.118.093
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Outros recebimentos	1.023.402	180.076
Pagamentos de dividendos	-5.000.000	-69.810
Outros pagamentos	-4.056	-903.750
	-3.980.655	-793.484
Variação de caixa e seus equivalentes	-3.852.175	-955.543
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.763.505	8.719.048
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.911.330	7.763.505
	-3.852.175	-955.543

Decomposição de caixa e seus equivalentes

Tabela 5 – Decomposição de caixa e seus equivalentes

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	2 509	2 065
Depósitos à ordem	3 908 821	7 761 441
Depósitos a prazo	0	0
	3 911 330	7 763 505
Descobertos bancários	0	0
	3 911 330	7 763 505

Notas às demonstrações financeiras

1. Atividade económica da Águas de Santo André

1.1. Introdução

A Águas de Santo André, S.A. (adiante designada também por AdSA) foi constituída em 25 de maio de 2001, tendo a sua sede social na Cerca da Água, Rua dos Cravos. A AdSA tem como atividade principal a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André.

1.2. Atividade

Água de Santo André, S.A. é uma sociedade anónima, constituída pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, com um capital social de € 1.000.000, realizados a 100 %.

A sociedade tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos estatutos, a "...exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André." Tendo por base o contrato de concessão celebrado com o Estado Português, à sociedade é atribuída, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, pelo prazo de 30 anos.

1.3. Acionistas

A AdSA tem como acionista único a Águas de Portugal, SGPS, S.A., com sede na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700 - 421 Lisboa, que detém uma participação correspondente a 100 % do capital.

1.4. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 6 de março de 2018.

2. Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras das Águas de Santo André, S.A. foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (U.E.). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adotadas pela U.E. até 31 de dezembro de 2017.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Águas de Santo André, S.A. na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2017, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2016.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor, e que a Águas de Santo André, S.A. ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na nota 2.1.

2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdSA, foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações e do princípio do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.1. Novas Normas, alterações e interpretações adotadas pela Empresa

Entre janeiro de 2016 e fevereiro de 2018 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adotados pela Empresa desde 1 de janeiro de 2017:

Tabela 6 - Normas IASB ou interpretação IFRIC Aplicadas

Regulamento da UE	Norma do IASB ou interpretação do IFRIC adotada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento 1989/2017	n.º IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reconhecimento de Impostos Diferidos Sobre Perdas Não Realizadas (alterações)	jan/16	01/jan/17
Regulamento 1990/2017	n.º IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa: Iniciativa de Divulgação (alterações)	jan/16	01/jan/17
Regulamento 182/2018	n.º Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 12 Divulgações de Interesses em Outras Entidades (alterações)	dez/16	01/jan/17

A Empresa adotou as alterações acima referidas, não havendo qualquer impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017.

2.1.2. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela EU mas sem aplicação efetiva aos exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2017 e não aplicadas antecipadamente.

A UE adotou entre janeiro de 2016 e fevereiro 2018 um conjunto de normas e alterações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), a aplicar em períodos subsequentes:

Tabela 7 – Normas do IASB ou interpretação do IFRIC a aplicar

Regulamento da UE	Norma do IASB ou interpretação do IFRIC adotada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1905/2016	IFRS 15 Récito de Contratos com Clientes (nova)	maí/14	01/jan/18
Regulamento n.º 2067/2016	IFRS 9 Instrumentos Financeiros (nova)	jul/14	01/jan/18
Regulamento n.º 1966/2017	IFRS 16 Locações (nova)	jan/16	01/jan/19
Regulamento n.º 1987/2017	IFRS 15 Récito dos Contratos com Clientes: Clarificações (alterações)	abr/16	01/jan/18
Regulamento n.º 1989/2017	IFRS 4 Contratos de Seguro: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro (alterações)	set/16	01/jan/18
Regulamento n.º 182/2018	Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 1 Adoção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	dez/16	01/jan/18

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, e não foram aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017. Não se espera que venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Empresa exceto no que respeita a nova norma IFRS 16 Locações, conforme abaixo detalhado.

IFRS 15 Récito de Contratos com Clientes

A nova norma IFRS 15 Récito de Contratos com Clientes (IFRS15) vem estabelecer um modelo de cinco passos para o reconhecimento de rédito resultante de contratos celebrados com clientes. De acordo com o previsto na norma, o rédito é reconhecido pelo valor que a entidade espera receber do cliente em troca dos bens ou serviços prestados.

A aplicação da norma é obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, devendo a sua adoção seguir o método retrospectivo pleno ou método retrospectivo modificado.

A Empresa adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2018, usando o método retrospectivo modificado, sendo o efeito cumulativo da adoção desta norma reconhecido nos Resultados transitados da Empresa a essa data.

Durante o ano de 2017, a Empresa procedeu a uma análise do impacto da sua adoção, não sendo esperado qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras, mas sim acréscimo das divulgações associadas a "Vendas e prestação de serviços".

Na preparação da adoção da IFRS 15, a Empresa considerou os seguintes aspetos relevantes:

i) Vendas de bens e prestação de serviços

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela Empresa, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens ao cliente.

A aplicação da IFRS 15 não irá ter um impacto significativo na forma como a Empresa reconhece atualmente o rédito das vendas de bens e prestação de serviços a clientes.

ii) Direitos de devolução

Com a aplicação da IFRS 15, nas vendas a clientes deverão ser estimados os bens que poderão ser devolvidos pelos clientes, sendo reconhecida: a) uma responsabilidade de devolução, representada pela obrigação de entregar ao cliente a quantia relativa aos bens devolvidos; e b) um ativo de devolução – com ajustamento do custo das vendas – pelo direito a receber os bens devolvidos pelo cliente.

As devoluções de bens cuja responsabilidade é assumida diretamente pela Empresa, não apresenta materialidade que impacte significativamente as Demonstrações Financeiras da Empresa.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A nova norma IFRS 9 Instrumentos Financeiros que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, tem como principal enfoque os seguintes aspetos: i) Classificação e mensuração; ii) Imparidade; e iii) Contabilidade de Cobertura.

A Empresa adotou esta nova norma em 1 de janeiro de 2018, data em que se tornou obrigatória a sua aplicação, não havendo lugar a reexpressão da informação comparativa.

Durante o ano de 2017, a Empresa analisou o impacto da adoção desta nova norma, sendo que não se espera que venha a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

i) Classificação e mensuração

A Empresa não antecipa qualquer impacto significativo no seu Balanço ou nos seus Capitais Próprios pela aplicação dos novos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

ii) Imparidade

A IFRS 9 requer que a Empresa reconheça imparidades sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas (quer numa base de perdas esperadas a 12 meses ou perdas esperadas na totalidade da vida dos créditos a receber), em substituição do modelo de perdas incorridas previsto na IAS 39. A Empresa irá aplicar a abordagem simplificada para os créditos comerciais a receber, reconhecendo a estimativa de perdas para a totalidade da vida dos créditos.

A atual política contabilística seguida pela Empresa já prevê o reconhecimento de uma imparidade genérica sobre créditos comerciais a receber, atendendo ao histórico de incobrabilidade de cada negócio.

A Empresa não antecipa qualquer impacto material nas suas Demonstrações Financeiras pela aplicação deste novo modelo de reconhecimento de imparidades.

iii) Contabilidade de cobertura

A Empresa determinou que todas as relações de cobertura que são designadas atualmente vão continuar a qualificar como contabilidade de cobertura com a aplicação da IFRS 9.

Como a norma não altera os princípios gerais do registo de coberturas eficazes, a aplicação dos requisitos de cobertura da IFRS 9 não terão qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

Handwritten notes in blue ink:
A 6/2
E
10

IFRS 16 Locações

A nova norma IFRS 16 elimina a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme previsto na IAS 17. Ao invés, introduz um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento atual que é dado às locações financeiras nas contas dos locatários.

Este modelo único prevê, para o locatário, o reconhecimento de:

- i) ativos e passivos no Balanço para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os ativos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação); e,
- ii) depreciação e juros na Demonstração dos Resultados de forma separada.

A Gestão está a avaliar os impactos que resultarão da adoção desta nova norma, sendo desde já esperado que a sua adoção tenha um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Empresa, em resultado da incorporação dos ativos que se encontram em locação operacional e das respetivas responsabilidades.

2.1.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC, mas ainda não adotadas pela UE

O IASB emitiu, em 2014, 2016 e 2017 as seguintes normas, alterações e interpretações que se encontram ainda em processo de adoção pela UE:

Tabela 8 – Normas do IASB ou interpretação do IFRIC não adotadas pela UE

Norma do IASB ou interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 14 Desvios Tarifários (nova)	jan/14	Data a determinar ¹
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua associada ou <i>joint venture</i> (alterações)	set/14	Data a determinar ²
IFRS 2 Pagamento com Base em Ações: Classificação e mensuração das transações (alterações)	jun/16	01/jan/18
IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e pagamentos antecipados (nova)	dez/16	01/jan/18
IAS 40 Propriedade de Investimento: Transferências (alterações)	dez/16	01/jan/18
IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	mai/17	01/jan/21
IFRIC 23 Incertezas quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento (nova)	jun/17	01/jan/19
IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Elementos de pré-pagamento com compensação negativa (alterações)	out/17	01/jan/19
IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Interesses de longo prazo em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	out/17	01/jan/19
Ciclo 2015-2017 de melhoria às normas IFRS: IFRS 3 Concentração de Atividades Empresariais; IFRS 11 Acordos Conjuntos; IAS 12 Impostos sobre o Rendimento e IAS 23 Custos de Empréstimos (alterações)	dez/17	01/jan/19

¹ A UE decidiu suspender o processo de aprovação desta norma intercalar e esperar pela norma definitiva.

² A UE decidiu suspender indefinidamente a aprovação destas alterações, tal como o IASB.

A Gestão está a avaliar o impacto da adoção futura destas novas normas, alterações e interpretações às normas já em vigor, não sendo expeável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

2.2. Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdSA, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdSA e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Águas de Santo André, S.A. de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.3. Atividade concessionada e regulada

2.3.1 Introdução

A Águas de Santo André, S.A. desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

A Águas de Santo André, S.A. está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

2.3.2 Enquadramento – atividade concessionada (IFRIC 12)

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Águas de Santo André, S.A. presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nas IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito. Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18.

Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evita o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Tabela 9 – Concessão, prazo e indexante

Água, Saneamento e Resíduos	Concessão/Parceria	Prazo	Período	Remuneração Acionista	
				Taxa*	Incidência
Águas de Santo André, SA	Concessão	30 anos	2001-2031	6,06%	C.Social+Res.Legal

* OT 10 anos + 3%

2.3.3 Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia do contrato de concessão da Águas de Santo André, S.A., nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a Águas de Santo André, S.A. como concessionária do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos, classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em immobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.3.4 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão. Saliem-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Tabela 10 - Investimento do Contrato de Concessão

Total do investimento do contrato de concessão	Número de anos de contrato de concessão	Total do investimento da concessão revisito	Número de anos de concessão	Taxa média de amortização de ano de 2017
		(último EVEF submedido)	(último EVEF submedido)	
43 962 525	30	43 962 525	30	3,33%

Foram excluídos do quadro acima os valores relativos ao património integrado da APA (ex-INAG), cujo montante ascende a € 76.374.102, apesar destes investimentos constarem do direito de utilização de infraestruturas, na medida em que as referidas infraestruturas foram cedidas pela APA (ex-INAG) sem contrapartida onerosa, razão pela qual estão evidenciadas no ativo e no passivo da empresa por igual montante. Atualmente o EVEF aprovado é o de 2001, anexo ao Contrato de Concessão, tendo a AdSA elaborado um novo EVEF, entregue em outubro de 2017 ao Concedente, que à data se encontra em análise pelo órgão competente.

2.3.5 Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da Águas de Santo André, S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.3.6 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros – valor a receber.

2.4. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

2.4.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver ponto 2.3.3.

2.4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço. Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados. A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

2.4.3 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos. Não aplicável à AdSA.

2.5. Ativos e passivos financeiros

2.5.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros das Águas de Santo André, S.A. são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de



reconhecimento inicial (data da negociação – trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas de Santo André, S.A. classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) empréstimos e contas a receber; ii) investimentos detidos até à maturidade; iii) investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

2.5.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no abastecimento de água às populações abrangidas, em qualidade e quantidade, e a recolha e tratamento das águas residuais das áreas abrangidas, bem como satisfazer as necessidades das indústrias localizadas na ZILS, relativamente a água potável, água industrial, água residual e resíduos industriais e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas de Santo André, S.A. não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.5.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas de Santo André, S.A. tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.5.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: (i) os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

serem transacionados no curto prazo; (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

2.5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; (ii) outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

2.5.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do período.

2.5.2.2 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.6. Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda ou de serviços prestados pela Águas de Santo André, S.A. no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

2.7. Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.8. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.9. Imparidade

2.9.1 Imparidade de ativos financeiros

A empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Cientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Águas de Santo André, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) dificuldades financeiras do devedor; (iii) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.9.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Águas de Santo André, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.10. Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.11. Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.12. Subsídio do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas de Santo André, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

2.13. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa



ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas de Santo André, S.A. divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2.14. Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.15. Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.3 a Águas de Santo André, S.A. apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo Concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.15.1 Prestações de serviços

Atividade regulada - Serviços em "alta" – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em: (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Tratamento e valorização de resíduos - indiferenciados

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em "baixa" e em "alta" – Abastecimento de Água

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

2.15.2 Vendas de bens

Atividade regulada - Serviços em "alta" e em "baixa" – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em: (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em "baixa" - Parcerias

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

2.15.3 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Águas de Santo André, S.A. reduz o seu valor

contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

2.16. Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável. Não aplicável à AdSA.

2.17. Gastos e Perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.18. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

O Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de Março (Lei de Execução Orçamental) no nº 2 do artigo 71º estabelece que os municípios que celebrem acordos de regularização de dívidas até ao final do ano de 2017 ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 65.º da Lei do Orçamento do Estado, devem beneficiar da redução dos juros de mora incidentes sobre a dívida que se encontra vencida à data de celebração do acordo em pelo menos 50 % da diferença entre a taxa de juro de mora aplicada em cada ano e o respetivo custo marginal da dívida financeira da entidade gestora.

3. Políticas de gestão de riscos

3.1. Fatores de Risco

As atividades da Águas de Santo André, S.A. estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e

realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Águas de Santo André, S.A. está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água, saneamento, resíduos e outros) é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A. e da AdP, SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A. continua a entender que sobre parte desses saldos existem à data indicadores que conduzem ao reconhecimento de perdas por imparidade, com exceção dos saldos para os quais foram consideradas as potenciais perdas por imparidade, que não existem indicadores que conduzam ao reconhecimento de outras perdas por imparidade. A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas de Santo André, S.A. ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2017, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Tabela 11 - Ativos financeiros bancários e Rating

Ativos financeiros bancários	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos à ordem	3 908 821	7 761 441
Depósitos prazo	0	0
Fundo de renovação do equipamento	0	0
Fundo de reconstituição do capital	448 485	388 969
	4 357 305	8 150 410

3.3. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas de Santo André, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Águas de Santo André, S.A. efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas de Santo André, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

Tabela 12 – Fluxos de caixa contratuais

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	3 650 660	2 394 230	2 536 004
	3 650 660	2 394 230	2 536 004

A empresa não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo.

3.4. Risco de fluxo de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

Não aplicável à AdSA.

3.5. Risco de Capital

Não aplicável à AdSA.

3.6. Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigoº 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização nos sectores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes

da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expectativa do Grupo que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas de Santo André, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1. Provisões

A Águas de Santo André, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas de Santo André, S.A. é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se de ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2. Ativos Intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

4.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas de Santo André, S.A. tais como a disponibilidade

M/
A. d. B.
P

futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas de Santo André, S.A.. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas de Santo André, S.A., os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Águas de Santo André, S.A., que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas de Santo André, S.A. não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, exceção feita às imparidades sobre as contas a receber registadas anualmente. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas de Santo André, S.A..

4.4. Provisões para impostos sobre o rendimento

A AdSA, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Tabela 13 – Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2017
Ativos Intangíveis	-	-	0	49.852.087	49.852.087
Ativos fixos tangíveis	-	-	0	153.477	153.477
Propriedades de Investimento	-	-	0	0	0
Investimentos financeiros	448.485	-	448.485	0	448.485
Impostos diferidos ativos	-	-	0	4.168.352	4.168.352
Clientes e outros ativos não correntes	-	-	0	0	0
Inventários	-	-	0	15	15
Clientes	6.389.294	-	6.389.294	0	6.389.294
Estado e outros entes públicos	-	81323	81323	0	81323
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	-	1830.934	1830.934	0	1830.934
Outros ativos correntes	1478.584	-	1478.584	0	1478.584
Caixa e seus equivalentes	3.911.330	-	3.911.330	0	3.911.330
Total do ativo	12.227.693	1.912.257	14.139.949	54.173.932	68.313.881
Provisões	-	296.849	296.849	0	296.849
Responsabilidades compensações	-	-	0	0	0
Empréstimos não correntes	-	-	0	0	0
Impostos diferidos passivos	-	-	0	1.589.076	1.589.076
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	4.930.233	4.930.233	0	4.930.233
Acréscimos de custos do investimento contratual	-	-	0	11.138.646	11.138.646
Subsídios ao investimento	-	-	0	30.476.196	30.476.196
Empréstimos correntes	-	-	0	0	0
Fornecedores	-	958.400	958.400	0	958.400
Outros passivos correntes	-	2.692.260	2.692.260	0	2.692.260
Acionistas	-	0	0	0	0
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	0	0	0
Estado e outros entes públicos	-	553.966	553.966	0	553.966
Total do passivo	0	9.431.708	9.431.708	43.213.919	52.645.627

6. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

6.1. Ativos fixos tangíveis

Tabela 14 – Ativos fixos tangíveis

	31.12.2017	31.12.2016
Despesas de desenvolvimento	-	-
Ativos Tangíveis	153.477	170.605
	153.477	170.605

6.2. Ativos intangíveis

Tabela 15 – Ativos intangíveis

	31.12.2017	31.12.2016
Propriedade industrial e outros direitos	-	-
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	49 852 087	51 923 653
	49 852 087	51 923 653

6.3. Movimentos do período

Tabela 16 – Movimentos de ativos

Valor Bruto	31.12.2016	Aumentos	Abatos	Alteraç.	Transfer	31.12.2017
Despesas de desenvolvimento	-	-	-	-	-	0
Ativos Tangíveis	255 473	-	-	-	-	255 473
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI) - Firme	98 473 572	56 900	-	-	-	98 530 472
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI) - Em Curso	2 668 019	1 184 945	-	-	-	3 852 963
	101 397 064	1 241 844	0	0	0	102 638 908
Amortizações acumuladas	31.12.2016	Aumentos	Abatos	Alteraç.	Transfer	31.12.2017
Despesas de desenvolvimento	-	-	-	-	-	0
Ativos Tangíveis	-84 868	-17 128	-	-	-	-101 996
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI) - Firme	-49 217 938	-3 285 796	-	-	-27 614	-52 531 348
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI) - Em Curso	-	-	-	-	-	0
	-49 302 806	-3 302 923	0	0	-27 614	-52 633 343
Valor líquido	52 094 258	-2 061 079	0	0	-27 614	50 005 565

O valor de € 27.614, que consta de transferências nas amortizações, deve-se à transferência de amortizações futuras que estavam registadas no passivo da empresa e que são transferidas para o ativo sempre que se verifique aumento do investimento em firme (ver nota 2.3.5).

Os investimentos realizados no ano de 2017 constam do ponto Atividade Operacional.

7. Investimentos financeiros

Tabela 17 – Investimentos financeiros

	31.12.2017	31.12.2016
Fundo de renovação	0	0
Fundo de reconstituição	448 485	388 969
	448 485	388 969

Ao abrigo do Contrato de Concessão, a Águas de Santo André, S.A. ficou obrigada a entregar em cada ano, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um fundo de reconstituição de capital.

8. Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos podem ser analisados como se segue:

Tabela 18 – Impostos diferidos

	31.12.2016	Correções	Dotação	Utilização	31.12.2017
Taxa de IRC	21%	0%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	4%	0%	4%	4%	4%
Activos por Impostos Diferidos					
Provisões					
Provisões - riscos e encargos	14 277 082	0	0	-13 980 233	296 849
Prejuízos					
IFRIC 12					
IFRIC 12- (transição) - Investimento futuro	8 838 040	0	0	-359 657	8 478 382
IFRIC 12- (transição) - amortização contabilística vs fiscal					
IFRIC 12- (exercício) - amortização contabilística vs fiscal	279 943	0	0	-18 663	261 281
IFRIC 12- (exercício) - Investimento contratual	6 966 806	0	763 989	0	7 730 796
Base de incidência	30 361 872	0	763 989	-14 358 553	16 767 308
IRC	6 375 993	0	160 438	-3 015 296	3 521 135
Derrama	1 171 968	0	29 490	-554 240	647 218
Imposto diferido ativo reconhecido	7 547 961	0	189 928	-3 569 536	4 168 352
Taxa de IRC	21%	0%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	4%	0%	4%	4%	4%
Passivos por impostos diferidos					
IFRIC 12					
IFRIC 12- (transição) - Investimento futuro	6 891 779	0	0	-459 452	6 432 327
IFRIC 12- (transição) - amortização contabilística vs fiscal	0	0	0	0	0
Base de incidência	6 891 779	0	0	-459 452	6 432 327
IRC	1 447 274	0	0	-96 485	1 350 789
Derrama	266 023	0	0	-17 735	248 288
Imposto diferido passivo reconhecido	1 713 296	0	0	-114 220	1 599 076

A Águas de Santo André, S.A. procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes da provisão para outros riscos e encargos para suprir os riscos inerentes à atividade da empresa e de processos judiciais em curso. Também são reconhecidos impostos diferidos ativos relativos aos acréscimos de gastos para Investimentos Contratuais. Por outro lado, a AdSA reconhece como diferenças temporárias os valores relativos a amortizações e acréscimos de gastos de investimentos contratuais não realizados, cujo critério de reconhecimento de gastos e rendimentos é distinto do aceite fiscalmente.

No exercício de 2017, os movimentos reportam-se essencialmente ao reconhecimento do imposto diferido ativo, relativo ao investimento contratual previsto e não realizado, ao desreconhecimento dos ativos e passivos relacionados com o ajustamento da transição de amortizações e da aceitação fiscal da perda de imparidade referente a clientes.

9. Inventários

Tabela 19 – Inventários

	31.12.2017	31.12.2016
Matérias-primas	0	0
Materiais diversos	15	11
Perdas por imparidade	0	0
	15	11

10. Clientes

Tabela 20 – Clientes

	31.12.2017	31.12.2016
Clientes municipais	3 913 592	2 572 025
Clientes outros	2 475 702	2 320 422
	6 389 294	4 892 447

Atendendo ao prazo de vencimento das dívidas (2 anos) a Águas de Santo André, S.A. tem vindo a desencadear os mecanismos legais que asseguram a recuperabilidade dos valores em causa, nomeadamente através da interposição de ações judiciais contra os respetivos clientes.

Estas contas a receber de clientes estão líquidas de perdas por imparidade, no montante total de 22.929.915 Euros, a 31 de dezembro de 2017, cujo movimento ocorrido no exercício findo naquela data detalha-se como se segue:

	31.12.2016	Aumentos	Transferências (Nota 12)	Reversões	31.12.2017
Perdas por imparidade - Municipais	-6.874.507	-666.425	0	1.059.537	-6.481.395
Perdas por imparidade - Clientes Outros	-13.124.189	-1.754	0	13.375	-13.112.568
Perdas por imparidade - Clientes Outros - (Acréscimos de Rendimentos)	0	-2.235.322	-1.100.630	0	-3.335.952
	-19.998.696	-2.903.501	-1.100.630	1.072.912	-22.929.915

Em 2017, continuou a ser constituída uma perda por imparidade no valor total de € 2.235.322, relativo aos acréscimos de rendimentos que a empresa continuou a contabilizar, entre Janeiro e Julho, à luz do estabelecido no contrato que ainda vigorava com o cliente Artlant, ou seja, até à data em que foi declarada a insolvência do cliente e na qual a AdSA só então pode cessar a constituição de acréscimos de rendimentos. Este efeito de perdas por imparidade tem impacto na rubrica de clientes apenas no ano de 2017, com o valor total de 3.335.952: €1.100.630 relativos a 2016 e 2.235.322 relativos a 2017, devido a que a reclassificação de perdas por imparidade de acréscimo de proveitos relacionados com o volume de negócios passou a afetar a rubrica de clientes.

Estão constituídas perdas por imparidade que tiveram em atenção um conjunto diversificado de riscos empresariais, inerentes à atividade da AdSA, com base numa análise ao risco de incobrabilidade efetuada pela empresa, cujo valor mais significativa diz respeito ao cliente Artlant que entrou em insolvência.

10.1. Clientes – municípios

Tabela 21 – Clientes – Municípios

	31.12.2017	31.12.2016
Clientes municípios	4.724.749	3.996.310
Clientes municípios TRH	74.446	46.708
Clientes municípios injunções	5.595.792	5.403.515
Perdas por imparidade	-6.481.395	-6.874.507
	3.913.592	2.572.025

Atendendo ao prazo de vencimento das dívidas (2 anos) a Águas de Santo André, S.A. tem vindo a desencadear os mecanismos legais que asseguram a recuperabilidade dos valores em causa, nomeadamente através da interposição de ações judiciais contra os respetivos clientes.

Atendendo ao facto de alguns clientes Municípios não se encontrarem a aceitar a faturação emitida pela AdSA no âmbito da prestação de serviços realizada, têm vindo a ser acionados pela empresa os mecanismos legais que visam assegurar a recuperabilidade dos montantes faturados, nomeadamente através dos respetivos processos de injunção e/ou Ações Administrativas Comuns em Processo Ordinário que se encontram divulgados na nota 35.2. Ainda que atendendo às ações interpostas, o Conselho de Administração entendeu, à semelhança de anos anteriores, reconhecer perdas por imparidade sobre alguns dos saldos a receber dos Municípios, por entender que existe risco de incobrabilidade da totalidade daquelas contas a receber.

10.2. Clientes - Municípios – Total da dívida (corrente e não corrente)

Tabela 22 - Clientes - município - total da dívida

	31.12.2017	31.12.2016
Clientes municípios correntes	10 394 988	9 446 533
Perdas por imparidade	-6 481 395	-6 874 507
	3 913 592	2 572 025

O Conselho de Administração entendeu, à semelhança de anos anteriores, reconhecer perdas por imparidade sobre alguns dos saldos a receber dos Municípios (ver nota 28).

10.3. Clientes – Municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Tabela 23 – Total da dívida por vencimento dos municípios

	Vencido até 2015	Vencido até 2016	Vencido até 2017	Total vencido	Não vencido	Total
Município de Santiago do Cacém	2 013 663	413 040	312 548	2 739 252	159 955	2 899 206
Município de Sines	808 219	500 115	388 815	1 697 150	128 394	1 825 543
	2 821 882	913 156	701 363	4 436 401	288 348	4 724 749

10.4. Clientes – outros – total da dívida (corrente e não corrente)

Mi
A. J. R.
q
P

Tabela 24 – Clientes – outros – total da dívida

	31.12.2017	31.12.2016
Clientes Outros	15.560.554	15.444.611
Clientes Outros - (Acréscimos de Rendimentos)	3.363.666	0
Perdas por imparidade	-13.112.568	-13.124.189
Perdas por imparidade (Acréscimos de Rendimentos)	-3.335.952	0
	2.475.702	2.320.422

10.5. Clientes – outros – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Tabela 25 – Total da dívida por vencimentos (outros)

	Vencido até 2014	Vencido até 2015	Vencido até 2016	Total vencido	Não vencido	Total
Clientes Outros	-1.757	804.264	754.783	1.557.290	918.411	2.475.702
	-1.757	804.264	754.783	1.557.290	918.411	2.475.702

11. Estado e outros entes públicos

Tabela 26 – Estado e outros entes públicos

	31.12.2017	31.12.2016
IVA	81.323	3.999
EOEP ativos	81.323	3.999
Retenções	-15.073	-20.310
Retenções - Segurança social	-32.305	-35.179
Outras tributações - TRH	-506.587	-588.881
EOEP passivos	-553.966	-644.370
	-472.643	-640.372

12. Outros ativos correntes

Tabela 27 – Outros ativos correntes

	31.12.2017	31.12.2016
Outros devedoras	1.047.017	1.851.720
Empresas do Grupo	0	400.311
Acréscimos de rendimentos	1.932	1.133.482
Gastos a Reconhecer	429.635	435.609
Perdas por Imparidade	0	-1.100.630
	1.478.584	2.720.492

O valor constante na rubrica de "Outros devedoras" deve-se à aprovação da operação n.º POSEUR-03-2012-FC-00018, com a denominação de "Subsistema de Água Residual – ETAR de Ribeira dos Moinhos", aprovada em 14 de abril de 2016, por deliberação da Comissão Diretiva do Programa Operacional temático de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), no valor total de € 1.609.145, com uma taxa de cofinanciamento de 85%. A diminuição em 2017, deve-se ao recebimento gradual proveniente do POSEUR.

[Handwritten signatures and initials]

A AdSA deixou de pertencer ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que o imposto do exercício deixou de ser apresentado na rubrica Empresas do Grupo.

A rubrica "Acréscimos de rendimentos" apresenta uma diminuição devido a que a reclassificação de acréscimos de proveitos relacionados com o volume de negócios passou a afetar a rubrica de clientes. O valor de €1.100.630 de 31 de dezembro de 2016 foi reclassificado no ano de 2017 e passado a constar na rubrica de clientes.

A 31 de dezembro de 2017 as perdas por imparidade, no montante total de 3.335.952 Euros, relativas a faturação ainda não emitida registada na rubrica de "Acréscimos de rendimentos", foram reconhecidas na rubrica de clientes.

13. Caixa e bancos

Tabela 28 – Caixa e bancos

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	2 509	2 065
Depósitos à ordem	3 908 821	7 761 441
Depósitos a prazo	0	0
	3 911 330	7 763 505

A variação na rubrica de depósitos à ordem deve-se à distribuição intercalar de dividendos, no montante de € 5.000.000.

14. Capital

Tabela 29 – Capital Social

		Capital subscrito	Capital subscrito
		31.12.2017	31.12.2016
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	100%	1 000 000	1 000 000
	100%	1 000 000	1 000 000

O capital social da empresa é composto por 200.000 ações da classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada.

14.1. Resultado por ação

Tabela 30 – Resultado por ação

	31.12.2017	31.12.2016
Resultado líquido	405 048	-3 612 359
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	200 000	200 000
Resultado por ação	2	-18

[Handwritten signature and initials]

14.2. Movimento do Período

Tabela 31 – Movimentos por período do capital social

	31.12.2016	Afect. Res. Líquido	Dividendos	Res. Líquido	31.12.2017
Capital Realizado	1.000.000	-	-	-	1.000.000
Reservas e outros ajustamentos	200.000	0	-	-	200.000
Resultados transitados	22.675.564	-3.612.358	-5.000.000	-	14.063.206
Resultado líquido do exercício	-3.612.358	3.612.358	0	405.048	405.048
	20.263.206	0	-5.000.000	405.048	15.668.254

A Assembleia Geral de acionistas de 11 de maio de 2017 aprovou as contas da empresa tendo deliberado a aplicação do RLE em resultados transitados (€ -3.612.358).

15. Provisões

Tabela 32 – Provisões

	31.12.2017	31.12.2016
Provisões - outros - Fornecedores	108.110	108.110
Provisões - outros	188.739	188.739
	296.849	296.849

15.1. Movimentos por período

Tabela 33 – Movimentos por período das provisões

	31.12.2016	Aumentos	Diminuições	Reversões	31.12.2017
Provisões - outros - Fornecedores	108.110	0	0	0	108.110
Provisões - outros	188.739	0	0	0	188.739
	296.849	0	0	0	296.849

A continuidade das provisões existente referem-se a processos judiciais em curso.

16. Fornecedores e outros passivos não correntes

Tabela 34 – Fornecedores e outros passivos não correntes

	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores de investimentos	4 930 233	5 237 586
	4 930 233	5 237 586

A Águas de Santo André, S.A. ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, tem a obrigação de efetuar um pagamento mensal ao INAG/APA, de € 39.903, durante o prazo da concessão. A 31 de dezembro de 2017, encontra-se registado em passivo não corrente o montante de € 4.930.233, o qual se encontra mensurado pelo método do custo amortizado.

17. Acréscimos de gastos de investimento contratual

Tabela 35 – Acréscimos de gastos de investimento contratual

	31.12.2016	Aumentos	Diminuições	Transferências	31.12.2017
Acréscimos de gastos de investimento contratual	10 402 271	763 989	0	-27 614	11 138 646
	10 402 271	763 989	0	-27 614	11 138 646

O valor desta rubrica corresponde à aplicação da taxa de amortização sobre o investimento da concessão previsto mas ainda não realizado. Para além do acréscimo de gastos para investimento futuro reconhecido no exercício de 2017, pelo valor de € 763.989, o valor de € 27.614, deve-se à transferência de amortizações futuras que estavam registadas no passivo da empresa e que foram transferidas para o ativo, devido à realização e conclusão de investimentos efetuados em 2017.

18. Subsídio ao Investimento

Tabela 36 – Subsídio ao investimento

	31.12.2017	31.12.2016
Integração de património	28 928 875	30 995 225
Outros subsídios - POSEUR	1 547 322	1 514 384
Total	30 476 196	32 509 609

18.1. Movimentos por período

Tabela 37 – Movimentos por período de integração de património

	31.12.2016	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2017
Integração de património	30 995 225	-2 066 350	0	0	28 928 875
Outros subsídios - POSEUR	1 514 384	-129 883	162 821	0	1 547 322
Total	32 509 609	-2 196 233	0	0	30 476 196

O montante de € 2.066.350 diz respeito ao reconhecimento em rendimentos do exercício dos valores associados à integração de património e o montante de € 129.883 e o aumento de € 162.821, dizem respeito à aprovação da candidatura ao Programa Operacional Temático de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), com o código de operação n.º POSEUR-03-2012-FC-000018, para intervenções no subsistema de Águas Residuais, na ETAR de Ribeira dos Moinhos.

Handwritten signature and initials in blue ink.

19. Fornecedores correntes

Tabela 38 – Fornecedores correntes

	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores de investimentos	312 760	203 673
Fornecedores gerais	574 992	785 845
Fornecedores empresas do Grupo	70 098	151 576
Fornecedores faturas em receção e conferência	549	2 618
	958 400	1 143 714

20. Outros passivos correntes

Tabela 39 – Outros passivos correntes

	31.12.2017	31.12.2016
Acréscimos com férias e subsídio de férias	210.095	220.782
Empresas do Grupo	0	400.311
Outros acréscimos e diferimentos	2.051.293	2.434.902
Outros credores	430.871	144.746
	2.692.260	3.200.740

A variação verificada na rubrica Empresas do Grupo, deve-se ao facto da AdSA ter deixado de integrar o regime especial de tributação do grupo de sociedades da AdP, SGPS.

21. Imposto sobre o Rendimento

Tabela 40 – Imposto sobre o rendimento

	31.12.2017	31.12.2016
Imposto corrente	-8.764	-2.107.278
Pagamentos por conta	1.839.330	1.704.078
Retenções	368	2.890
Estimativa de imposto	-1.830.934	400.311

A estimativa de imposto para 2017 passou a constar no balanço na rubrica de imposto sobre o rendimento do exercício e não na rubrica de empresas do Grupo uma vez que a AdSA deixou de fazer parte do grupo de sociedades da AdP, SGPS, SA.

21.1. Imposto do rendimento – corrente e diferido

Tabela 41 – Imposto do Exercício

	31.12.2017	31.12.2016
Imposto corrente	-8 764	-2 107 278
Imposto diferido	-3 265 389	3 685 995
	-3 274 153	1 578 717

21.2. Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

Tabela 42 - Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

	31.12.2017	31.12.2016
Resultado antes de impostos	3.679.201	-5.191.076
Variações patrimoniais positivas	459.452	459.452
	1)	4.138.653
Acréscimos		
Amortização exercício investimento futuro	763.989	763.807
Perdas por imparidade	668.179	14.849.790
outros	96.007	38.767
Deduções		
Reversão de provisões e perdas por imparidade	15.214.276	2.556.211
Outros	378.320	18.663
	2)	-14.064.421
Lucro Tributável/Prejuízo Fiscal	1) + 2)	-9.925.768
Imposto à taxa normal + derrama: 22,5%	0	-1.877.820
Derrama estadual	0	-222.293
Tributação autónoma	-8.764	-7.165
Total do imposto	-8.764	-2.107.278
Total do imposto IFRS	-8.764	-2.107.278
Taxa efetiva de imposto	0,00%	26,86%

As variações patrimoniais positivas resultam essencialmente da não-aceitação pela administração fiscal dos acréscimos de gastos para investimentos contratuais não realizados à data de 31 de dezembro de 2010, cujo reconhecimento se encontra a ser diferido pelo número de anos remanescente da concessão.

Relativamente aos outros acréscimos e deduções, estão consideradas as provisões não dedutíveis relativas às dívidas dos Municípios e ao facto da empresa estar sujeita a um conjunto diversificado de riscos empresariais, inerentes da sua atividade, designadamente os relacionados com os aspetos ambientais, a sua forte dependência de um número reduzido de clientes não municipais e a própria dinamização da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) no montante total de € 14.154.740, à reversão de provisões e perdas por imparidade no valor de € 1.059.537 e aos acréscimos de gastos do investimento contratual não realizado no valor de € 763.989.

A 31 de dezembro de 2017 foi apurado um prejuízo fiscal de 9.925.768 euros, tendo em consideração a melhor estimativa da Administração, à data, acerca dos lucros tributáveis que ocorrerão nos próximos 5 anos, considerando que a melhor estimativa ascende a 1.500.000 euros, os quais poderão ser recuperados em 5 anos com o limite de 70%. Estando em curso a apresentação de um PIV - Pedido de Informação Vinculativo, que pode alterar o lucro tributável de 2016 e consequentemente o prejuízo fiscal de 2017, a AdSA considerou por prudência que não devem ser registados os IDA sobre esta matéria.

Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei n.º 66-B/2012, onde no seu artigo 255.º, onde foi introduzido um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas Multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, o artigo 5.º-A.

De acordo com o disposto neste artigo 5.º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios decorrentes na adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no n.º 2 do artigo 5.º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

21.3. Prejuízos fiscais

A 31 de dezembro de 2017 foi apurado um prejuízo fiscal de 9.925.768 euros, tendo em consideração a melhor estimativa da Administração, à data, acerca dos lucros tributáveis que ocorrerão nos próximos 5 anos, considerando que a melhor estimativa ascende a 1.500.000 euros, os quais poderão ser recuperados em 5 anos com o limite de 70%. Estando em curso a apresentação de um PIV - Pedido de Informação Vinculativo, que pode alterar o lucro tributável de 2016 e consequentemente o prejuízo fiscal de 2017, a AdSA considerou por prudência que não devem ser registados os IDA sobre esta matéria.

22. Vendas e prestações de serviços**22.1. Vendas**

Tabela 43 – Vendas

	31.12.2017	31.12.2016
Vendas	6 299 109	8 023 941
	6 299 109	8 023 941

A variação deve-se essencialmente à diminuição do fornecimento de água industrial na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

22.2. Prestação de Serviços

Tabela 44 – Prestação de serviços

	31.12.2017	31.12.2016
Prestação de serviços a municípios	498 252	503 922
Prestação de serviços a particulares	3 316 522	4 954 215
	3 814 774	5 458 137

A variação é justificada fundamentalmente pela diminuição do efluente faturado.

23. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Tabela 45 – Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	31.12.2017	31.12.2016
CMVMC - Mercadorias	-	-
CMVMC - Matérias-primas	-	54 298
CMVMC - Matérias subsidiárias	103 127	43 632
CMVMC - Diversos	0	1 613
	103 127	99 544

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas compreende todos os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e sua condição, designadamente contadores, material hidráulico, tubagem e outros.

24. Fornecimentos e Serviços Externos

Tabela 46 – Fornecimentos e Serviços Externos

	31.12.2017	31.12.2016
Trabalhos especializados	1 857 551	2 202 626
Energia	844 285	882 241
Comunicação	155 475	174 659
Outros FSE's	511 607	525 544
Correções relativas a exercícios anteriores	49 797	26 625
	3 418 715	3 811 696

Relativamente à variação da rubrica "Trabalhos especializados", deve-se fundamentalmente à diminuição do recurso a apoio técnico especializado e à diminuição do fee de gestão que está relacionado com a diminuição do volume de negócios.

Verifica-se uma diminuição de gastos em energia, motivado pelo recurso a técnicas de eficiência energética. A rubrica comunicação reflete os efeitos de escala associados à nova contratação de um novo operador pela Holding para todas as participadas.

25. Gastos com pessoal

Tabela 47 – Gastos com pessoal

	31.12.2017	31.12.2016
Remunerações	1 378 898	1 365 330
Encargos sociais sobre remunerações	303 826	306 266
Outros custos com pessoal	128 818	114 865
Correções relativas a exercícios anteriores	44 347	4 330
	1 855 888	1 790 792

25.1. Quadro de pessoal

Tabela 48 – Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2017	31.12.2016
Órgãos sociais	1	1
Trabalhadores efetivos e outros	59	61
	60	62

Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2017	31.12.2016
Órgãos sociais	1	1
Trabalhadores efetivos e outros	57	61
	58	62

26. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

Tabela 49 – Depreciações, amortizações e reversões do exercício

	31.12.2017	31.12.2016
Amortizações de ativos tangíveis	17 128	17 128
Amortizações de ativos intangíveis	3 285 796	3 283 955
Acréscimos de custos do investimento contratual	763 989	763 807
	4 066 913	4 064 889

27. Provisões e reversões do exercício

Tabela 50 – Provisões e reversões do exercício

	31.12.2017	31.12.2016
Provisões para riscos e encargos	-	-
Provisões Outras	0	0
	0	0
Reversões de provisões para processos judiciais	0	30.000
Reversões de provisões para riscos e encargos	0	0
	0	30.000

28. Perda por imparidade e reversões do exercício

Tabela 51 – Perdas por imparidade e reversões do exercício

	31.12.2017	31.12.2016
Perdas por imparidade de clientes	668.179	13.749.160
	668.179	13.749.160
Reversões de perdas por imparidade de existências	0	50.000
Reversões de perdas por imparidade de clientes	1.072.912	2.198.394
	1.072.912	2.248.394
	-404.733	11.500.766

A AdSA efetuou uma análise ao risco de incobrabilidade e entendeu reconhecer perdas por imparidade sobre alguns dos saldos a receber de clientes e continuar a reforçar algumas destas rubricas, em função da evolução dos pagamentos observada ao longo do ano, bem como de diversas ações judiciais pendentes.

A reversão das perdas por imparidade dizem respeito essencialmente à Câmara Municipal de Sines, atendendo à evolução que os processos judiciais envolvendo a AdSA e aquele Município tem tido, nomeadamente com decisões favoráveis à empresa no Supremo Tribunal Administrativo, no final de 2016 e ao longo de 2017, das quais a AdSA tem vindo a avançar para as subseqüentes execuções judiciais. Acresce que se teve ainda em consideração um pedido de suspensão da instância por um cliente municipal, já no início de 2018, de um processo em julgamento, com a justificação desse cliente de que pretendia encetar conversações com a administração da AdSA, com vista à obtenção de um acordo que permitisse a resolução de todo o contencioso existente entre as partes.

29. Outros gastos operacionais

Tabela 52 – Outros gastos operacionais

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos	67 255	68 106
Perdas em inventários	0	105
Donativos	10 000	4 000
Outros gastos operacionais	369 459	49 132
	446 714	121 343

O valor constante na rubrica “Outros gastos operacionais” deve-se à conclusão do projeto relativo à resolução do passivo ambiental existente. Projeto cofinanciado pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e pelo Fundo de Intervenção Ambiental (FIA), tendo sido fechado em dezembro de 2017.

30. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Tabela 53 – Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2017	31.12.2016
Rendimentos suplementares	127 089	1 50 684
Outros rendimentos e ganhos operacionais	448 888	1 39 712
Correções relativas a exercícios anteriores	18 414	0
	594 392	290 396

Os rendimentos suplementares dizem respeito à receção de lixiviados.

A variação constante na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais” deve-se essencialmente à anulação de um haircut de 30%, previsto no PER de um cliente da AdSA, tendo sido considerado recuperável o montante associado a IVA desse haircut no montante de, aproximadamente, 305.000 Euros.

Handwritten signature and initials in blue ink.

31. Gastos financeiros

Tabela 54 – Gastos financeiros

	31.12.2017	31.12.2016
Juros suportados	171.493	180.455
Comissões bancárias	302	302
	171.795	180.757

32. Rendimentos financeiros

Tabela 55 – Rendimentos financeiros

	31.12.2017	31.12.2016
Juros de mora - Atraso de pagamento de clientes	430 231	396 294
Juros obtidos - Depósitos bancários	2 880	5 426
	433 111	401 720

33. Saldos e transações com entidades relacionadas

Tabela 56 – Saldos e transações com entidades relacionadas 2016

Ano 2016	AdP Serviços, SA	Aguas, SA	Simansó, SA	EPAL, SA	EGF, SA	Águas Públicas do Alentejo, SA	AdP Energia, SA	Empresa mãe AdP SGPS, SA	Municípios accionista	Órgãos Gestão
Rendimentos	-	-	-	-	-	177 308	-4 467	-	-	-
Rédito	-	-	-	-	-	177 308	-4 467	0	-	-
Dividendos atribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos	-306 910	0	0	-26 422	0	-	-	-444 921	-	-
Gastos com pessoal	-1 697	-	-	-6 298	-	-	-	0	-	-
Outros gastos	-305 212	-	-	-20 124	-	-	-	-444 921	-	-
Balanco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos	105 681	-	-	-	-	40 642	-	-	-	-
Clientes	-	-	-	-	-	40 642	-	-	-	-
Ativos Intangíveis	105 681	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos a Reconhecer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-
Passivos	-94 775	-	-	-11 905	0	-	-641	-481 432	-	-
Fornecedores	-67 942	-	-	-10 284	-	-	-641	-69 986	-	-
Acrescimos de Gastos	-26 833	-	-	-1 622	-	-	-	-215	-	-
Outros credores	-	-	-	-	-	-	-	-391 230	-	-

Tabela 57 – Saldos e transações com entidades relacionadas 2017

Ano 2017	AdP Serviços, SA	Aguas, SA	Simansó, SA	EPAL, SA	EGF, SA	Águas Públicas do Alentejo, SA	AdP Energia, SA	Empresa mãe AdP SGPS, SA	Municípios accionista	Órgãos Gestão
Rendimentos	-	-	-	-	-	156 629	-7 018	-	-	-
Rédito	-	-	-	-	-	156 629	-7 018	-	-	-
Dividendos atribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos	-189 566	-48 031	0	-20 392	0	-4 653	-2 806	-361 717	-	-
Gastos com pessoal	-3 010	-	-	-	-	-	-	-56 780	-	-
Outros gastos	-187 556	-48 031	-	-20 392	-	-4 653	-2 806	-304 937	-	-
Balanco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos	0	-	-	-	-	53 566	-	-	-	-
Clientes	-	-	-	-	-	53 566	-	-	-	-
Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos a Reconhecer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos	-31 945	-27 070	0	-3 829	0	-4 912	-8 185	10 030	-	-
Fornecedores	-27 109	-	-	-1 999	-	-4 912	-3 423	-32 655	-	-
Acrescimos de Gastos	-4 837	-27 070	-	-1 829	-	-	-4 762	42 685	-	-
Outros credores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Handwritten signatures and initials:
 A large signature in blue ink, possibly "G. S. A.", is written over the page number.
 Below it, there are several initials and marks, including a stylized "P" and "B".

34. Compromissos

A Empresa tem assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem € 35.180.215, que atualizados à taxa de inflação perfazem € 43.962.525, dos quais € 25.953.899 já se encontram realizados (DUI € 22.100.936 e em curso € 3.852.963).

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, que ascende a € 5.447.853 destacam-se os seguintes:

Tabela 58 – Principais compromissos assumidos

Fornecedor	Descrição	Valores Por Facturar (€)
ISQ - INSTITUTO DE SOLDADURA E QUALIDADE	Aquisição de Serviços de "Revisão de dois Projetos de Execução - Adutora ETA Morgavel e o Reservatório de Monte Chãos e Nova Conduta ARU da CR da Barbuda à ETAR de Ribeira de Moinhos"	58 120
EFACEC ENGENHARIA E SISTEMAS, S.A.	Empreitada de remodelação dos sistemas de neutralização de águas de cloro das ETAS do centro operacional de Santo André e do centro operacional de Monte Chãos	59 819
AMBIPAR CONTROL	Análises Físico-Químicas, Microbiológica	62 001
SAPEC - QUÍMICA S.A.	Reagentes (sulfato de alumínio)	67 386
MEDI SAÚDE, LDA	Serviços Externos de Segurança e Higiene	89 978
M.SANTOS & IRMÃO - LIMPEZAS, LDA	Prestação de serviços de limpeza das instalações da AdSA	93 281
LIPERSADO-LIMPEZAS,MAQ,TRANS,SA	Prestação de serviços de limpeza industriais nas infraestruturas da AdSA	103 498
KONICA	Aquisição de serviços de impressão (managed print service)	108 989
ENMIESTUDOS, S.A.	Assessoria Técnica em Controlo de Qualidade e para o Sistema de Sustentabilidade Empresarial	130 733
RNAZ QUÍMICA, S.A.	Reagentes	143 449
CTGA - Centro Técnico de Gestão Ambiental	Assistência Técnica para a Operação	199 185
REDECCR, S.A.	Empreitada de "Reabilitação dos Reservatórios de Água Potável"	250 719
LABORATÓRIO DE ÁGUAS DO LITORAL ALENTEJANO, LDA	Colheita Transporte e Análises Físico-Químicas, Microbiológicas e Fitoplantónicas para Controlo de Qualidade da Água nos subistemas de Água de Abastecimento, Água Residual e Resíduos Industriais	335 950
HUBEL, S.A.	Aquisição e Montagem de Grupos Eletrobomba na Captação de	360 984
ECODEAL-GESTÃO RESÍDUOS INDUSTRIAIS, S.A.	Gestão de Resíduos	417 828
IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL, LDA	Energia - Estimativa para ano 2018	442 702
AGUAS PORTUGAL SGPS, S.A.	Serviços de administração, gestão e participação CA	480 000
ENDESA ENERGIA, S.A.	Energia - Estimativa para ano 2018	598 430
		4 011 851

35. Ativos e passivos contingentes

35.1. Garantias prestadas

Garantia bancária n.º 0731.005245.193, sobre o Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 10.000 a favor da SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A. para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes do contrato da empreitada "Remodelação da capacidade de transporte de efluentes industriais entre a EE ZIP3 e a ETAR de Ribeira de Moinhos";

Garantia bancária n.º 0731.005246.993, sobre o Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 10.000 a favor da SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes do contrato da empreitada "Abastecimento de água industrial à Refinaria

da Petrogal – Lanço F/Sines-Santo André”;

Garantia bancária n.º 9140.042006.993, sobre o Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 10.000 a favor da SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes do contrato da empreitada “Travessia Adutora no IP8 entre o Nó da Petrogal e a ZILS Norte”;

Garantia bancária n.º 288-43.000040-7, sobre a Caixa Económica Montepio Geral, no valor de € 238.770 a favor da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, para o cumprimento das condições impostas na licença da operação de deposição de resíduos no Aterro de resíduos não perigosos (Resíduos industriais) de Santo André.

35.2. Processos Judiciais

A Empresa tem ações a correr em tribunal já devidamente contestadas:

Tabela 59 -- Ações a correr em tribunal

Entidade	Valor da Ação	A favor da empresa	Contra a empresa
Câmara Municipal de Santiago do Cacém	2.905.761	x	
Câmara Municipal de Sines	4.688.260	x	
Medoc - Sociedade de Construções, LDA	5.319	x	
Massa Insolvente da Aquilino Construções, SA	118.207		x
Ministério Público	1)		x
Queixa-crime intentada contra a ex-colaboradora Cátia Coelho e Alberto Pais	2)	x	
Dina Santos	88.639		x
Insolvência - Artlant Pta, S.A.	32.087.794	x	

Notas:

1) e 2) Nesta fase deste processo, não é possível determinar o valor da ação.

36. Informações exigidas por diplomas legais

Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade AdSA, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade AdSA não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2017, correspondem à retenção na fonte, descontos e

contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

37. Rendimento Mínimo Garantido

Tabela 60 – Rendimento mínimo garantido

	31.12.2017	31.12.2016
Capital social realizado	1 000 000	1 000 000
Reserva legal	200 000	200 000
Base de incidência	1 200 000	1 200 000
Taxa de juro OT	3,06%	3,74%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
	6,06%	6,74%
Remuneração mínima ao acionista do ano	72 720	80 880

38. Eventos Subsequentes

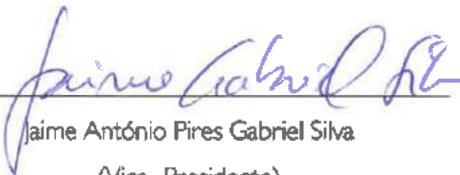
Não se verificaram factos relevantes após o termo do exercício.

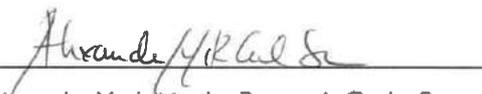


Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and initials 'A' and 'E' at the bottom.

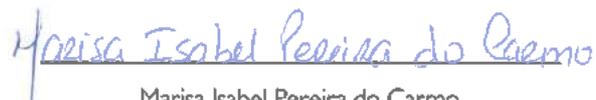
O Conselho de Administração,


Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)


Jaime António Pires Gabriel Silva
(Vice- Presidente)


Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra
(Vogal)

A Contabilista Certificada,


Marisa Isabel Pereira do Carmo

Vila Nova de Santo André, 6 de março de 2018

(Página em branco)

Luiz
P

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhor Acionista,

Em cumprimento do disposto na al. g) do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 2 do artigo 54 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras, a proposta de aplicação de resultados, e o relato sobre as práticas de governo societário, apresentados pelo Conselho de Administração de Águas de Santo André, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Aferimos sobre o cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, as previstas na Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Orçamento de Estado de 2017) e no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhor Acionista,

Procedemos à ação de fiscalização da Águas de Santo André, S.A., nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2017 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2017 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2017, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis; e
- (d) A avaliação do nível de cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado divulgada no Relatório de Gestão merece a nossa concordância.

Lisboa, 6 de abril de 2018

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC nº 1154
Registado na CMVM com o nº 20160766

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas de Santo André, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 68.313.881 euros e um total de capital próprio de 15.668.254 euros, incluindo um resultado líquido de 405.048 euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao período findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas de Santo André, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 6 de abril de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC nº 1154
Registado na CMVM com o nº 20160766

(Página em Branco)


Águas de Santo André, [175]




Águas de Santo André, S.A.

Cerca da Água - Rua dos Cravos | 7500-130 Vila Nova de Santo André

Tel: + 351 269 708 240 | Piquete: 934 564 484 (24h) | Apoio ao Cliente: 808 101 005

E-mail: geral.adsa@adp.pt • contabilidade.adsa@adp.pt • clientes.adsa@adp.pt • etica.adsa@adp.pt

www.adsa.pt

A handwritten signature in blue ink is located in the bottom left corner of the page. The signature is stylized and appears to be 'M. J. J. J.' or similar.